

CAROLINA POSWAR DE ARAÚJO CAMENIETZKI

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SOBERANIA ALIMENTAR: UMA
ANÁLISE DA COMUNIDADE VAZANTEIRA ILHA DE PAU DE
LÉGUA, NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DA MATA SECA,
NORTE DE MINAS GERAIS

Montes Claros – MG
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes
Março de 2011

CAROLINA POSWAR DE ARAÚJO CAMENIETZKI

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SOBERANIA ALIMENTAR: UMA ANÁLISE DA COMUNIDADE VAZANTEIRA ILHA DE PAU DE LÉGUA, NO ENTORNO DO PARQUE ESTADUAL DA MATA SECA, NORTE DE MINAS GERAIS

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros.

Orientador: Prof. Doutor Rômulo Soares Barbosa

Montes Claros - MG
Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS
Março de 2011

C181u Camenietzki , Carolina Poswar de Araújo.
Unidades de conservação e soberania alimentar [manuscrito] : análise da comunidade vazanteira Ilha de Pau de Légua, no entorno do Parque Estadual da Mata Seca, Norte de Minas Gerais / Carolina Poswar de Araújo Camenietzki. – 2011.
148 f. : il.

Bibliografia: f. 135-142.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa.

1. Conservação da Natureza – Minas Gerais. 2. Unidades de Conservação. 3. Comunidade – Usos e costumes – Matias Cardoso (MG). I. Barbosa, Rômulo Soares. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Análise da comunidade vazanteira Ilha de Pau de Légua, no entorno do Parque Estadual da Mata Seca, Norte de Minas Gerais.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Dissertação intitulada “Unidades de Conservação e Soberania Alimentar: uma análise da Comunidade Vazanteira Ilha de Pau de Légua, no entorno do Parque Estadual da Mata Seca, Norte de Minas Gerais” de autoria da mestranda Carolina Poswar de Araújo Camenietzki, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Doutor Rômulo Soares Barbosa– UNIMONTES
Orientador

Profª Doutora Ana Paula Glinfskoi Thé – PPGDS/UNIMONTES

Profª Doutora Flávia Maria Galizoni – ICA/UFMG

Dedico este trabalho à luta dos povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais.

Dedico ainda à minha mãe, Zélia Poswar.

AGRADECIMENTOS

A conclusão de mais esta etapa da minha vida só foi possível com o apoio e companheirismo de várias pessoas. Não seria possível citar todas aqui, mas minha gratidão a estas pessoas é eterna.

Primeiramente, agradeço à Deus por ter me protegido, me dado sabedoria, serenidade, ânimo e força por estes 7 anos em Montes Claros, onde pude crescer e aprender tanto com os momentos alegres, como nos difíceis.

À minha mãe, Zélia Poswar, que sempre me apoiou, incentivou e foi exemplo de força, garra e amor. Ao meu irmão Lucas, por sua postura madura e serena, por ter sido a companhia da minha mãe quando a minha ausência se fez necessária. À vida eterna da minha irmã Brenda, que espiritualmente esteve presente comigo, a quem também dedico este trabalho. Enfim, a todos da minha família que acreditaram na realização de tantos sonhos.

Ao meu orientador, Prof^o Dr. Rômulo Soares Barbosa, pela competência e paciência que teve comigo durante a realização deste trabalho. Obrigada pela dedicação e pelos ensinamentos partilhados que muito contribuíram ao meu amadurecimento acadêmico desde a graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão de bolsa de Mestrado durante um ano e sete meses.

Aos professores do PPGDS e à servidora Fernanda pelo carinho, presteza e competência com que me auxiliou nestes dois anos.

Aos pesquisadores, bolsistas e colaboradores da Rede Tropi-Dry.

Aos amigos de luta, angústias, sofrimentos, alegrias e vitórias que me acompanharam no Mestrado: Isabela, Taty, Janikele, Kátia, Josi, Lisa, Valéria, Lílian, Amanda, Fábio e Ricardo. Enfim, a todos os que contribuíram para este trabalho, para a minha vida pessoal e acadêmica.

Aos *vazanteiros* da Comunidade da Ilha de Pau de Légua, em especial ao Sr. Natalino pelo apoio nas pesquisas de campo. Aos colegas do CAA, da CPT e dos pesquisadores do Laboratório de Estudos Socioambientais da Unimontes.

Aos amigos de longa jornada: Ademar e Nayana. Aos colegas de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFNMG *Campus* Pirapora por terem partilhado as angústias destes momentos finais. E àqueles que direta, ou indiretamente, contribuíram para este trabalho e compreenderam minha ausência nestes momentos finais.

Obrigada a todos vocês!

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar de que maneira a instituição do Parque Estadual da Mata Seca, influencia as estratégias agroalimentares dos povos locais e a garantia da soberania alimentar destes. Teve como foco as dinâmicas territoriais da comunidade tradicional *vazanteira* da Ilha de Pau de Léguas, Matias Cardoso. No Norte de Minas Gerais, um novo desenho territorial tem se formado em função da criação de unidades de conservação. Estas áreas protegidas têm sido criadas devido às compensações ambientais dos processos ecodestrutivos dos empreendimentos agropecuários instalados. Ocorre que, devido às especificidades das comunidades tradicionais da região, a lógica de apropriação dos recursos naturais na perspectiva conservacionista, tem entrado em conflito com as práticas realizadas pelas comunidades do lugar. Dentre os fatores impactados pela diferenciação destas racionalidades, optamos por analisar quais as influências esta realidade pode ter para a soberania alimentar do grupo estudado. Os procedimentos metodológicos do estudo possuíram quatro dimensões articuladas entre si: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação direta e entrevistas semi-estruturadas. Realizadas tais etapas, aliando as discussões teóricas à pesquisa de campo, observamos que as restrições de uso e acesso aos recursos naturais na área do Parque Estadual da Mata Seca têm limitado a efetivação das estratégias agroalimentares tradicionais dos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas, o que tem impedido a garantia da soberania alimentar do grupo, submetendo-os a outras lógicas de obtenção dos alimentos, que se diferenciam do modo tradicional *vazanteiro*.

Palavras-Chave: Unidades de Conservação; Soberania Alimentar; Comunidades Tradicionais.

ABSTRACT

The present study aims to analyze how the institution of the Dry Forest State Park, agri-food influences the strategies of local people and the guarantee of food sovereignty. Focused on territorial dynamics of the traditional community vazanteira Ilha de Pau de Léguas, Matias Cardoso. In the north of Minas Gerais, a new design territory has been formed due to the creation of conservation units. These protected areas have been created due to environmental compensation of the processes of farming enterprises destrutivos installed. It happens that, due to the specificities of the traditional communities of the region, the logic of appropriation of natural resources conservation in perspective, has come into conflict with the practices carried out by communities of place. Among the factors impacted by the differentiation of these rationales, we chose to analyze what influences this reality can have on food sovereignty of the study group. The methodological procedures in the study had four interconnected dimensions: bibliographic research, documentary research, direct observation and semistructured interviews. Performed these steps, combining theoretical discussions of fieldwork, we observed that the restrictions on use and access to natural resources in the area of Dry Forest State Park has limited the effectiveness of the strategies of traditional agri-food vazanteiros Ilha de Pau de Léguas, the that has prevented the guarantee of food sovereignty group, subjecting them to other logic for obtaining food, that differ from the traditional way vazanteiro.

Keywords: conservation units; Food Sovereignty; Traditional Communities.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Abertura do I Encontro dos Vazanteiros na Ilha de Pau de Légua – 24 e 25 de abril de 2009.....	18
FIGURA 02 - Formas de uso do território <i>vazanteiro</i>	75
FIGURA 03 - Delimitação do Parque Estadual da Mata Seca e comunidades em seu entorno.....	94
FIGURA 04 - Diagrama de Uso e Apropriação Tradicionais dos Agroambientes Vazanteiros.....	105
FIGURA 05 - Complexo Terra firme, Lagadiço e Rio.....	109
FIGURA 06 - Sobreposição dos Territórios do PEMS e da Comunidade da Ilha de Pau de Légua.....	115
FIGURA 07 - Mapa da Proposta de Criação da Unidade de Conservação de Uso Sustentável – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Pau de Légua.....	126

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Unidades de Conservação criadas como compensação ambiental ao Projeto Jaíba.....	93
TABELA 02 - Alimentos consumidos e sua origem – Período Chuvoso (Outubro a Março).....	117
TABELA 03 - Alimentos consumidos e sua origem – Período de Seca (Abril a Setembro).....	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAA-NM -	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
CEDEFES -	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
CNPq -	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSEA -	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
COPAM -	Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais
CPT -	Comissão Pastoral da Terra
DHAA -	Direito Humano à Alimentação Adequada
FAO -	Food and Agriculture Organization
FAPEMIG -	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF -	Instituto Estadual de Florestas
LOSAN -	Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional
OIT -	Organização Internacional do Trabalho
ONU -	Organização das Nações Unidas
PEMS -	Parque Estadual da Mata Seca
PIDESC -	Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNPCT -	Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais
SISAN -	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SNUC -	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPU -	Secretaria de Patrimônio da União
SUDENE -	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UPI -	Unidade de Proteção Integral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 01	
SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ESTRATÉGIAS AGROALIMENTARES.....	23
1.1 - Reflexões sobre a problemática alimentar.....	23
1.1.1 - A institucionalização do conceito de Segurança Alimentar.....	27
1.1.2 – Concepções e institucionalização do conceito de Segurança Alimentar no Brasil.....	30
1.2- Cultura e identidade à mesa: a representação da comida na construção social dos grupos.....	32
1.3– Os hábitos alimentares no contexto das transformações sociais.....	37
1.4 – Estratégias agroalimentares: o acesso aos recursos naturais como condição para a Segurança e Soberania Alimentar dos grupos.....	41
CAPÍTULO 02	
COMUNIDADES TRADICIONAIS, MODOS DE VIDA E DINÂMICAS SOCIOCULTURAIS NO NORTE DE MINAS: OS VAZANTEIROS EM QUESTÃO.....	49
2.1- Brasil: formação da diversidade sociocultural e a emergência legal das comunidades tradicionais como sujeitos de direitos.....	49
2.2 - Abordagens em torno do conceito de Comunidades Tradicionais.....	54
2.3 – O Norte de Minas e as especificidades das comunidades do lugar.....	65
2.4 – Os vazanteiros.....	71
CAPÍTULO 03	
A CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAIS COMO POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA MATA SECA NORTE-MINEIRA: O PARQUE ESTADUAL DA MATA SECA.....	78
3.1 – O processo de Modernização Conservadora	78
3.2 – A modernização conservadora no Norte de Minas.....	82
3.3 – “Preservar para Explorar”: As Unidades de Conservação.....	85
3.3.1 – Brasil: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação.....	89
3.4 – O Parque Estadual da Mata Seca.....	92
CAPÍTULO 04	
PARQUES ESTADUAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: IMPLICAÇÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS AGROALIMENTARES DOS VAZANTEIROS DA ILHA DE PAU DE LÉGUA.....	101
4.1 - As práticas tradicionais de acesso aos alimentos na Ilha de Pau de Léguas.....	101
4.2 – As restrições aos recursos naturais: o PEMS e a soberania alimentar <i>vazanteira</i>	115
4.3 – Resistir e persistir: “Então, a vida da gente é assim: é um jogo de cintura”.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS.....	135
ANEXO.....	143

INTRODUÇÃO

As reflexões em torno da soberania alimentar, quer como uma questão de sobrevivência biológica, quer como expressão da identidade e pertencimento social dos indivíduos, apresentam-se neste estudo a partir de perspectivas culturais e territoriais, que situam as dinâmicas agroalimentares como ações engendradas na teia de relações estabelecidas entre o homem e o meio ambiente que o circunda, assim como a partir das relações sociais estabelecidas coletivamente. Assim, parte-se da concepção que a questão alimentar e todos os processos que lhe são inerentes, constituem-se em um fenômeno complexo, pluriforme e multidimensional. No que se refere à garantia da soberania alimentar dos grupos, torna-se de fundamental importância uma análise quanto às formas de se obter os alimentos a partir do estudo das estratégias de uso e acesso aos territórios formuladas pelas distintas coletividades. Assim, é a partir de um campo societário em conflito, gerado a partir das restrições de uso e acesso aos recursos naturais, que abordaremos a soberania alimentar.

No Norte de Minas, a emergência da racionalidade conservacionista tem colocado em conflito diferentes lógicas de apropriação e uso dos territórios na região, principalmente, porque as unidades de conservação criadas têm se sobreposto aos territórios secularmente utilizados pelas comunidades tradicionais da região. Partindo de tal contexto, embora as nuances deste processo sejam diversas, procuramos analisar as implicações que este conflito tem para as dinâmicas agroalimentares de um grupo em especial: a comunidade *vazanteira* da Ilha de Pau de Légua, município de Matias Cardoso. Esta escolha pressupõe que as especificidades quanto ao grupo analisado sejam variáveis importantes para o estudo. Isto porque os *vazanteiros* possuem sociodinâmicas peculiares de sua cultura e do seu modo de vida.

A comunidade *vazanteira* da Ilha de Pau de Légua situa-se no alto médio São Francisco, à margem esquerda deste rio. Está distante cerca de mil metros da cidade de Matias Cardoso/MG, o que caracteriza a denominação da localidade. A história de vida desta comunidade situa-se em um contexto de expropriações e resistências que, na atualidade, é caracterizada pelas disputas territoriais em função da criação do Parque Estadual da Mata Seca - PEMS. As especificidades quanto à identidade *vazanteira* confere a esta comunidade territorialidades peculiares, caracterizadas pelo uso de três ambientes distintos e complementares entre si: o complexo rio, o complexo ilha e o complexo terra-firme (OLIVEIRA, 2005). Nos últimos anos, os 52 grupos familiares

desta Ilha têm buscado se articular aos movimentos sociais da região para lutar em busca da garantia e sobrevivência dos seus modos de vida, uma vez que ao longo dos processos de expropriação vividos, as estratégias socioeconômicas destes *vazanteiros* vêm sendo ameaçadas em função das racionalidades emergentes na região.

Neste sentido, esta pesquisa tem como objeto de estudo as estratégias agroalimentares de uma comunidade tradicional do entorno de uma unidade de conservação do tipo proteção integral. Partimos da premissa que a criação do Parque Estadual da Mata Seca – unidade de conservação do tipo proteção integral - produz transformações nas estratégias de reprodução social dos grupos humanos que os habitam ou os circundam. Desta forma, esta dissertação se propõe a analisar de que maneira a instituição do Parque Estadual da Mata Seca, influencia as estratégias agroalimentares dos povos locais e a garantia da soberania alimentar destes.

A emergência da criação de áreas protegidas tem provocado grandes discussões em torno das formas pelas quais têm se buscado proteger os recursos naturais no mundo. No Norte de Minas, pesquisas vêm sendo desenvolvidas em torno dos estudos sobre o crescente número de unidades de conservação na região. É a partir de estudos interdisciplinares que os estudos têm buscado analisar quais as consequências que criação das áreas protegidas tem causado tanto para a agrobiodiversidade quanto para as comunidades tradicionais em torno das mesmas. Assim, a aproximação com o tema do presente estudo, se deu quando me inseri – ainda na graduação - em uma pesquisa que se propôs a analisar as dinâmicas humanas em áreas de conflitos socioambientais em função da criação de unidades de proteção integrais.

Duas são as pesquisas que me serviram como base para os questionamentos que passaram a se constituir a problemática deste estudo. A pesquisa Caracterização da Ocupação Humana e Uso Sustentável dos Recursos Naturais do Entorno do Parque Estadual da Mata Seca, no Norte de Minas Gerais, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG e outra, sobre Unidades de Conservação, Estratégias Agroambientais e Segurança Alimentar dos Povos do Entorno do Parque Estadual da Mata Seca, no Norte de Minas Gerais, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Aquela desenvolvida ainda na graduação, no âmbito da Rede de Pesquisas Tropi-Dry, e esta ainda em curso com previsão de entrega do relatório final até julho de 2011.

Ao longo do desenvolvimento das pesquisas supracitadas e da articulação com movimentos sociais da região, elaboramos como base para a construção do presente

estudo, a procura por respostas às seguintes questões: de que forma uma unidade de proteção integral influencia a efetivação da soberania alimentar das comunidades que vivem em seu entorno? Quais são os impactos para as comunidades tradicionais com a transformação do seu espaço de reprodução social em função da instalação de uma unidade de proteção integral em seus lugares de vida? De que forma tem se efetivado as dinâmicas de apropriação dos recursos naturais na área pesquisada?

A criação de unidades de conservação no Norte de Minas, em especial as de proteção integral, tem provocado um conflito direto entre três racionalidades emergentes na região: a tradicional, a preservacionista e a capitalista. O espaço rural norte-mineiro é habitado por um expressivo número de comunidades tradicionais que ao longo dos anos foi invisibilizado pela ótica das políticas públicas inseridas na região, principalmente, a partir da década de 1970. Assim, com a criação de áreas protegidas em função da compensação ambiental dos projetos agropecuários instalados, instaurou-se um conflito direto com as práticas das comunidades tradicionais. Várias são as dimensões deste processo: expropriação territorial, perda das relações sociais, vulnerabilidade social, repressão pelos órgãos governamentais, dentre outros.

Tendo em vista esta realidade, este trabalho tem como proposta pensar que para as comunidades tradicionais, a garantia deste direito fundamental – a alimentação- só é possível tendo em vista a garantia de acesso e uso dos seus territórios e da manutenção de suas territorialidades específicas. Sendo que as estratégias de acesso aos alimentos perpassam toda uma cultura e identidade que são construídas a partir das interações com o meio ambiente com as relações sociais estabelecidas coletivamente. Adotar uma postura reflexiva frente a tal contexto, permite uma articulação a um movimento maior que constitui-se na luta pelos direitos das comunidades tradicionais. Assim, o presente estudo se integra a uma série de pesquisas realizadas na área do Parque Estadual da Mata Seca e que se propõem a dar visibilidade e apoio às comunidades encurraladas e aos movimentos sociais da região.

Para analisar as questões propostas, a presente pesquisa adotou como procedimentos metodológicos quatro dimensões articuladas entre si, a saber: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação direta e entrevistas semi-estruturadas. Este trabalho evidencia a relação simbólica e cultural que as populações da área de estudo possuem com o território que fornece os meios de se adquirir o alimento. Neste sentido, a abordagem é fundamentalmente qualitativa, uma vez que busca-se “compreender os outros mediante o estudo interpretativo de sua linguagem, gestos, arte,

política, leis, etc.” (SANTOS FILHO, 1995, p. 27). Ou seja, ao buscarmos os sentidos, significados, os valores e as crenças inscritas nas práticas agroalimentares, adentramos em um mundo de símbolos, que não pode ser medido quantitativamente, embora haja uma compreensão que os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa (MINAYO, 1996). Entretanto, a pesquisa qualitativa possibilita uma abertura maior quanto à análise das dinâmicas dos grupos, os processos vivenciados pelos sujeitos pesquisados, na busca pelo desvelamento do sentido social que os indivíduos constroem em suas interações cotidianas (GIL, 2005).

Para Boni & Quaresma (2005, p. 70)

(...) o ponto de partida de uma investigação científica deve basear-se em um levantamento de dados. Para esse levantamento é necessário, num primeiro momento, que se faça uma pesquisa bibliográfica. Num segundo momento, o pesquisador deve realizar uma observação dos fatos ou fenômenos para que ele obtenha maiores informações e num terceiro momento, o pesquisador deve fazer contatos com pessoas que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis.

Desta forma, seguindo as orientações supracitadas, o trabalho realizado na pesquisa iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica - que perpassou por toda a pesquisa - por meio do acesso a livros, monografias, teses, dissertações, artigos, revistas e outros, como a Internet. Esta etapa consistiu em identificar, adquirir os materiais bibliográficos, lê-los e sistematizá-los objetivando constituir o referencial teórico necessário à consecução das análises. Associada a esta fase, a pesquisa documental foi realizada através da análise de legislações, termos de referência para políticas públicas, informativos oficiais em âmbito federal, estadual, regional e municipal e de instrumentais elaborados pela própria comunidade estudada, através de atas das reuniões de associações, ou pelas cartas de manifesto elaboradas junto aos movimentos sociais da região.

A observação direta foi realizada através da verificação *in loco* no ambiente em que se desenvolve o processo em estudo, de forma sistemática e planejada (D’ASCENÇÃO, 1977). Assim, foram realizadas, ao todo, 8 incursões na área pesquisada entre os anos de 2008 e 2010, onde foi possível estabelecer uma relação dinâmica com os sujeitos da pesquisa. Estas imersões foram fundamentais para a criação de um vínculo com a comunidade estudada, o que contribuiu também para um contato com as regras, os costumes, as convenções que regem o grupo, assim como a

linguagem utilizada entre eles. Para Gil (2005, p. 84) este tipo de relação estabelecida contribui para que “o resultado final da pesquisa (...) se constitua em uma tarefa coletiva, gestada em muitas microdecisões, que a transformam em uma obra coletiva”.

O trabalho de campo possuiu nesta pesquisa um importante momento, uma vez que, neste foram realizadas as entrevistas, as percepções dos lugares, dos fazeres, que, segundo Brandão (2007, p.12) constitui-se em uma experiência com uma dimensão muito rica em subjetividade. Para este autor, o trabalho de campo é um processo de vivência e deve ser realizado de maneira gradual. Assim, Brandão (2007) sugere que a pesquisa de campo seja realizada em dois momentos ou duas entradas que possui vários momentos no entremeio de cada. A primeira é o chegar no campo para conhecer uma comunidade, para, em cima dela, e articulando aquele primeiro conhecimento com dados de estudos de uma proposta de pesquisa, escrever, fazer o primeiro projeto. O autor aponta que o conhecimento prévio de alguns estudos já realizados no local da pesquisa é de fundamental importância para se delimitar o que será pesquisado.

Assim, durante a realização do I Workshop sobre Políticas Públicas e Processos Socioambientais na Mata Seca do Norte de Minas Gerais, realizado no dia 19 de Maio de 2008 na Unimontes, tive um contato inicial com o contexto da emergência de conflitos socioambientais relacionados às políticas de conservação no Norte de Minas. Nesta ocasião, estiveram presentes pesquisadores que já realizam há alguns anos estudos com as comunidades tradicionais da região, representantes do poder público judiciário, de lideranças da Comunidade Pastoral da Terra - CPT, de movimentos sociais e das próprias comunidades. Foi neste momento que passei a conhecer e compreender os processos e conflitos socioambientais em curso nas Matas Secas e que explicitam o confronto entre racionalidades diversas, colocando a diversidade ambiental e étnica de um lado e, do outro, os projetos de desenvolvimento e de proteção que incidem sobre os lugares de vida das comunidades tradicionais norte-mineiras.

Já a aproximação empírica com a comunidade *vazanteira* da Ilha de Pau de Légua, e de todas as outras comunidades *vazanteiras* e quilombolas que estão na área do entorno do PEMS, se deu em setembro de 2008, quando participei juntamente com os pesquisadores da Rede Tropi-Dry de um seminário realizado pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA-NM- que teve como tema: *Vazanteiros e Vazanteiras do São Francisco: entre os labirintos das leis ambientais e os direitos territoriais das populações tradicionais*. Este encontro teve como objetivo trocar experiências de regularização territorial e promover o debate entre as comunidades

tradicionais quilombolas e *vazanteiras*, instituições tecno-científicas, sociais e do poder público. Almejou também a construção de propostas a serem articuladas na luta por seus territórios e o fortalecimento das comunidades *vazanteiras* ao longo do rio São Francisco.

Na ocasião, estiveram reunidos na Ilha da Ressaca durante os dias 22 e 23 de setembro do referido ano, representantes da maioria das comunidades que estão na borda do PEMS – inclusive os *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas. O encontro se constituiu em um espaço de conhecimento e reflexão sobre a vida dessas comunidades *vazanteiras*, sistematizando algumas experiências com vistas à construção de referências de uma agenda comum a nível regional. A oportunidade de participar do evento contribuiu para que eu pudesse ter uma visão mais abrangente dos fatos ocorridos na região da pesquisa. Este momento equivale a esta primeira entrada de que trata Brandão (2007). A partir das conversas, do momento que ouvimos as falas da comunidade, foi-se percebendo a situação de restrição e expropriação que se encontravam, ficando cada vez mais vulnerabilizadas, mas também cada vez mais motivadas a realizarem as articulações com os movimentos sociais em busca da efetivação dos seus direitos. Deste encontro foi criada a Carta da Ilha da Ressaca, instrumento que demonstra a luta destas comunidades afetadas pelo parque e que tem servido como documento fundamental para as pesquisas posteriores.

Seguindo as abordagens propostas por Brandão (2007), o segundo momento da pesquisa se caracterizou pelas definições e mudanças, ou não, do observado na primeira entrada. “Neste momento é que a pesquisa vai se delineando mais precisamente, e vai sendo explicitado seu objeto de estudo” (BRANDÃO, 2007, p. 12). O primeiro contato no ano de 2008 com as comunidades do entorno do PEMS foi para mim como o desvendar de uma realidade de conflitos, do conhecimento dos processos de expropriação não só dos territórios daqueles povos, mas de uma cultura, de um *modus vivendi* que caracteriza social e coletivamente os *vazanteiros* daquela área. Entretanto, a pesquisa foi se delineando mais precisamente no ano de 2009 quando participei do I Encontro dos *Vazanteiros* na Ilha de Pau de Léguas – 24 e 25 de abril de 2009 – onde novamente reuniram-se as comunidades do entorno do PEMS com o apoio do CAA, da CPT e de pesquisadores da Unimontes.

FIGURA 01
Abertura do I Encontro do *Vazanteiros* na Ilha de Pau de Légua – 24 e 25 de abril de 2009.



Foto: Felisa Anaya (2009)

Nesta foto, podemos observar que os alimentos possuem uma centralidade da sessão de abertura do evento. No momento da foto ocorria o batuque, dança típica dos *vazanteiros* da região, cuja música entoava a seguinte rima: “*O Estado quer tomar a nossa terra, mas nós vamos resistir, nós não vamos sair daqui...*”. Dentre outras falas, entre frases que misturavam resistência, luta e fé, observei que as pessoas chegavam e iam colocando os alimentos cultivados e extraídos dos seus lugares de vida no centro da roda. A abóbora, a mandioca, ovos, acerola, mamão, limão, cana, diversos tipos de pimenta, feijão e artesanatos de barro. Por baixo de tudo isso, como um manto protegendo os alimentos, estava a rede de pesca. Era a centralidade do rio São Francisco na vida daquelas pessoas. O *vazanteiro* tem a partir das dinâmicas das águas deste rio a criação e recriação da cultura e da vida cotidiana de suas gentes.

Foi a partir das observações realizadas durante estes três eventos que pude delimitar o foco do meu estudo. Como neste segundo momento da pesquisa de campo em que define Bandão (2007), foi a partir do observar destes gestos e falas que me propus a pesquisar a dimensão cultural das práticas agroalimentares dos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Légua, tendo centro analítico as implicações que as restrições de uso e acesso aos recursos naturais da região, em função da criação do PEMS, podem ter para a soberania alimentar desta comunidade tradicional.

A partir deste segundo momento, pude construir meu instrumento de coleta de dados. Pela dinâmica de vida dessas pessoas, e pela relação que consegui estabelecer com os moradores da Ilha de Pau de Léguas, optamos por escolher as entrevistas semi-estruturadas, que é definida por Queiroz (1991, p. 58) como sendo aquela em que, “(...) o pesquisador de tempos em tempos efetua uma intervenção para trazer o informante aos assuntos que pretende investigar; o informante fala mais que o pesquisador, dispõe de certa dose de iniciativa, mas na verdade quem orienta todo o diálogo é o pesquisador”. O instrumento de coleta de informações e dados foi elaborado de maneira a mesclar informações quantitativas e qualitativas, tendo em vista que o mesmo tem servido também para auxiliar alguns trabalhos desenvolvidos pelo CAA e pela CPT no sentido de contribuir para a formulação de propostas de negociação com o poder público local¹.

Assim, o roteiro da entrevista foi sendo construído à medida que me relacionava com a comunidade. A partir do contato com a vida cotidiana dos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas, da observação de suas práticas, das idas nas reuniões com o CAA e com a CPT, as perguntas foram surgindo para que eu pudesse construir um instrumental que chegasse mais perto do objetivo desta pesquisa. Entretanto, os momentos mais ricos deste trabalho se deram a partir de conversas mais abertas, dos dados anotados em meu caderno de campo sobre os fazeres cotidianos da comunidade. Assim, foi em um dia de “arranque” da mandioca para se fazer a farinha que participei junto com uma família na Ilha, onde pude perceber de forma mais marcante a importância que o território acessado por aqueles sujeitos constitui-se no meio de garantir a sobrevivência coletiva. E sobrevivência não só física, mas também social, cultural. A observação das falas, das ações, do sentimento de coletividade, possibilitou um dos momentos mais ricos para se obter as informações deste estudo.

Assim, foram realizadas 52 entrevistas semi-estruturadas na área de pesquisa, em dois períodos distintos do ano, onde pude perceber algumas diferenças quanto às estratégias agroalimentares de acesso ao alimento, em função da seca ou chuva e da dinâmica de cheia do rio São Francisco. Para além das informações registradas através do instrumental, as observações durante as pesquisas de campo foram de fundamental importância para se atingir o objetivo do presente estudo. Desta forma, como já abordado, as experiências a partir do contato cotidiano com as práticas dos *vazanteiros*

¹ Destaca-se que as informações já coletadas foram repassadas ao CAA para a formulação de uma Carta-Proposta dos Vazanteiros e Vazanteiras da Ilha de Pau de Léguas, entregue no dia 17 de Junho de 2010 ao gerente do Instituto Estadual de Florestas em Jaíba.

da Ilha de Pau de Léguas – como o dia do “arranque” da mandioca - foram ricas em detalhes sobre a história de vida, de luta e resistência desta comunidade. Assim do universo pesquisado, foram analisadas com mais profundidade as falas de 10 entrevistados que me proporcionaram uma abertura maior para que se alcançasse o objetivo do trabalho, para além das anotações realizadas em meu caderno de campo e das falas observadas em reuniões, encontros e outros. Foi utilizada uma técnica sobre o que a família comeu na última semana², que possibilitou o conhecimento sobre os alimentos acessados pela comunidade, assim como de onde vieram os mesmos. Tal técnica proporcionou demonstrar como a falta de acesso aos territórios tradicionais tem provocado uma situação de dependência ao comércio externo muito maior que há anos atrás, quando praticamente todo o alimento da família era produzido e acessado em seus ambientes de morada.

O estudo enfoca as dinâmicas agroambientais de produção e do acesso ao alimento na Ilha de Pau de Léguas. Assim, para analisar as transformações dos espaços de reprodução socioeconômica desta comunidade, formulamos um calendário agroalimentar que explicitará as dinâmicas de produção dos alimentos durante todo o ano. O objetivo da construção deste instrumento foi o de identificar quais são os períodos do ano em que se observa uma maior vulnerabilidade da soberania alimentar devido ao cerceamento do acesso aos territórios tradicionalmente utilizados pela comunidade. Para os objetivos deste estudo, foi utilizada a análise de conteúdo para interpretação das dinâmicas investigadas, uma vez que esta possibilita o entendimento do conteúdo latente das falas, dos gestos, dos valores, e procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça, buscando outras realidades através das mensagens (BARDIN, 2009).

A perspectiva analítica utilizada nesta pesquisa está fundamentada teoricamente na perspectiva da Justiça Ambiental. Este paradigma indica a necessidade de trabalhar a questão do meio ambiente não apenas em termos de preservação, mas também de distribuição e justiça (ACSELRAD, 2004). A Justiça Ambiental, ou Ecologismo dos Pobres (MARTÍNEZ-ALIER, 2007), representa o marco conceitual necessário para aproximar em uma mesma dinâmica as lutas populares pelos direitos sociais e humanos, pela qualidade coletiva de vida e a sustentabilidade ambiental. Esta concepção teórica se

² Assinala-se que esta técnica foi adaptada do trabalho realizado por Bustamante *et al* (2009), quando em sua pesquisa, buscou-se levantar o consumo qualitativo de alimentos pela comunidade pesquisada pelo grupo no dia anterior à visita. Tendo em vista as especificidades da comunidade *vazanteira* estudada neste trabalho, e tendo em vista o tempo para conclusão do mesmo, optou-se trabalhar com o que a família comeu na última semana, sendo este instrumental trabalhado em dois períodos distintos.

preocupa com as maiorias que, na contramão dos processos econômicos vigentes, dispõem de relativamente pouco espaço ambiental para se reproduzirem e praticarem suas dinâmicas de vida. Estas estratégias socioeconômicas são, em sua grande maioria, feitas a partir do gerenciamento sustentável dos recursos naturais, mas cuja subsistência está ameaçada por minas, poços de petróleo, barragens, desflorestamento e *plantations* florestais para alimentar o crescente uso de energia e matérias-primas dentro ou fora dos seus próprios países.

Assim, o trabalho foi elaborado a partir de quatro capítulos mais as considerações finais. O primeiro, intitulado “**Segurança e Soberania Alimentar: uma análise a partir das estratégias agroalimentares**”, busca apresentar do ponto de vista conceitual, as discussões sobre segurança e soberania alimentar enquanto referenciais para a problemática alimentar no mundo. Buscamos ter como foco central a análise da dimensão cultural e identitária dos hábitos alimentares e das dinâmicas de acesso ao alimento. O segundo capítulo desta pesquisa refere-se, ainda do ponto de vista conceitual, sobre as “**Comunidades Tradicionais, Modos de Vida e Dinâmicas Socioculturais no Norte de Minas: os *vazanteiros* em questão**”. O objetivo é apreender as particularidades teóricas do conceito de Comunidades Tradicionais no âmbito das Ciências Sociais para se compreender as dinâmicas de grupos socialmente diferenciados no contexto do Norte de Minas, explicitando as especificidades de um grupo humano em particular: os *vazanteiros*.

No terceiro capítulo cujo título é “**A criação de Unidades de Proteção Integrais como Política de Conservação Ambiental na Mata Seca Norte-Mineira: o Parque Estadual da Mata Seca**”, discute-se a emergência dos conflitos socioambientais a partir do processo de criação das unidades de conservação no Norte de Minas como compensação ambiental dos projetos agropecuários na região. Para interpretar este processo, foi fundamental apreender a lógica inerente ao processo de modernização conservadora inserida na região a partir da década de 1970 e suas implicações para as dinâmicas das comunidades tradicionais norte-mineiras. Buscamos neste capítulo abordar de que maneira foi implementado o Parque Estadual da Mata Seca, tendo as falas da própria comunidade um importante meio de informação deste processo. E, por fim, o quarto capítulo apresentará as análises realizadas a partir da pesquisa de campo. Intitulado “**Parques Estaduais e Comunidades Tradicionais: implicações sobre as estratégias agroalimentares dos *Vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas**”, o capítulo busca apresentar as implicações geradas a partir das restrições de

uso e acesso aos recursos naturais na área do parque para a soberania alimentar dos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas. O calendário agroalimentar, que explicita as dinâmicas de uso dos ambientes, assim como os alimentos acessados nos períodos de seca e chuva, será apresentado neste momento, buscando fazer uma análise frente ao contexto vivenciado pela comunidade. Também será este o momento de evidenciar as falas, compreender os processos de expropriação vividos pelos *vazanteiros*, assim como evidenciar os processos de articulação que estão sendo criados em parceria com os segmentos da sociedade civil para dar visibilidade às lutas destas comunidades tradicionais.

Além destes quatro capítulos, o texto possui as **Considerações Finais**, onde apresentamos algumas reflexões sobre as dinâmicas agroalimentares da comunidade tradicional *vazanteira* da Ilha de Pau de Léguas em função da criação do Parque Estadual da Mata Seca em seus lugares de vida, assim como as conclusões a que chegamos ante as discussões realizadas nos capítulos anteriores e a apresentação da proposta elaborada pela comunidade para resolução do conflito analisado.

CAPÍTULO 01

SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS ESTRATÉGIAS AGROALIMENTARES

Um breve retrospecto sobre o tema da segurança alimentar, permite inferir que este conceito está em constante construção, estando vulnerável às condições históricas, sociais e políticas ao longo dos tempos. De acordo com diferentes interesses, concepções de realidade e de opções filosóficas, o conceito em análise adota distintas abordagens. Desta forma, o que se pretende neste trabalho é explorar a dimensão simbólica dos atos alimentares, caracterizando a questão alimentar a partir de parâmetros não só de acesso, produção e consumo dos alimentos, mas relacionado-a com os hábitos alimentares, os valores vinculados à alimentação e as representações culturais e identitárias envolvidas nas práticas agroalimentares, o que presume algo que vá além de garantia apenas da segurança alimentar, que neste caso se configura como a soberania alimentar dos grupos. Assim, as análises sobre as estratégias agroalimentares de grupos específicos aparecem neste momento com o objetivo de compreender de que forma, o acesso aos recursos naturais e as estratégias de se obter o alimento, constitui-se em condição fundamental para garantir a soberania alimentar. Estes pontos fundamentais tornam-se, portanto, os focos de análise do presente capítulo.

1.1 - Reflexões sobre a problemática alimentar

Investigar sobre o tema da soberania alimentar em pleno século XXI, é debruçar, especialmente, sobre uma das maiores expressões da desigualdade social no Brasil e no mundo: a fome. Sobre este aspecto cabe ressaltar os últimos dados sobre esta que constitui-se em uma das grandes calamidades dos tempos. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio – PNAD- de 2004³, estão em condições de insegurança alimentar no Brasil cerca de 34,8% da população, sendo que estes números se tornam mais expressivos na região Nordeste do país e em áreas rurais.

Tais constatações não querem induzir a uma compreensão de que o conceito ora analisado tenha apenas uma dimensão a ser estudada, qual seja a condição de pobreza ou de exclusão de camadas da população. Estes fatores são fundamentais, mas não

³ Destaca-se que pela primeira vez, desde que a PNAD foi criada em 1967, foi elaborada uma pesquisa que tratasse especificamente dos indicadores da condição de Segurança Alimentar no Brasil. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>.

suficientes, no entendimento da condição da soberania alimentar das sociedades. Fato é que examinar suas dimensões demanda análises que dêem conta da totalidade dos fatores que a influenciam, assim como do entendimento da multidimensionalidade onde se inserem as práticas alimentares dos indivíduos.

As primeiras análises sobre a questão alimentar como uma problemática das sociedades foram realizadas através dos escritos do economista e demógrafo inglês Thomas Malthus, que ainda no século XVIII, fundamentou seu pensamento em dois Ensaio⁴, expressando suas ideias sobre o futuro das populações e a fome no mundo. A Teoria Malthusiana baseia-se no princípio da escassez, segundo a qual a população humana tende a crescer mais rapidamente que a produção de alimentos. O quadro socioeconômico da Inglaterra do século XVIII, em plena Revolução Industrial, foi a base empírica sobre a qual Malthus (1983, p. 22) afirmou que “o poder de crescimento da população é indefinidamente maior que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem”.

De acordo com Malthus, as consequências deste processo só poderiam ser amenizadas se a população se dispusesse à prática da restrição moral da natalidade, tal como casando-se mais tarde e tendo menos filhos (POURSIN & DUPUY, 1975). Como não poderia prever o avanço tecnológico dos processos de produção no setor agrícola, assim como das ações preventivas de controle populacional, a Teoria Malthusiana ao mesmo tempo em que foi e é criticada por sua postura pessimista e moralista, tornou-se base para políticas agrícolas em todo o mundo, a exemplo da Revolução Verde⁵.

Os quadros de fome e miséria que se tornaram evidentes no mundo depois de inúmeras revoluções, de guerras mundiais e da crise econômica provocada em 1929, colocaram as idéias de Malthus em cena política outra vez. Para Abramovay (1983) a permanência da Teoria Malthusiana se manifesta pela sua inerente capacidade de ressurgir periodicamente a partir de diferentes roupagens, mas com semelhantes princípios. Após uma busca desenfreada pelo desenvolvimento das nações, que se fundamentava nas diretrizes econômicas, o contexto socioeconômico da maioria dos

⁴ As obras de Thomas Malthus que expressaram sua teoria foram “Um ensaio sobre o princípio da população na medida em que afeta o melhoramento do futuro da sociedade, com notas sobre as especulações de Mr. Godwin, M. Condorcet e outros escritores” em 1798, e “Um ensaio sobre o princípio da população ou na visão de seus efeitos passados e presentes na felicidade humana, com uma investigação das nossas expectativas quanto à remoção ou mitigação futura dos males que ocasiona” publicado em 1803.

⁵ A Revolução Verde baseou-se em um programa de pesquisas para o aumento da produção do trigo, do milho e do feijão, lançado em 1943 no México. Tal programa propagou-se pelo mundo, sendo adequado às condições de cada país, o que permitiu em questão de números, a multiplicação dos meios de subsistência num ritmo superior ao da multiplicação demográfica (POURSIN & DUPUY, 1975).

países demonstrava que era urgente uma medida que melhorasse suas condições de vida e, em especial, a produção dos alimentos principalmente nos países de Terceiro Mundo.

Neste sentido, surgiram diversos grupos de pensadores, autodenominados Neomalthusianos ou Ecomalthusianos, que influenciaram as políticas agrícolas no mundo, em especial a Revolução Verde (POURSIN & DUPUY, 1975). Muito embora o objetivo desta revolução não fosse a retirada das pessoas da condição de pobreza e miséria que se encontravam, mas sim, primordialmente, a mecanização da produção agrícola, alguns dos seus resultados, como o aumento da produção de alimentos, não foram tão positivos no que se referiu ao acesso da população aos bens produzidos. Desta maneira, ficou evidente diante do ainda presente quadro de pobreza e miséria no mundo que a questão da fome não se limitava à produção em grande escala de alimentos. Este problema fundamental consistia mais no resultado da má distribuição de renda da população e do acesso aos alimentos.

Fatores que até então não eram levados em considerações nas análises sobre as questões alimentares, tais como as especificidades culturais e geográficas das regiões, as sociedades e as diferentes manifestações da fome, foram tratadas com grande propriedade pelo autor Josué de Castro, que denunciou, nos anos 1940, a escassa produção bibliográfica sobre o tema, algo que se projetava tão real quanto cruel no mundo. Para este autor, a maior parte dos estudos científicos sobre a fome se limitava a uma visão unilateral do problema. Geralmente publicados por especialistas limitados por suas especialidades na área da economia, “o complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais” da fome era desconsiderado (CASTRO, 1967, p. 14).

A obra “Geografia da Fome O Dilema Brasileiro: Pão ou Aço” do referido autor, publicada pela primeira vez no ano de 1946, denunciou a problemática alimentar como uma expressão biológica dos males sociológicos. Castro (1967) procurou abordar o fenômeno da alimentação a partir do estudo dos recursos naturais que o meio oferece para a subsistência das populações e a análise dos processos pelos quais estas se organizam para satisfazer suas necessidades fundamentais em alimentos.

Ao contrário da teoria proposta por Thomas Malthus, Josué de Castro afirmou em outra obra de mesma problemática, que a fome não é um produto da superpopulação: a fome já existia em massa antes do fenômeno da explosão demográfica do pós-guerra. Apenas esta fome que dizimava as populações do Terceiro Mundo era escamoteada, abafada e escondida. Não se falava do assunto que era

vergonhoso: a fome era tabu (CASTRO, 2003, p. 47). Para este autor, a explicação sobre a verdadeira causa da manifestação deste fenômeno – a fome – situa-se na incapacidade que os organismos sociais possuíam de satisfazer a mais fundamental das necessidades humanas: a alimentação. Em outra passagem, Castro (2003, p. 114) afirma que

(...) existem duas maneiras de morrer de fome: não comer nada e definhar de maneira vertiginosa até o fim, ou comer de maneira inadequada e entrar em um regime de carências ou deficiências específicas, capaz de provocar um estado que pode também conduzir à morte. Mais grave ainda que a fome aguda e total, devido às suas repercussões sociais e econômicas, é o fenômeno da fome crônica ou parcial, que corrói silenciosamente inúmeras populações do mundo.

O “Pão ou Aço” do título da obra de Josué de Castro se refere ao contexto vivenciado pelo Brasil na década de 1940, onde o projeto de desenvolvimentismo já se encontrava presente no discurso político em busca da saída da condição de país, considerado pelos padrões hegemônicos, subdesenvolvido e atrasado. O dilema na época era apoiar-se no setor agrícola ou no industrial para deslanchar a economia do país. Destaca-se que ao se remeter ao surto de desenvolvimento econômico no Brasil, Castro (1967) não desconsiderou a importante transformação na esfera econômico-produtiva que logrou bons índices de crescimento e de renda média *per capita* no país. Entretanto, o chamado “progresso”, por não ser medido somente a partir de índices estatísticos, continuou apresentando grandes discrepâncias regionais. O autor afirma que a industrialização e o desenvolvimento da economia brasileira seguiram as características da colonização, uma política pouco interessada pelas camadas sociais, ocupando-se apenas “em desenvolver o mais desenvolvido e em enriquecer os mais enriquecidos pelo sistema vigente” (CASTRO, 1967, p. 274).

Em função do grande investimento no setor industrial sem, contudo, igual investimento na economia agrícola no país, as bases do sistema produtivo alimentício ficaram fragilizadas, o que para Castro (1967) constituía-se em um fator propulsor à situação de fome no Brasil. Para o autor, “nenhum plano de desenvolvimento é válido, se não conduzir em prazo razoável à melhoria das condições de alimentação do povo” (IDEM, p. 289). Naquele momento, fome e subdesenvolvimento representavam a mesma situação, neste sentido, era necessário que políticas públicas de impacto na cadeia alimentar fossem formuladas, uma vez que o estado de subnutrição e carência da população eram considerados uma limitação ao desenvolvimento do país.

As influências das duas perspectivas analisadas anteriormente, de Tomas Malthus e de Josué de Castro, nas contribuições para a definição do conceito de segurança e soberania alimentar foram fundamentais para a formação destes termos. Muito embora os pensadores analisados não se referissem à problemática alimentar utilizando tais definições, acionar suas ideias, especialmente pela grande influência que possuíram para as políticas públicas no Brasil, torna-se de grande relevância para construirmos uma abordagem que considere a situação de segurança e soberania alimentar, em uma perspectiva que englobe, para além dos fatores apontados por Tomas Malthus e Josué Castro, as influências simbólico-culturais que o fenômeno da alimentação envolve.

1.1.1 - A institucionalização do conceito de Segurança Alimentar

Acredita-se que a primeira vez que utilizou-se o termo segurança alimentar nos estudos sobre a problemática da fome, foi no contexto da Primeira Guerra Mundial, onde o controle do fornecimento de alimentos surgia como uma importante arma de poder, uma vez que um país poderia dominar o outro se tivesse em seu controle a produção de alimentos (MENEZES, 1998). Desta maneira, com concepções fundamentalmente militares, a segurança alimentar refletia mais uma estratégia de segurança nacional dos países.

Assim, foi no contexto pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945), frente ao quadro de fome, pobreza e miséria dos países, com a criação da Organização das Nações Unidas – ONU -, que o conceito de segurança alimentar adquiriu *status* político (VALENTE *et al*, 2007, p. 03). Naquele momento, a concepção difundida era de que tal questão estava relacionada à insuficiência de disponibilidade de alimentos, o que aumentava a preocupação com a produtividade principalmente dos países pobres. A fome foi oficializada como problemática mundial, em 1943 na Conferência de Hot Springs, realizada pela Organização das Nações Unidas - ONU - onde participaram 43 países, dentre os quais o Brasil, de onde surgiu, dois anos depois, a maior entidade permanente dedicada às grandes questões da segurança alimentar e da agricultura, a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas – FAO (CASTRO, 1967). Para este autor, a questão alimentar passava a ser debatida internacionalmente a partir da construção deste organismo, que se responsabilizaria por seguir a meta de libertar as pessoas da carência alimentar instaurada.

Havia um entendimento na época da criação da FAO, que vinculava a questão alimentar à capacidade de produção dos países. Era evidente que havia uma limitação de produção dos alimentos no contexto pós-guerra, entretanto a segurança alimentar dos povos não podia se limitar a tal questão. Contudo, foi esse discurso que fortaleceu a elaboração de políticas de fomento à produção de gêneros alimentícios, como a já citada Revolução Verde. O objetivo desta política era aumentar significativamente a produção agrícola, através de sua mecanização e do emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos). Entretanto, conforme aponta Menezes (1998), a recuperação da produção mundial de alimentos não foi suficiente para garantir a segurança alimentar dos povos, como previa a FAO. A partir de então, percebeu-se que “mais do que a disponibilidade de alimentos, a capacidade de acesso por parte dos povos em todo o mundo mostrava-se como questão crucial para a Segurança Alimentar” (MENEZES, 1998, p. 03).

Foi na década de 1970, com a Conferência Mundial de Alimentação em 1974, que o conceito passou a seguir outras linhas de pensamento. Segundo Valente *et al* (2007), a partir desta conferência, o termo segurança alimentar adquiriu dimensões mais abrangentes passando, ao longo dos anos, do foco apenas na produção e armazenamento para o foco no ser humano. Ou seja, “agregam-se a este conceito (até a década de 1990) as questões relacionadas à garantia de acesso físico e econômico de todos – e de forma permanente - a quantidades suficientes dos alimentos” (VALENTE *et al*, 2007, p. 04). Neste sentido, após grandes discussões em torno da problemática alimentar, em uma segunda conferência da FAO, a Conferência Mundial da alimentação em 1996, adotou-se o seguinte conceito

A segurança alimentar é alcançada no momento em que todas as pessoas, em todas as ocasiões, têm acesso físico e econômico a uma alimentação que seja suficiente, segura, nutritiva e que atenda as necessidades nutricionais e preferenciais alimentares, de modo a propiciar vida ativa e saudável (FAO, 1997).

As análises apresentadas por Maluf *et al* (1996) postulam, entretanto, que tal conceito se mostrava insuficiente frente às necessidades reais da população. Para estes autores, constitui ponto central de análise a questão do acesso aos alimentos, seja em sua fase final, ou às formas de sua obtenção. Este acesso deve envolver a disponibilidade de alimentos de qualidade, originados de formas produtivas eficientes,

porém, não excludentes e sustentáveis, tendo uma divulgação de informações ao consumidor sobre práticas alimentares saudáveis e dos possíveis riscos à saúde, mediados pelo alimento (MALUF *et al*, 1996).

Para estes autores, as políticas de segurança alimentar e nutricional devem estar co-relacionadas com o papel das políticas agrícolas e de desenvolvimento rural, o que implica um envolvimento com as questões relativas também ao comércio exterior e, conseqüentemente, à política cambial. Outro ponto fundamental das análises apresentadas por Maluf *et al* (1996) se refere ao respeito aos hábitos e à cultura alimentar das populações. Desta forma, acredita-se que há que se considerar a “dimensão do patrimônio cultural que está intrínseco nas preferências alimentares das comunidades locais e nas suas práticas de preparo e consumo dos alimentos” (MALUF, *et al*, 1996, p. 03) para se avaliar a condição de segurança alimentar das mesmas⁶. De acordo com Maluf (2001) a questão alimentar está inserida em uma ordem maso e macroeconômicas, que vão para além das ações pontuais que dão ênfase quase que exclusivamente no nível domiciliar da segurança alimentar. Para o autor, as políticas de alimentares devem estar co-relacionadas com o papel das políticas agrícolas e de desenvolvimento rural, o que implica um envolvimento com as questões relativas também ao comércio exterior e, conseqüentemente, à política cambial.

Segundo Maluf (2001) ao analisar a segurança alimentar a partir destes focos – maso e macroeconômicos – este conceito estabelece uma relação direta com a questão da equidade social. Nas palavras do autor,

Uma maior equidade social é tida como pré-condição para o acesso adequado aos alimentos, sendo a equidade comumente medida em termos do nível de renda apesar de englobar fatores que não são devidamente expressos por esse indicador. O grau de desigualdade numa sociedade afeta a capacidade de acesso da população aos alimentos, que por sua vez impacta a produção e o consumo alimentar. Destaca-se entre os fatores determinantes do acesso aos alimentos o nível do emprego e dos salários e a existência de oportunidades de trabalho em geral (...) (MALUF, 2001, p. 147).

A institucionalização do conceito de segurança alimentar, compreendido a partir da relação que estabelece com variáveis econômicas, políticas e sociais, expressa a

⁶ O autor explicita que essa abordagem não significa dizer que todos os hábitos alimentares destas comunidades são sempre saudáveis. Para Maluf *et al* (1996) é preciso haver um aprimoramento desses hábitos, quando necessário, mas sempre atento às características específicas dos grupos sociais.

necessidade que se tem de correlacionar as políticas que se referem à problemática alimentar à dimensões diversas. Desde que o conceito fora utilizado, ainda no contexto da primeira Guerra Mundial, a perspectiva de análise tem passado por um processo contínuo de formulações, estabelecendo ligações diretas com fatores que vão se complementando ao longo das referências teóricas que são formuladas para as políticas alimentares. Assim, é fundamental compreender que as políticas adotadas pelos países no que se refere ao combate à fome, são formuladas a partir dos diferentes conceitos que adotam sobre a questão alimentar.

1.1.2 – **Concepções e institucionalização do conceito de Segurança Alimentar no Brasil**

Muito embora o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA - seja um direito fundamental previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948 através do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC - do qual o Brasil é signatário, Costa (2007) afirma que a falta de políticas de Estado com relação à alimentação, constitui-se uma violação a este direito fundamental assegurado nos dispositivos internacionais. Para a autora, o marco legal é um importante instrumento de intervenção, entretanto, na prática, as medidas jurídicas não têm apresentado a efetividade que pregam as leis. De acordo com a autora, é fundamental, para a garantia do acesso aos direitos sociais⁷, a mobilização da sociedade civil exigindo o cumprimento das obrigações as quais os governos estão submetidos através da Constituição, dos pactos e acordos nacionais e internacionais.

Observa-se atualmente no Brasil a importância das ações realizadas no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar - CONSEA, que constitui-se em um órgão formado por representantes da sociedade civil e governo, com a função de propor diretrizes para a política nacional de alimentação. Em nível internacional, as ações da Rede FIAN, abreviação do “Food First Information & Action Network” (Rede de Ação e Informação “Alimentação primeiro”), merecem destaque por se tratar de uma organização de apoio e solidariedade pela garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada presente em 60 países, dentre os quais o Brasil.

⁷ Para Barbosa (2007) é importante destacar, quando se trata de direitos sociais, o entendimento de que estes são produtos históricos das relações sociais. Para o autor, deve-se compreender estes direitos “como produtos de lutas sociais, historicamente marcadas, realizadas por determinados atores, com posições e visões de mundo conflitantes” (p. 32). Neste sentido, de historicizar o processo de construção dos direitos sociais, o homem situa-se como um ser ativo e político na luta por sua efetivação através dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil.

A garantia da segurança alimentar é condição *sine qua non* o Direito Humano à Alimentação Adequada. Assim, a proposta contida na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, nº 11.346/2006 constitui em mais um dispositivo legal que pode contribuir na formulação e implementação de políticas, planos e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada (COSTA, 2007). A referida lei, que vem assegurar a indivisibilidade dos direitos humanos, institui a segurança alimentar como foco prioritário de políticas públicas e programa do governo, além de instituir as definições, princípios e objetivos para a composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o SISAN.

As pressões exercidas pelos representantes de diferentes organizações sociais, como o CONSEA, tem colocado a questão da alimentação nos dispositivos políticos e chamado atenção dos governantes para a não efetivação deste direito. Zimmermman (2004) afirma que, no Brasil, a partir da metade dos anos 1990, é introduzida uma política de segurança alimentar no país, uma vez que as políticas públicas de combate à pobreza, à desigualdade e à subalimentação até então estavam relegadas a segundo plano. Para este autor, o combate à vulnerabilidade alimentar da população, que teve um viés economicista no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), passa a ser moldado sob a ótica dos direitos com os programas e projetos adotados pelo Programa Fome Zero⁸. De acordo com Zimmermman (2004, p. 16) um aspecto de grande relevância neste programa está no fato de relacionar a soberania alimentar “à necessidade de preservação da cultura alimentar de cada povo”.

No Brasil, apenas no ano de 2010 a alimentação foi incluída no artigo sexto⁹ da Constituição, que trata dos Direitos Sociais dos cidadãos. A conquista foi resultado da campanha nacional pela inclusão deste direito através de iniciativas do já citado CONSEA, de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e de entidades públicas e privadas do país. A Emenda Constitucional nº 64 foi promulgada em 04 de janeiro de 2010 e representa grande conquista dos brasileiros, tendo o direito à alimentação garantido na carta constitucional.

⁸ Para Zimmermman (2004) o Programa Fome Zero do governo Lula é uma inovação no Brasil, antes de tudo, pelo fato de tematizar a fome e a pobreza no país. Entretanto, o autor ressalta que alguns aspectos do programa, embora tenha evoluído qualitativamente e quantitativamente, seguem as linhas políticas de transferência de renda instituídas pelo governo Fernando Henrique.

⁹ Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Nova redação dada pela [EC Nº 63 de 2010](#)).

1.2- Cultura e identidade à mesa: a representação da comida na construção social dos grupos

Enfatizar a perspectiva simbólica presente nas práticas agroalimentares, requer o entendimento de que a alimentação é um fenômeno não só biológico-nutricional, como também simbólico-cultural. Entende-se neste estudo que, para além dos efeitos nutritivos, as práticas alimentares dos grupos humanos expressam as suas concepções de mundo, de cultura e de modos de vida. Assim, ao entender a soberania alimentar neste sentido, postula-se que negligenciar as formas e possibilidades de garantia e acesso aos alimentos e às formas de obtê-lo, por estas práticas constituírem não só como estratégias de sobrevivência, como a materialização da cultura, da identidade e de um modo de vida, é uma expressão da insegurança alimentar dos grupos humanos. Baseados nas idéias de Lopes (2006), as práticas alimentares são entendidas a partir de sua pluridimensionalidade e multidimensionalidade. Desta maneira, compreende-se que os atos alimentares são considerados, simultaneamente, como um fenômeno humano e social, sendo, portanto analisados a partir da transação entre uma economia actorial, as condições objetivas de existência e o sistema cultural do consumidor (LOPES, 2006).

Nesta perspectiva de análise, compreende-se que a questão alimentar só é devidamente apreendida quando analisada a partir de três parâmetros fundamentais e interdependentes: o *homo economicus*, o *homo sociologicus* e o *homo symbolicus*. A articulação destes três parâmetros de análises aborda a problemática alimentar a partir do entendimento dos recursos materiais, dos mecanismos e dispositivos de apropriação e distribuição destes, das estruturas dos indivíduos (através das relações e interações que estruturam a existência humana), a regulação e modelação das práticas e comportamentos dos indivíduos. Não menos importante, está a dimensão dos sentidos, racionalidades e percepções sociais pelas quais se inserem as práticas alimentares, o que imprime sentidos culturais e identitários a estes hábitos.

Lopes (2006) tentou demonstrar que os hábitos alimentares se constituem em uma instituição cultural dos grupos humanos, uma vez que inscrevem um conjunto de normas, hábitos, ritos e comportamentos individuais e coletivos. Não é possível, portanto, garantir a reprodução alimentar dos grupos, desconsiderando a determinante função que exerce a cultura nos hábitos alimentares. Segundo este autor, é esta dimensão “que opera a modelagem das práticas, articulando a energia afectiva com o

projeto colectivo e os efeitos de mobilização afectiva com os efeitos de legitimidade social” (LOPES, 2006, p. 47).

O ato de se alimentar, configura então, como resultado de um conjunto de escolhas que envolvem os aspectos históricos, econômicos, simbólicos, naturais, ecológicos e psicológicos moldados pela cultura. Esta possui o importante papel de definir as prescrições alimentares de acordo com suas interdições simbólico-históricas. Nesta perspectiva, as análises levantadas por Santos (2001) demonstram como as práticas alimentares dos indivíduos influenciam o cotidiano e as sensibilidades culturais dos grupos. Para o autor

O alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social. Os alimentos não são somente alimentos. Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro. A historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais como espelho de uma época e que marcaram uma época. (SANTOS, 2001, p. 13)

Para Santos (2001) o homem transforma o alimento, que é uma necessidade biológica, numa necessidade cultural, onde o ato de comer se transforma em um mecanismo de troca e de relacionamentos sociais. Mintz (2001) vai ao encontro destas ideias, ao afirmar que existe uma forte relação entre a forma de se comer, o que comer, com que frequência e onde se come com as questões de ordem comportamental e de identidade social dos indivíduos. Neste sentido, o autor partilha da ideia de que “o comportamento relativo à comida revela repetidamente a cultura em que cada um está inserido” (MINTZ, 2001, p. 32). Assim, os grupos humanos são o resultado, o produto de um caráter, de uma ordem moral que, por sua vez, reproduz-se através do alimento, da maneira como se come e de todos os ciclos que o envolve. Assim, faz-se necessário, portanto, compreender esta que constitui-se em um referencial determinante das práticas alimentares dos grupos, a cultura.

É a partir da semiótica¹⁰ que Geertz (1989) analisa o conceito de cultura que, segundo o autor, só pode ser entendido a partir da interpretação de uma descrição densa. É através do sistema de símbolos que o autor supracitado compreende a cultura a partir

¹⁰ Para Lopes (2006) a semiótica constitui-se a ciência que estuda os sinais, os símbolos no seio da vida social.

das teias de significados, e sua análise não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. Dentro de um contexto específico, pode-se interpretar os modos de vida e as práticas sociais moldadas pela cultura, que para Geertz (1989, p. 103) denota um padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, “um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida”.

Na análise sobre a alimentação como fenômeno cultural, pode-se utilizar a análise proposta por Geertz (1989) que é a de interpretá-la a partir dos seus sistemas e símbolos que configuram fontes primordiais de informações. Neste sentido, a cultura, por ser pública e aceita coletivamente, molda o comportamento humano e determina os valores, as relações sociais, as interdições e a identidade dos grupos, sendo central à produção do significado e da reprodução das relações sociais. É preciso considerar nesta análise que a cultura não é estática e fixa, ela também é moldada pelas relações sociais e reflete as mudanças vivenciadas pelos grupos, se redesenhando com momentos de ruptura ou de conservação dos hábitos, normas vigentes e suas identidades.

Identidade é um conceito sobre o qual se debruçam várias possibilidades de análises. Alguns autores preferem compreendê-la numa perspectiva essencialista, segundo a qual esta se constitui em algo fixo e imutável. É característico desta análise o determinismo biológico e a naturalização dos fenômenos naturais. Por outro lado, a posição não-essencialista tem enfatizado que as identidades são fluidas, que não são essências fixas, estão presentes as diferenças, que são categorias fundamentais para as análises. Woodward (2000, p. 14) afirma que “a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades”. Assim, a autora refere-se à identidade como uma construção tanto simbólica como social.

É nesta perspectiva que Woodward (2000) afirma que a alimentação possui uma importância cultural específica para o estudo da identidade dos grupos sociais. Ocorre que a comida transforma-se em um meio pelo qual as pessoas podem fazer afirmações sobre si próprias, e através deste fenômeno, as identidades são destacadas, reelaboradas e afirmadas. Estudos sobre a construção da identidade apontam a importante influência que a alimentação possui para a caracterização dos grupos humanos. Isto porque, de certa forma, a produção da identidade a partir das classificações alimentares se dá em

função das interdições coletivas sobre as quais a cultura estabelece fronteiras e distingue as diferenças entre os grupos. Segundo Woodward (2000, p. 42)

Como organismos biológicos, precisamos da comida para sobreviver na natureza, mas nossa sobrevivência como seres humanos depende do uso das categorias sociais que surgem das classificações culturais que utilizamos para dar sentido à natureza.

A partir da análise da função social da cozinha, Woodward (2000) constatou que é dentro deste espaço (cujas delimitações se dão não apenas fisicamente, mas também social e historicamente determinados) que a natureza é transformada em cultura. É esta dimensão cultural dos rituais, do símbolo e das classificações que produz o significado dos atos alimentares e que rege a reprodução das relações sociais coletivas. No espaço social e físico da cozinha, a sociedade se reflete a partir das relações de gênero, da distribuição das atividades no grupo familiar e da condição social do grupo. Na perspectiva analisada, a cozinha apresenta-se como uma possibilidade de leitura das hierarquias presentes no grupo familiar e social analisados.

Para Santos (2001) a cozinha é o espelho, um microcosmo da sociedade. É neste espaço, e através da cultura, que a comida passa a portar significados simbólicos e pode atuar como significante no estudo sobre culturas e identidades. Refletem-se na cozinha também as influências e os intercâmbios da sociedade que produzem novos sentidos às práticas e aos hábitos alimentares, principalmente em função da globalização. As cozinhas guardam histórias, tradições, receitas transmitidas oralmente através das gerações, mas também refletem as posições sociais do grupo familiar, a construção do que é permitido se comer a partir de prescrições políticas, morais ou ecologicamente corretas. Complementando as idéias deste autor, Maciel (2005) se refere às cozinhas, simultaneamente, como expressões das tradições e construções histórico-culturais.

Incorporar aos estudos e análises sobre a problemática alimentar as dimensões socioculturais, considerando as especificidades identitárias dos grupos humanos, pode parecer uma novidade na compreensão do tema proposto. Entretanto, Rial (2005) observa que a alimentação como tema central às reflexões sobre as identidades não é tema novo. Data da descoberta do Brasil, a partir das análises dos primeiros textos escritos pelos europeus após a chegada no país, numerosas descrições sobre o que se comia e com interpretações sobre os que viviam aqui, descrições sobre as quais a alimentação aparecia como elemento central na estruturação da identidade.

Os escritos de Pedro Vaz de Caminha e de Hans Staden, dois viajantes que estiveram no Brasil no século XVI, contribuíram para a construção de um imaginário europeu sobre a América e a fixar o canibalismo como o tema mais importante no que diz respeito à alimentação indígena da época. Nas cartas dos dois viajantes observa-se a descrição dos rituais canibalísticos e da importância central da mandioca, em suas diversas formas, como alimento cotidiano dos nativos. Segundo Rial (2005) outro aspecto relevante nos escritos é a centralidade dos recursos naturais como meio fundamental para o acesso aos alimentos a partir da rica biodiversidade do país. Através dos relatos, percebia-se que havia uma alimentação variada na vida dos índios a partir da extração dos recursos vegetais e animais.

Podia-se observar nos escritos que os ciclos alimentares também determinavam as atividades dos grupos, uma vez que era a natureza que marcava o tempo e orientava as práticas sociais cotidianas. Assim, por exemplo, quando determinado peixe desovava era sinal de começar a colheita, as guerras, a preparação do enfrentamento de algum inimigo. Rial (2005) também aponta o uso de certos alimentos como instrumentos na guerra, como a fumaça produzida com a pimenta jogada na fogueira para a produção de gás lacrimogêneo para inibir o inimigo. Os animais também significavam fontes de força, poder e coragem ou de fraqueza. Aqueles que possuíam esta última característica não eram consumidos em função da crença que tinham da transmissão das propriedades do alimento para o homem. Para Rial (2005, p. 94) “os primeiros relatos concordam entre si no que diz respeito à fartura alimentar, ainda que a fome apareça como um tema ligado aos deslocamentos e à penetração do interior”.

A alimentação no Brasil colônia é retratada por Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, onde o autor destaca ao longo de sua obra a importância da comida para se pensar a estrutura social da época. Segundo Freyre *apud* Rial (2005) observava-se que a precariedade alimentar da época teve como causa fundamental a prioridade à monocultura açucareira em detrimento à agricultura de subsistência. Assim, a sociedade açucareira introduziu grandes mudanças nas práticas alimentares brasileiras, principalmente no espaço da cozinha, onde agora se conviviam três raças diferentes. Com a chegada da família real, no século XIX, “europeizou-se ainda mais a cozinha da nossa elite” (RIAL, 2005, p. 96).

Ao longo das transformações vividas pelo Brasil, desde a chegada dos portugueses até os dias atuais, percebe-se a centralidade da alimentação como referência primordial para a identidade e cultura nacional. Para Rial (2005, p. 87) desde os

primeiros escritos sobre o país, “a alimentação passou a refletir não apenas quem somos, mas o que poderíamos vir a ser”. Inicialmente, as práticas indígenas representavam uma sociedade em que os ciclos alimentares moldavam toda a vida cotidiana. As práticas destes povos contribuíram para a construção de um imaginário sobre o Brasil como um país rico em biodiversidade, mas também selvagem devido ao estranhamento do canibalismo pelos europeus.

1.3 – Os hábitos alimentares no contexto das transformações sociais

Atualmente, vive-se um momento de grandes transformações das práticas sociais especialmente devido ao processo de globalização. As mudanças que se refletem também na cultura e identidade dos grupos contribuem para a eleição de novas práticas alimentares que inserem este fenômeno em um espaço/tempo determinado. Assim como a cultura e a identidade são instituições mutáveis e passíveis da manutenção da tradição ou reformulação de suas características, as práticas alimentares são construções sociais e históricas sendo, portanto, influenciadas pelas evoluções e transformações da sociedade. O que vale ressaltar neste aspecto, é que a alimentação se relaciona às dinâmicas sociais, culturais e identitárias dos grupos, uma vez que é por meio destas que se elege o que é ou não comida dentro de uma sociedade.

A alimentação dos sujeitos e todas as práticas que envolvem o seu acesso são marcos importantes e fundamentais para a sua definição enquanto integrante de um grupo social específico. Canesqui & Garcia (2005) entendem que por ser uma necessidade básica e vital, a alimentação humana é necessariamente modelada pela cultura. Assim, para estas autoras, não cabe no estudo do fenômeno supracitado, análises unilaterais que desvinculem os atos alimentares das determinações que a cultura, a identidade e que as organizações sociais conferem à vida social. “Para serem comidos, ou comestíveis, os alimentos precisam ser elegíveis, preferidos, selecionados e preparados ou processados pela culinária, e tudo isso é matéria cultural” (CANESQUI & GARCIA, 2005, p. 09).

Todavia, os atos alimentares estão constantemente sofrendo influências em função das formas de produção e consumo hegemônicas que, cada vez mais, vêm interferindo sobre os modos de vida dos grupos e sobre as estratégias de sociabilidade cotidianas. Destaca-se que, por considerar a cultura como uma instituição dinâmica e as práticas alimentares como diretamente influenciadas por esta, pode-se observar que as

transformações socioeconômicas em função do processo de globalização, têm influenciado diretamente as práticas alimentares dos grupos observando, contraditoriamente ao mesmo tempo, seus efeitos homogeneizantes dos hábitos agroalimentares e de valorização das tradições culinárias.

Os ciclos alimentares do mundo contemporâneo não mais dependem de forma direta dos ciclos da natureza que, fundamentalmente, regulam a comensalidade de grupos específicos, como as comunidades tradicionais. A industrialização dos alimentos provocada pela globalização dos modos de produção, ocasionou, em grande medida, o desaparecimento de variadas manifestações de produções de caráter local, ‘secularizou’, ‘desnaturalizou’ e ‘deseccologizou’ as sociedades (HERNANDÉZ, 2005). Muito embora não seja objeto deste capítulo uma análise minuciosa quanto ao conceito de globalização, cabe destacar que este fenômeno de escala mundial possui um conteúdo variado e conceitos múltiplos dentre os teóricos das ciências sociais e econômicas.

Entretanto, é mister deste processo a “progressiva homogeneização e perda da diversidade nos planos econômico, ecológico e cultural” (HERNANDÉZ, 2005, p. 129). Para este autor, a globalização implicou em uma revisão dos patrimônios culturais, entre os quais destaca-se a alimentação dos grupos humanos. As transformações socioeconômicas advindas do padrão hegemônico de produção acabam por influenciar os processos alimentares, sendo que, ao mesmo tempo em que é fornecida ao consumidor uma variedade maior de produtos, observa-se que o acesso a estes reproduz uma característica fundamental da globalização: a desigualdade social.

Assim, o deslocamento do ciclo alimentar da natureza para o mercado está fundamentado em princípios que envolvem, fundamentalmente, a condição econômica dos sujeitos e grupos coletivos. Para Hernández (2005) tem ocorrido uma ‘desritualização’ das refeições, uma vez que o alimento consumido não possui mais os traços e a identificação que possuía com o grupo que anteriormente. A redução das influências religiosas e morais nos comportamentos alimentares produzem um consumidor que pouco se identifica com o que é comido e provoca a perda dos significados e simbolismos presentes nas práticas alimentares. Para além desta perda simbólica, está o fato da maior dependência do mercado para acesso aos bens alimentícios, o que provoca uma vulnerabilidade maior da população.

As indústrias de alimentos no mundo contemporâneo fabricam artificialmente os produtos que são comprados praticamente prontos para o consumo. A mendicamentalização dos alimentos, provocada por um uso cada vez maior de insumos

químicos e fertilizantes para a maior produção dos bens, pressupõe uma abundância de alimentos e variabilidade nos regimes alimentares. Entretanto, para Hernández (2005), esta maior disponibilidade reflete uma má-alimentação da população em geral, e um descontentamento dos consumidores que vêem este processo com desconfiança, o que faz com que os alimentos sejam classificados apenas no nível do “comestível” do nutricional. Para o autor,

Mediante a evolução da produção e da distribuição agroalimentar perdeu-se, progressivamente, todo o contato com o ciclo da produção: sua origem real, os procedimentos e técnicas empregados para a sua produção, conservação, armazenamento e transporte (HERNÁNDEZ, 2005, p. 134).

De outro lado, como observa Lopes (2006), esta “MacDonaldização¹¹” da modernidade alimentar inscreve as práticas e hábitos alimentares na tensão entre a homogeneização e o regionalismo das tradições alimentares locais. Ocorre que começa a ser criada uma percepção de que os alimentos advindos da indústria globalizada não mais evocam o significado que antes possuíam com os símbolos, com a vida dos grupos sociais. Assim, de outro lado, destaca Lopes (2006) que a revalorização das tradições alimentares se deve ao fato de que o processo advindo da globalização embora tenha introduzido a era no nutricionalmente correto, transformou o ato de comer em ato médico. Neste contexto, em busca de um sentimento de pertencimento e de valorização das diferenças que a globalização insiste apagar, surgem as manifestações em busca da “revalorização da alimentação como suporte simbólico do processo de reconstrução identitária” (LOPES, 2006, p. 12).

Diante destas mudanças, o ciclo alimentar construído no século XXI passa a fundamentar-se no que Pons (2005) chama de ‘aculturação’ em relação aos alimentos. O que se assiste é um contexto em que a monetarização das relações sociais tem provocado um quadro agravante para as economias tradicionais e para as tradições alimentares. Desta maneira, a alimentação nos dias atuais ocorre de maneira quase que mecânica, onde já não se tem mais um horário fixo de alimentar, um ritual familiar de consumo dos alimentos, mudam-se as quantidades e a qualidade das práticas alimentares, assim como o desconhecimento da origem do que é consumido. Enfim, trata-se mais de qual é a condição monetária para traçar o perfil alimentar dos grupos.

¹¹ O autor utiliza este termo fazendo alusão à um símbolo da globalização alimentar, através dos *fast foods* da multinacional MacDonaldis.

Pons (2005) entende que este é um contexto devastador para os mercados locais. Os processos de expropriação territorial de populações rurais, em grande parte do mundo, provocam uma desestruturação dos hábitos e práticas alimentares de cidades que dependiam, fundamentalmente, dos produtos advindos do campo para o abastecimento local. Este processo é acompanhado de uma ruptura nas relações que os seres humanos mantêm com o seu meio (PONS, 2005; ARNAIZ, 2005). São consequências desta transformação: aquisição do alimento por intermédio da compra e não das trocas; individualização do consumo; reorientação da organização do consumo e da comensalidade e perda do sentido simbólico das práticas agroalimentares.

Entretanto, existe um movimento contra-hegemônico¹² de manutenção, revitalização e readaptação das práticas alimentares. Os particularismos nacionais e locais se contrastam com a variabilidade alimentar provocando um contexto de transformação ou manutenção dos hábitos alimentares. As desigualdades quanto ao acesso ao consumo de alimentos industrializados produzem uma situação de insegurança alimentar, fazendo com que as pessoas se voltem à valorização das tradições culinárias para a sobrevivência dos grupos familiares.

Para Arnaiz (2005, p. 151) “há pessoas que passam fome e morrem, não pela falta de alimentos para a população mundial, mas porque não dispõem de acesso aos recursos alimentares”. Neste contexto, a volta às tradições culinárias e o retorno do vínculo com as formas de se obter o alimento passam a ter valor fundamental na vida dos grupos humanos, uma vez que o modelo hegemônico de produção e consumo não mais tem conseguido garantir a reprodução econômico-cultural dos sujeitos.

Na perspectiva de análise da soberania alimentar é fundamental compreender as formas pelas quais se dão o acesso ao alimento, entendendo que as práticas e os hábitos que circunscrevem tal fenômeno são determinadas e determinantes da cultura e identidade dos grupos sociais. Assim, refletir sobre tais questões envolve também a compreensão de como se dá o acesso aos alimentos que não pela via das relações mercadológicas, uma vez que, como analisado, tal situação provoca um contexto de transformação e até uma desvinculação do sentido social das práticas alimentares.

¹² O Movimento Slow Food constitui-se em uma dessas ações contra-hegemônicas. O Slow Food é uma associação internacional sem fins lucrativos fundada em 1989 como resposta aos efeitos padronizantes do *fast food*; ao ritmo frenético da vida atual; ao desaparecimento das tradições culinárias regionais; ao decrescente interesse das pessoas na sua alimentação, na procedência e sabor dos alimentos e em como a escolha alimentar pode afetar o mundo. O princípio básico do movimento é o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção, os produtores. Dados disponíveis em <http://www.slowfoodbrasil.com/>. Acesso em 10 de julho de 2010.

Desta forma, cabe neste momento analisar de que forma se dão as dinâmicas agroalimentares de produção do alimento em um contexto em que o acesso e a apropriação dos recursos naturais são variáveis fundamentais para a segurança e soberania alimentar de grupos humanos específicos.

1.4 – Estratégias agroalimentares: o acesso aos recursos naturais como condição para a Segurança e Soberania Alimentar dos grupos

Na análise sobre a alimentação humana, é imprescindível compreender os sistemas de acesso aos alimentos que estão para além da via mercadológica. Desta forma, é fundamental para este estudo analisar as estratégias agroalimentares¹³ a partir da concepção de que o manejo dos ambientes por grupos humanos específicos – como o caso dos *vazanteiros*, comunidade tradicional analisada neste trabalho – é condição inerente à garantia do acesso e consumo do alimento destas coletividades. Não esquecendo, é claro, que este manejo agroalimentar¹⁴ dos ambientes está envolto em uma dimensão que determina e é determinante da cultura e identidade dos grupos. Assim, concordamos com Marques *et al* (2007, p. 157) quando as autoras postulam que “o estudo da alimentação, dos hábitos e costumes a ela ligados, constitui um caminho para chegar à coletividade”.

Brandão (1981), ao analisar as transformações das condições alimentares dos produtores camponeses de Mossâmedes, explicita que as mudanças advindas do processo de expropriação territorial ocasionaram profundas mudanças nas dinâmicas de acesso aos alimentos por parte do grupo. A vida do lavrador rural é moldada a partir do seu trabalho, e seu trabalho constitui-se fundamentalmente nas formas de plantar, colher e consumir os alimentos. A aldeia pesquisada por Brandão (1981) passou por processos não muito diferentes do grupo que será analisado neste estudo. É comum às duas realidades, uma história de expropriação territorial que ocasionou mudanças em suas estratégias de sobrevivência e, em especial, em suas dinâmicas agroalimentares.

¹³ O termo agroalimentar é entendido neste trabalho como as estratégias elaboradas pelos grupos humanos, a partir das dinâmicas de uso dos recursos naturais acessíveis e das relações sociais que perpassam o mesmo, para o acesso e garantia dos bens alimentícios para o abastecimento destes grupos.

¹⁴ Para Maluf (2004), a produção agroalimentar de pequenos e médios produtores promove a equidade e a inclusão social em simultâneo a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos à população produzidas sob formas sustentáveis. Destaca-se ainda que esta ampliação da oferta de alimentos produzidos sustentavelmente a um custo relativamente baixo, em comparação aos produtos advindos da indústria de alimentos, é aspecto fundamental à ótica da soberania alimentar.

A vida ligada à agricultura¹⁵ é o que organiza o sistema familiar e de produção dos alimentos, perpassando toda a vida do homem que trabalha no campo. Na verdade, a produção de alimentos voltada ao consumo das famílias rurais cumpre importante papel em suas estratégias de reprodução social. Assim, o ciclo de plantar e colher condiciona a dieta alimentar dos moradores que se vinculam aos ciclos da natureza, dos tempos de preparar, de semear e de colher os alimentos para o consumo. Determinantes também para a variabilidade da dieta alimentar dos agricultores, são os períodos de seca e chuva. De acordo com as características que se reservam a cada período, a alimentação é distribuída ao longo do ano sendo mais ou menos variada.

Entretanto, diferentemente deste ciclo, está a vida nas cidades, situação sobre a qual Brandão (1981) analisa as consequências dos processos de expropriação sobre os ciclos alimentares dos moradores de Mossâmedes. As mudanças nas relações sociais com a ida para a cidade transformam a dieta alimentar dos trabalhadores que já não possuem mais o acesso aos ambientes necessários ao plantio de culturas para abastecimento familiar. Para Brandão (1981, p. 42) a partir deste processo, os alimentos “são cada vez menos obtidos nas fazendas ou mesmo nos quintais e tendem a ser cada vez mais comprados na cidade”.

O uso dos quintais como ambientes agroalimentares passam a se restringir a pequenas hortaliças, quando é possível. E o acesso a terras para plantio na “meia” fica cada vez mais difícil, uma vez que os fazendeiros reservam porções maiores de suas áreas para as lavouras mecanizadas. Entretanto, seja em qual for a situação do trabalho, para o lavrador “todo seu trabalho deve cumprir pelo menos duas funções: a) trazer comida para a casa (= não deixar faltar mantimento); b) produzir condições de um futuro melhor para seus filhos (=fazê-los estudar para obterem um trabalho urbano, se possível, profissional)” (BRANDÃO, 1981, p. 31).

As estratégias agroalimentares de comunidades camponesas¹⁶ articulam, portanto, três esferas que são fundamentais para a garantia da alimentação: acesso aos

¹⁵ Para Feitosa & Barbosa (2005) a agricultura é um sistema de alimentos, que, segundo Mario Sanoja (*apud* CHONCHOL, 1994), articula três componentes: a) ambiental ou ecológico, b) tecnológico, e c) econômico social. Sendo que a) consiste na base física, solos, vegetação, clima, relevo, fauna, etc.; b) instrumentos e meios de produção, técnicas e métodos; e c) formas de organização social da produção, distribuição e consumo, tipos de relação com a terra e entre os membros do grupo, entre outros.

¹⁶ Os estudos de Martins (1981) e Abramovay (1992) demonstram a complexidade teórica do conceito de camponês. Sem adentrar com mais profundidade neste campo analítico, cabe aqui apontar que a categoria “camponesa” constitui-se de forma variada e engloba diferentes abordagens sobre a lógica interna de trabalho com a terra. Por ser uma categoria mais política que teórica, o conceito de camponês situa-se em um terreno complexo e heterogêneo nas Ciências Sociais, diferindo em conteúdo e forma a partir do contexto socioeconômico e das relações sociais estabelecidas.

recursos naturais, os simbolismos dos saberes e práticas tradicionais e a identidade do grupo a que pertence. A relação estabelecida com a natureza, que está para além de esta ser o seu meio de subsistência, envolve um conjunto de representações sem as quais, como nos escritos de Brandão (1981), o lavrador não seria lavrador. As transformações da mudança do campo para a cidade, fato observado em diversos segmentos rurais do Brasil em função da modernização conservadora, provocaram mudanças de percepção quanto aos diferentes usos dos ambientes para fins alimentares e, conseqüentemente, para a soberania alimentar. Assim, observa Brandão (1981, p. 49)

Em parte, é o reconhecimento de uma dependência *original e direta dos recursos da natureza* o que faz com que o lavrador avalie o seu ambiente segundo critérios muito definidos de utilidade para a *subsistência*. (grifos meus)

O uso agroalimentar dos ambientes por comunidades rurais implica, em um mesmo espaço físico, questões culturais e sociais que estão inseridas na perspectiva da soberania alimentar. Em comparação aos alimentos consumidos na cidade, os produzidos nas áreas rurais são considerados mais “fortes”, “sadios” e suficientes. Os comprados na cidade não possuem tais características, sendo que a falta de acesso a estes – em função de sua obtenção ser basicamente via mercadológica – implica em uma condição de insegurança alimentar. Para Brandão (1981) existem dois períodos que marcam significativamente o acesso alimentar da população estudada, estes são o período “da fartura” e os “tempos de hoje”.

A diferença fundamental para a classificação destes períodos, tem como fator propulsor a falta de acesso aos ambientes de produção dos alimentos. A passagem da “fartura” para a privação de alimentos provoca a apropriação da natureza a partir de uma relação destruidora que fundamenta-se, prioritariamente, em valores econômicos. As possibilidades de uso dos recursos naturais para o acesso ao alimento tornam-se cada vez mais restritos para aqueles que não possuem condições econômicas suficientes para se manterem no campo. Forma-se assim, um ciclo de empobrecimento dos moradores que se vêem agora expropriados dos meios de produção dos seus alimentos. Assim, observa Brandão (1981, p. 59)

Todo o tipo de alimento do lugar é, hoje, “mais custoso” para ser produzido; menos acessível para um consumo diário e variado, como comida do lavrador; e menos sadio por existir em menos quantidade para o uso e ser produzido em condições menos naturais.

As transformações nas dinâmicas alimentares se deram não devido às ações da natureza, como as diferenças nas dietas entre os períodos da seca e chuva. As mudanças, para pior em suas estratégias agroalimentares, se deram em função de uma transformação crucial nas relações entre homem e natureza, até então fonte primária de obtenção de alimentos para os moradores da aldeia de Mossâmedes. Houve, portanto, uma “ruptura de uma relação ética de trocas” (BRANDÃO, 1981, p. 78) que redefiniu as relações de acesso aos alimentos entre a sociedade e a natureza.

As condições necessárias e suficientes para o acesso ao alimento possuem, no uso agroalimentar dos ambientes, condição fundamental para a garantia de sobrevivência de populações que vivem em áreas rurais. A relação homem/natureza é permeada por relações de reciprocidade e que possuem, nas práticas de produção dos alimentos, um dos mecanismos de formação da identidade e da cultura dos grupos. Entretanto, como abordado no estudo de Brandão (1981), as transformações nos diferentes usos destes ambientes como fonte primária de obtenção do alimento, constituem-se fatores de mudanças essenciais nas formas de garantia do acesso aos alimentos de comunidades que dependem diretamente dos recursos naturais para se reproduzirem material e culturalmente.

O uso dos recursos ambientais para fins alimentares, é demonstrado por Ribeiro (2000) a partir dos condicionantes ecológicos sobre os quais os grupos sociais estabelecem as relações com a natureza. Ao tratar especificamente das interações estabelecidas entre homem e natureza no Cerrado norte-mineiro este autor, a partir da obra de Barbosa & Shmitz (1997), estabelece um diagrama de abastecimento no bioma supracitado no período Arcaico Médio, explicitando a relação direta e secular que as comunidades desta região possuem com os recursos naturais existentes. Este diagrama alimentar fundamenta-se no uso da agricultura como complementação do sistema alimentar, o que não se refere a uma revolução no sistema de abastecimento, mas de mecanismos que possibilitaram a articulação entre caça e coleta na área estudada.

Importante destacar as mudanças nos hábitos alimentares de acordo com cada estação do ano que, no Cerrado, se dividem em duas especificamente: a estação chuvosa e a seca. De acordo com Barbosa & Shmitz (1997) *apud* Ribeiro (2000), a estação das chuvas caracteriza-se por uma grande variedade de recursos, possibilitando a coleta de frutas, a cata de insetos, a extração de mel silvestre, a coleta de moluscos e a caça. Entretanto, esta estação “possuía as limitações determinadas pelas chuvas que

obrigavam aos grupos humanos a recorrer a abrigos para se protegerem” (RIBEIRO, 2000, p. 68). Já na estação seca, a sobrevivência no Cerrado é marcada pela ligação direta aos recursos faunísticos. Caracteriza-se, portanto, pela pesca em lagoas, pela coleta de ovos e pela caça de mamíferos e répteis ribeirinhos. Neste período, as populações apresentam um deslocamento específico que visam garantir o acesso aos alimentos. Segundo Ribeiro (2000, p. 69)

As atividades desta estação concentravam-se no ambiente ribeirinho, situado em áreas mais baixas e amplas, distantes dos abrigos naturais, exigindo o deslocamento constante daquelas populações para os pontos mais favoráveis para a obtenção desses recursos faunísticos. Essa mobilidade era possibilitada pelas condições climáticas próprias que permitiam a utilização de acampamentos ao ar livre.

Para Barbosa & Feitosa (2005, p. 13) a análise sobre o diagrama alimentar nos Cerrados apresentada por Ribeiro (2000) “corrobora a tese de que a agricultura, para os povos dos Gerais, é uma estratégia de complementação alimentar, dentro de um sistema agroalimentar muito complexo”. Estas análises contribuem para o entendimento de que o acesso e uso dos recursos naturais, dos agroambientes, conferem às comunidades que dependem diretamente destes recursos, diversos significados, tanto simbólicos como materiais, assim como uma variabilidade significativa no abastecimento alimentar dos grupos humanos. Desta maneira, ter acesso aos ambientes significa possuir os meios necessários à reprodução e produção da coletividade, no caso deste estudo, a garantia de continuidade do modo de vida *vazanteiro*, que será abordado posteriormente.

Estas questões, associadas à realidade de expropriação ambiental de camponeses exposto por Brandão (1981), contribuíram para a construção de um conceito político em torno da questão alimentar que surgiu na década de 1990 em uma contramão das abordagens sugeridas até então sobre as políticas alimentares e, não contrariamente, mas no sentido de complementaridade às discussões acerca da segurança alimentar: o conceito de soberania alimentar. Para além das questões do acesso aos alimentos e também das formas de obtê-los, a soberania alimentar envolve três aspectos fundamentais: agricultura camponesa, preservação da biodiversidade e autodeterminação daquilo que é consumido pelos povos. Proposto pelos movimentos sociais do campo, especialmente pela Via Campesina, o conceito surge como um posicionamento crítico à aproximação que o conceito de segurança alimentar utilizado

possuía com o viés neoliberal. De acordo com Campos & Campos (2007) para este movimento, a questão alimentar até então abordada se preocupava apenas em garantir alimentos, sem se importar onde e como são produzidos, o que favorece o agronegócio e contribui para inviabilizar a agricultura camponesa.

Assim, no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar realizado em Havana, 2001, a partir de discussões que incidiram sobre o modo de produção de alimentos e de fazer agricultura hegemônicos, declarou-se que

A soberania alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando as próprias culturas e diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais. (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

O paradigma alimentar proposto envolve, assim, determinantes fundamentais para o fortalecimento da autonomia dos povos e comunidades na escolha daquilo que é consumido, em respeito às especificidades locais. Quando analisado contextos particulares, como a comunidade tradicional em estudo, os elementos encontrados no conceito de soberania alimentar é mais adequado, no sentido de complementaridade, ao de segurança alimentar, uma vez que aquele atende à busca pela compreensão do sentido sociocultural da alimentação. Para Santos *et al* (2009) a segurança alimentar, como vista pelos organismos públicos e privados, tem sido efetivada a partir de três parâmetros: a quantidade, a qualidade e a regularidade no acesso aos alimentos. Contudo, para estes autores, fatores como a autoderminação alimentar e produtiva, a agroecologia, a proteção dos mercados locais frente à concorrência com o agronegócio, a diversificação dos alimentos produzidos com tecnologias agrícolas tradicionais, a promoção do consumo responsável e a valorização da cultura ligada à produção do alimento com vistas ao fortalecimento da identidade dos grupos são fatores que se encontram presentes no conceito de soberania alimentar.

No que diz respeito ao acesso dos recursos naturais como meio para se garantir a soberania alimentar dos grupos, Marques *et al* (2007) demonstram que o uso dos territórios tradicionais para fins alimentares está envolto em uma complexa rede de relações, onde estão inseridas a lógica da reciprocidade, da transmissão dos conhecimentos e da estrutura familiar das coletividades. Para os autores, produzir na terra é fundamental uma vez que esta é patrimônio do grupo, que só possui uma função social a partir do momento em que o alimento é produzido. A circulação dos alimentos, assim como as escolhas alimentares, as formas de acesso, das trocas, os modos de preparo e as comidas utilizadas em certas ocasiões, revelam as sustentações simbólicas e materiais dos grupos. Para Marques *et al* (2007, p. 170) “o valor simbólico da doação, da oferta de alimentos para troca, evidencia-se como elemento criador e mantenedor de vínculos e compromissos entre os indivíduos e famílias”.

A lógica de obtenção dos alimentos em comunidades que dependem diretamente dos recursos naturais para se reproduzirem, é baseada em valores específicos dos seus modos de vida, da sua cultura e identidade coletivas. Destaca-se que o acesso aos alimentos por parte destas populações se dá a partir do uso diferenciado de múltiplos ambientes, em função das diferentes estações, como demonstrado no diagrama alimentar no estudo de Ribeiro (2000). Desta forma, os recursos naturais apresentam importâncias fundamentais para a reprodução das comunidades que podem ser analisadas a partir da dependência direta para o abastecimento alimentar. Através das estratégias agroalimentares locais consubstanciam-se as dinâmicas de uma cultura e identidades próprias, que possui no alimento e todos os processos que o envolve, um meio de expressão e de afirmação dos modos de vida de determinadas comunidades.

As análises empreendidas neste capítulo caminham para a busca do entendimento de que, aliada à construção de um referencial de segurança alimentar mais amplo, possam ser construídas compreensões que articulem as variáveis que envolvem o acesso às formas de se obter o alimento e as práticas culturais e identitárias das estratégias agroalimentares o que se volta para um conceito politicamente articulado que se constitui o da soberania alimentar. Cabe agora compreender os modos de vida das comunidades tradicionais¹⁷, foco de estudo desta pesquisa, para analisarmos quais as

¹⁷ Neste trabalho, adotaremos o conceito de comunidades tradicionais para identificação do grupo social estudado. Muito embora haja diversas denominações relacionadas à estes grupos humanos específicos, nos fundamentamos no Decreto 6040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, para utilizar o conceito ora abordado.

influências que os processos de expropriação dos recursos naturais destas comunidades produzem para a sua condição de soberania alimentar.

CAPÍTULO 02

COMUNIDADES TRADICIONAIS, MODOS DE VIDA E DINÂMICAS SOCIOCULTURAIS NO NORTE DE MINAS: OS VAZANTEIROS EM QUESTÃO

O objetivo central do presente capítulo é apreender as particularidades teóricas do conceito de Comunidades Tradicionais no âmbito das Ciências Sociais para se compreender as dinâmicas de grupos socialmente diferenciados no contexto do Norte de Minas. Nesse sentido, pretende-se elaborar uma análise do conceito em questão, tendo em vista uma análise das comunidades norte-mineiras, especificamente de um grupo: os *vazanteiros*. Objetiva-se assim, explicitar de que forma estas comunidades tradicionais se projetaram como sujeitos de direitos no contexto pós-constituente (1988) e como tem se efetivado suas dinâmicas socioambientais atualmente. Também pretende-se compreender as territorialidades, dinâmicas culturais, sociais, ambientais e dos saberes que estas populações desenvolveram ao longo dos tempos e que utilizam como estratégias fundamentais para a sua caracterização enquanto uma comunidade tradicional do Norte de Minas. Neste íterim, analisa-se a relação que estes grupos estabelecem com os recursos naturais e quais os valores que regem estas interações, buscando estabelecer uma interface entre biodiversidade e sociobiodiversidade.

2.1- Brasil: formação da diversidade sociocultural e a emergência legal das comunidades tradicionais como sujeitos de direitos

Para uma compreensão sobre os modos de vida e os processos de territorializações das comunidades tradicionais no Brasil e, de forma particular, no Norte de Minas, é preciso em um primeiro momento, analisar de que forma se deu a formação da diversidade sociocultural do país. O entendimento de que o Brasil é formado a partir de grupos culturais distintos, constitui-se em uma importante variável para uma análise dos atuais conflitos territoriais, ambientais e sociais presentes nos confrontos que tem se observado em diversos lugares do país. Desta maneira, torna-se fundamental compreender a diversidade sociocultural dos grupos a partir dos processos de ocupação humana que se deram a partir da colonização das regiões.

No estudo sobre as delimitações das regiões culturais do Brasil, Diegues Jr. (1960) assinala sobre a importância fundamental que a colonização portuguesa teve para

a formação destas regiões que, segundo o autor, devem ser compreendidas a partir dos processos de ocupações humanas que se deram em função das relações estabelecidas entre os homens e o meio, entre o povoador e a terra, e que possibilitaram a criação de um quadro cultural¹⁸ específico. Assim, Diegues Jr. (1960, p. 06) ao evocar estas dimensões para o estudo das regiões, acaba por conceituá-la como

(...) um conjunto ecológico de pessoas, aproximadas pela unidade das relações espaciais da população, da estrutura econômica e das características sociais, dando-lhe, em conjunto, um tipo de cultura que, criando um modo de vida próprio, a difere de outras regiões.

Uma abordagem da região a partir de suas características culturais, resultantes dos processos de ocupação humana, permite uma abertura de possibilidades para o entendimento de contextos específicos, como o caso abordado neste estudo. Para Diegues Jr. (1960) a heterogeneidade de regiões culturais no Brasil se deve, dentre outros fatores, à capacidade que o português colonizador possuiu de se integrar em cada meio, possibilitando, desta forma, a interação com os grupos nativos para o estabelecimento de um modo de vida conivente ao respectivo meio. Para Diegues Jr. (1960, p. 04) o português “(...) antes que um dominador foi um difusor de valores, um veículo de intercomunicação”.

Embora o autor supracitado não desconsidere as imposições e transformações em algumas estratégias das populações nativas¹⁹ por parte dos colonizadores, para este torna-se mais explícita a situação de dependência que os portugueses possuíam com relação a estas populações e com os escravos chegados da África, para a aprendizagem dos saberes que estes possuíam com relação às práticas de plantação e de adaptação do trabalho em um ambiente tropical. Assim, para Diegues Jr. (1960) o Brasil passa a se tornar parte de uma cultura transnacional, caracterizada pelas inter-relações e pela miscigenação entre diferentes culturas: indígena, africana, européia e, posteriormente, a asiática. Desta maneira, a formação cultural do país se tornou produto da integração de aspectos diversos, que entre si entrelaçados, possibilitou a formação de um todo heterogêneo que se constitui no Brasil dos dias atuais.

As argumentações elaboradas por Diegues Jr. (1960) apontam para a necessidade da formulação de caracterizações de regiões culturais a partir da

¹⁸ Como já abordado no capítulo anterior, utilizaremos como referencial para o entendimento do conceito de cultura, a abordagem sugerida por Geertz (1989).

¹⁹ Para um aprofundamento sobre a trajetória de exclusão, imposição e apagamento das identidades brasileiras, vide Costa (2009).

colaboração interdisciplinar, que dêem conta da totalidade de fatores que contribuíram para a formação deste quadro múltiplo que se formou no Brasil devido às particularidades quanto ao seu processo de ocupação humana. Para Diegues Jr. (1960) a diversidade de recursos naturais presentes no Brasil, possibilitou a expansão desta ocupação, a diferenciação das práticas de reprodução material e social e a formação de gêneros de vida particulares, tendo nos aspectos fisiográficos a contribuição fundamental para a diversificação das formas de “adaptação” do país. Assim, propõe Diegues Jr. (1960, p. 19)

Todo o plano deste ensaio repousa, portanto, na aplicação no Brasil de um conceito de região cultural baseado nas relações entre o meio físico (a Geografia) e as condições econômicas (a Economia) que o homem desenvolveu através do processo de ocupação humana do território e que, em grande parte, ainda está desenvolvendo.

Interessa-nos, a partir da análise das abordagens propostas por Diegues Jr. (1960), sobre a formação de regiões culturais no Brasil, compreender as particularidades históricas e sociais dos processos de ocupação humana no país. Pode-se apreender a partir deste trabalho que o Brasil é composto por uma heterogeneidade de culturas que foram construídas ao longo dos tempos a partir da interface de duas importantes variáveis: a biodiversidade e sociobiodiversidade (ZHOURI *et al*, 2008; OLIVEIRA, 2005). Desta maneira, o estudo sobre as comunidades tradicionais no Brasil, não pode deixar de abranger estas variáveis, uma vez que o processo de formação destes grupos específicos também faz parte do processo nacional abordado por Diegues Jr. (1960). Assim, incorpora-se ao conceito em questão, as relações com os recursos naturais e as dinâmicas ambientais, sociais e econômicas que os grupos possuem como estratégia de vida e que foram construídos a partir da inter-relação de diferentes povos.

Em função desta complexa formação social do país, não são raras as disputas territoriais e políticas entre os grupos socialmente diferenciados. Ocorre que estes possuem lógicas diversas, às vezes contrárias, de vida e que surgem como causas de grandes conflitos socioterritoriais no Brasil. Muitos destes decorreram em função de que no país, até a década de 1980, legalmente, quem detinha o poder era o homem, proprietário, branco e letrado (COSTA, 2009; DUPRAT, 2007). Muito embora este ser ideal ainda prevaleça como parâmetro comparativo, em função da ascensão de um movimento nacional e internacional de afirmação do respeito à diversidade das culturas,

à tolerância, ao diálogo e à cooperação entre as nações, a Constituição de 1988 passou a afirmar e reconhecer a multiplicidade da Nação brasileira e passou a garantir alguns direitos constitucionais específicos a grupos sociais diferenciados. A partir de então, como afirma Brandão (2009, p.11), tais grupos passaram a ser reconhecidos como “senhores de direitos ancestrais”.

Desta forma, embora surjam legalmente como sujeitos de direito na Constituição brasileira de 1988²⁰, a trajetória de afirmação da tradicionalidade e etnicidade das comunidades tradicionais no século XXI têm sido pautadas pela resistência e luta em busca da afirmação dos seus direitos em contraposição às racionalidades que constantemente tem colocado em xeque os direitos fundamentais destas populações. Para Costa (2009), no artigo 216 e na constituição como um todo, emergem diversas humanidades com direito pleno, como sujeitos de direitos, alicerçando a multiculturalidade e a multietnicidade como constitutiva da nacionalidade brasileira. Entretanto, a invisibilidade destes povos no processo de construção democrática no Brasil tem sido um empecilho, na prática, para a efetivação do dispositivo legal.

O processo constituinte seguiu um movimento internacional de reconhecimento que há grupos portadores de identidades específicas e que “cabe ao direito assegurar-lhes o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas entidades, línguas e religiões dentro do âmbito do Estado onde moram” (DUPRAT, 2007). O Brasil, ao reconhecer os direitos fundamentais de grupos sociais específicos, torna-se signatário de pactos internacionais, como a Convenção 169 da OIT, a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade e das Expressões Culturais e da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Para Shiraishi Neto (2007) estes instrumentos legais, ao inserirem as especificidades dos grupos, podem e devem significar uma mudança nas formas como o Estado vem tratando as diferenças, a partir de um aparato legal que coloque os povos e comunidades como sujeitos de direitos plenos. É preciso destacar que estas conquistas foram possíveis em função da articulação com movimentos sociais reivindicatórios e

²⁰ Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

das reelaborações teóricas sobre as questões propostas que possibilitaram as alterações legislativas possíveis para a conquista destes direitos. Nas palavras de Costa (2009, p. 01) estes grupos específicos “foram agentes de si mesmos como sujeitos coletivos de direito”. Desta forma, destaca Duprat (2007, p. 15)

Nesse cenário, a Constituição reconhece expressamente direitos específicos a índios e quilombos, em especial seus territórios. Mas não só a eles. Também são destinatários de direitos específicos os demais grupos que tenham formas próprias de expressão e de viver, criar e fazer.

Com relação a estes grupos específicos – as populações não-índigenas e não-quilombolas – instituiu-se o Decreto 6.040/2007 sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT - cuja finalidade se pautou pela inclusão política e social dos povos e comunidades tradicionais no Brasil, complementando e abrangendo os direitos já garantidos na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Aquele documento se afirmou como um importante passo para o estabelecimento de pactos entre o poder público e os grupos em questão, que inclui obrigações de parte a parte e um comprometimento maior do Estado ao assumir a diversidade no trato com a realidade social brasileira. Esta política demonstra que tem ocorrido por parte das comunidades tradicionais um processo de grande organização que busca dar visibilidade e fazer cumprir os seus direitos.

Entretanto, muito embora estes possuam *status* de direito fundamental (DURAT, 2007) na realidade há um embate rígido com os operadores do direito que apresentam resistências quanto à interpretação das relações sociais para além da norma em abstrato. Para Duprat (2007), a norma só pode se efetivar a partir da relação intrínseca que deve ter com as práticas dos grupos a que se referem. Assim, faz-se necessária uma ampliação do conceito de Direito, passando a considerar aspectos mais abrangentes e com possibilidades interpretativas que não se reduzam à simples aplicação da norma. A estas resistências legais, Shiraishi Neto (2007) aponta a oscilação entre o reconhecimento e a negação de direitos que ainda caracteriza a luta pelo reconhecimento dos grupos cultural e socialmente diferenciados pelo mundo.

Conforme Shiraishi Neto (2007, p. 28), em análise sobre os novos tratamentos dos grupos sociais sob a ótica do direito, “o processo de reconhecimento do caráter

plural e multiétnico das sociedades tem favorecido a constituição de um campo jurídico do ‘direito étnico’ e, portanto, de uma forma própria de refletir o direito”. Esta nova forma de se pensar o direito das comunidades tradicionais decorre da insuficiência das formas pré-concebidas desta disciplina para dar respostas às complexidades dos problemas destes grupos específicos. Assim, assinala Shiraishi Neto (2007, p. 32)

A dinâmica vivenciada pelos povos e comunidades tradicionais na busca pelo direito de viver a diferença, joga luz no direito, na medida em que o obriga ao reconhecimento de outras “práticas jurídicas”, as quais se encontram coadunadas a outras formas de saber, mas localizadas, situadas nas experiências de cada grupo social.

Ao incorporar esses sujeitos de direitos - indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais – é impossível desvinculá-los de suas práticas sociais, dos seus modos de vida e das suas estratégias de sobrevivência que se relacionam a uma cultura e identidade específicas. Não menos importante está a questão das territorialidades subjacentes a estes grupos, já que seus processos de formação se dão, como já citado anteriormente, na interface entre biodiversidade e sociobiodiversidade. Desta maneira, em função do surgimento destas comunidades enquanto sujeitos de direitos plenos e das discussões a nível internacional sobre as práticas de conservação da natureza, onde a questão das comunidades tradicionais emerge com debate central, muitos teóricos se debruçaram sobre o estudo de seus modos de vida, de suas dinâmicas socioambientais.

2.2 - Abordagens em torno do conceito de Comunidades Tradicionais

A construção de um conceito de comunidades tradicionais tem sido um dos mais conflitantes dentro das Ciências Sociais em função da complexidade e amplitude destes grupos sociais. As considerações que se seguem contribuem, fundamentalmente, como orientações e perspectivas teóricas acerca do conceito de comunidades tradicionais, uma vez que em se tratando de grupos humanos, de seres sociais, não há como estabelecer um conceito fixo e imutável. Pelo contrário, este deve possuir uma dinâmica e fluidez que também é inerente à realidade dos grupos a que se refere.

Destaca-se, neste campo de análise, os estudos sobre comunidades tradicionais elaborados por Diegues (1992) e Diegues & Arruda (2001) que proporcionaram uma abertura inicial no campo das Ciências Sociais para os estudos destes grupos específicos

e que servem como base para a caracterização de comunidades tradicionais no Brasil. Todavia, como aborda Brandão (2009), ao longo dos estudos *in loco* com comunidades tradicionais no Brasil, e especificamente no Norte de Minas, percebeu-se a necessidade de acrescentar alguns qualificadores ao conceito proposto pelos autores supracitados, conferindo aspectos que apresentam uma dinamicidade maior ao conceito em questão e que aponte aspectos mais atuais no que diz respeito às lutas enfrentadas pelas comunidades tradicionais.

A categoria comunidades tradicionais é assim compreendida por Diegues (1992, *apud* DIEGUES, 2001, p. 87)

Comunidades que estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando de força de trabalho assalariado. Nela, estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante deste modo de produção (...) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. (...) Como essas populações em geral, não têm outra fonte de renda, o uso sustentado dos recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição.

Em função desta vinculação direta das formas de vida com os ciclos naturais, Diegues (2001) afirma que as comunidades tradicionais possuem sistemas de manejo conservacionistas, marcados pelo respeito aos recursos e à sua exploração dentro da capacidade de reprodução das espécies de animais e plantas. Este conhecimento tradicional é passado de geração em geração, principalmente de forma oral, o que contribui para a conservação dos recursos e manutenção das culturas locais. O reconhecimento de pertencer a determinado grupo social é condição inerente a estes grupos, uma vez que eles são integrados a partir de uma identidade e de um conjunto de normas, valores e interdições coletivas.

Para Cunha & Almeida (2002), outras características são fundamentais para analisar a tradicionalidade das comunidades, tais como: formas equitativas de organização social, presença de instituições para se fazer cumprir as leis, liderança local

e traços culturais que são reafirmados e elaborados. Estas características gerais se incorporam ao conceito ora analisado, todavia é importante assinalar que os grupos também possuem características específicas aos seus modos de vida peculiares, ratificando a complexidade da elaboração de um conceito global, como já citado. Assim, Diegues & Arruda (2001) afirmam que as características das comunidades tradicionais não podem ser tomadas de forma isolada, uma vez que elas caracterizam uma totalidade, um modo de ser diferenciado e específico. Os autores afirmam que estas devem ser entendidas a partir dos fluxos culturais e territoriais e do caráter de transformação permanente entre estes grupos culturalmente diferenciados.

Outro fator importante nesta análise, encontra-se nos territórios e territorialidades subjacentes ao modo de vida das comunidades tradicionais. Ao reconhecer que estas populações possuem suas identidades e formas de vida diretamente ligadas aos recursos naturais, o território deve ser compreendido a partir de duas importantes dimensões: a sociocultural e a físico-material. Em função da diversidade de comunidades tradicionais no Norte de Minas, faz-se necessário pensar em territorialidades e em territórios, em uma perspectiva heterogênea e múltipla, uma vez que os diferentes ambientes da região estudada contribuem para que haja uma diferenciação entre as estratégias socioculturais e econômicas dos grupos específicos, mesmo tendo como *lócus* comum o Norte de Minas.

Esta multiplicidade de grupos, associada a uma heterogeneidade de ambientes presentes não somente na região supracitada, como também no país como um todo, é o que confere argumentos necessários para que Little (2002, p. 02) afirme que “a imensa diversidade sociocultural no Brasil é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária”. Little (2002) faz uma análise das diferentes territorialidades subjacentes aos povos tradicionais²¹, a partir de uma perspectiva antropológica sobre as peculiaridades da questão fundiária no Brasil. Para tanto, o autor fundamenta suas análises sobre as relações que os grupos estabelecem com os seus territórios, a partir da cosmografia, ou seja, a partir dos “saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente marcados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território” (LITTLE, 2002, p. 04).

²¹ Como já assinalado, neste trabalho, optamos por utilizar a palavra ‘comunidades’ ao invés de ‘povos’ tradicionais, como utiliza Little (2002). O autor justifica sua opção por tal denominação, afirmando que a palavra ‘povos’ coloca esse conceito dentro dos debates sobre os direitos dos povos, onde se transforma num instrumento estratégico nas lutas por justiça social desses povos. Essas lutas que, complementa o autor, por sua vez têm como foco principal, o reconhecimento da legitimidade de seus regimes de propriedade comum e das leis consuetudinárias que os fundamentam.

A territorialidade é um marco importante para a identidade de grupos que possuem suas formas de reprodução social e material ligadas diretamente aos recursos naturais, ao território. Entretanto, conforme aborda Little (2002), o regime agrário brasileiro, que possui uma conduta territorial diferente das comunidades tradicionais, desconsidera os modos de vida destas em função da razão instrumental que utiliza para a definição dos territórios sociais. Hegemonicamente, esta definição entra em choque com a conduta territorial das comunidades tradicionais, que possuem uma razão histórica de apropriação das diferentes territorialidades dos seus modos de vida. Para Little (2002, p. 11)

Os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais. O fato de que seus territórios ficaram de fora do regime de propriedade da Colônia, do Império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa dentro de uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e sua persistência cultural.

Em função destas múltiplas formas de conceber os territórios e as territorialidades²² peculiares de cada grupo humano específico, Little (2002) afirma que este confronto entre a razão histórica das comunidades *versus* a razão instrumental do Estado, provoca um conflito entre os regimes de propriedade dos grupos sociais e as propostas de grupos desenvolvimentistas, preservacionistas, do socioambientalismo e dos defensores do Estado tecnocrático. A emergência destes conflitos com relação às diferentes territorialidades dos grupos sociais no Brasil contribui para que Little (2002, p. 03) conceituasse a territorialidade como sendo “o esforço coletivo de um grupo para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território”.

Na visão do autor, pensar em território é, antes de mais nada, pensar nos processos históricos, sociais e políticos que lhe deram origem, é pensar que estes territórios não constituem em espaços estáticos e fixos, mas deve-se entender que estes podem mudar ao longo do tempo, dependendo das forças históricas que exercem pressão sobre ele (LITTLE, 2002). Para além disto, é preciso pensar nas formas de

²² Para Almeida (2004) a cada identidade peculiar corresponde uma, ou várias, territorialidades específicas. Assim, como assevera o referido autor, o processo de territorialização deve ser pensado como dinamicamente atrelado a fatores étnicos e afirmativos de uma identidade coletiva a partir de uma construção social.

regimes de apropriação dos recursos naturais, no sentimento de pertencimento ao lugar pelo grupo e pela análise dos contextos específicos que surgiram para a defesa e reafirmação dos territórios.

Neste sentido, compreende-se neste estudo que o território é constituído a partir de um conjunto que agrega os sistemas naturais mais os acréscimos históricos, materiais e culturais impostos pelo homem (SANTOS, 2002). A combinação entre a base técnica mais a base social, ou seja, uma articulação política e instrumental no uso do território é o que o confere vida, significado e sentimento de pertencimento. Neste sentido, as formas específicas de uso coletivo de determinado espaço geográfico, ou de múltiplos espaços, compõem as estruturas das sociedades e a sua apropriação é de fundamental importância para a manutenção da identidade das comunidades tradicionais.

Uma análise sobre a relação que estes grupos estabelecem com os territórios e recursos naturais, assim como sobre o processo de construção de um conceito de comunidades tradicionais, é abordado por Brandão (2009) a partir da relação que estas estabelecem com as chamadas sociedades modernas. Para este autor, é na suposta oposição a esta que a comunidade tradicional passou a ser pesquisada e interpretada à luz das Ciências Sociais e da Antropologia em particular. Nos estudos com comunidades tradicionais, Brandão (2009) observou que uma característica marcante destas constitui-se na presença do outro em suas formas de construção das estratégias de vida cotidianas. Assim, é no imbricamento com outras culturas que estas comunidades constroem e reconstroem as dinâmicas de vida, seja nas relações que estabelecem com as pessoas da cidade, de outras comunidades ou de outras religiões, seja nos pequenos comércios ou nos conflitos gerados com a chegada de racionalidades outras que não as tradicionalmente formuladas pela comunidade local.

A tradicionalidade destas comunidades está assentada, dentre outros, no fato de que estas são herdeiras de povoadores ancestrais, que se estabeleceram em determinada região e que passaram a construir um modo peculiar de existência. Assim, destaca Brandão (2009), que estas comunidades se reconhecem enquanto fundadoras originais do lugar em que vivem e da comunidade que constitui. Para este autor, a reprodução do cotidiano comunitário se fundamenta a partir de relações criadas e recriadas ao longo dos anos, e que expressam a resistência dos momentos vividos coletivamente. Segundo Brandão (2009, p. 09)

Em qualquer uma de suas dimensões, e por diversas que elas possam ser, *a comunidade é a paráfrase do lugar-humano. É aquilo que se cria em um espaço-de-vida quando ali se vive, quando ali se chega ou quando para ali se vai de maneira imposta e arbitrária.* Um campo de refugiados é inicialmente um aglomerado de desalojados. O que em pouco tempo se cria endogenamente ali é uma comunidade ou são algumas comunidades. Anterior, contemporânea ou posterior à “chegada do estranho”, a comunidade é o como se pode fazer frente ao capital, ao poder exterior, ao mercado, à sociedade de massa e mídia. (grifos meus).

A perspectiva interpretativa de Brandão (2009), formulada a partir das incursões realizadas junto às comunidades ribeirinhas no âmbito do Projeto Opará, proporcionou elementos necessários para que alguns qualificadores complementassem as abordagens sugeridas inicialmente por Diegues (1992) e Diegues & Arruda (2001). Assim, aquele autor sugere que as comunidades tradicionais sejam pensadas na atualidade a partir de uma história de luta e resistência devido aos conflitos vivenciados em tempos passados e presentes que ameaçam seus territórios originais, sendo estes constantemente cercados e expropriados pelas racionalidades emergentes. É este território, ou estas territorialidades, que propiciam aquilo que é de fundamental importância para a reprodução social dos grupos: a transformação da natureza em cultura (BRANDÃO, 2009).

Assim, a proposta de Brandão (2009) é pensar as comunidades tradicionais do mundo atual como grupos sociais que fundamentam sua tradicionalidade a partir de dinâmicas de vinculação a um território que se torna coletivo a partir da socialização do trabalho na natureza, dinâmicas estas que só foram possíveis em função da construção de um saber peculiar, resultante das múltiplas formas de interação homem-natureza, sendo estes conhecimentos e saberes estratégicos transmitidos de geração em geração. É o reconhecimento como herdeiros de um modo de vida específico que possibilitará a manutenção da autonomia do grupo, através da atualização da memória da historicidade de lutas e resistências para a manutenção do território ancestral coletivo. São estes fatores que possibilitarão ao grupo estabelecer novas estratégias de acesso aos seus direitos e à conservação dos seus modos tradicionais de existência.

Assim como Brandão (2009), Oliveira (2005) afirma que o conceito de comunidades tradicionais vem sendo tratado a partir do debate geral em torno da persistência e renovação da diferença cultural no contexto das relações globais. Em função dos processos de destruição da natureza em busca de um desenvolvimento

econômico que tem se demonstrado devastador para os recursos naturais, em consequência, para as comunidades que vivem diretamente do acesso a estes recursos, o conceito de comunidades tradicionais tem sido abordado a partir da produção de uma imagem de alteridade em relação às sociedades urbano-industriais ou modernas. Todavia, para a autora, este ponto fundamental constitui-se em uma grande armadilha para a construção do conceito, uma vez que quando comparada às sociedades urbano-industriais, estas comunidades são vistas sob a perspectiva do atraso, do primitivo, servindo de argumento para o discurso hegemônico de que as práticas tradicionais das comunidades constituem-se em empecilhos ao desenvolvimento do país.

A compreensão do conceito de populações tradicionais²³ para Oliveira (2005) deve pautar-se pela dinâmica do almágama proposta por Baudrillard *apud* Oliveira (2005), onde o autor destaca que a tradição e a modernidade devem ser analisadas a partir do processo do entrelaçamento que é desenvolvido a partir de um jogo cultural sutil, de tal forma que ambos permaneçam ligados por um processo de adaptação, pelo processo do almágama. Assim, Oliveira (2005) adota esta perspectiva para pensar as relações entre tradição e modernidade para compreender os processos políticos e culturais inseridos na problemática das comunidades tradicionais. Neste sentido, a autora indica que a elaboração de uma imagem das comunidades tradicionais não deve estar associada à ideia de inércia e fixidez²⁴ a partir de uma projeção invertida da sociedade moderna, que é associada ao dinamismo e à mudança.

Em seu estudo sobre a compreensão dos direitos reguladores das formas diversificadas de apropriação do território pelos *vazanteiros* – comunidade tradicional característica do Norte de Minas, e também sujeitos de estudo deste trabalho - em função dos processos históricos de transformação e reconstrução do mesmo, Oliveira (2005, p. 33) afirma que

Ao contrário dessas imagens associadas à tradição, o estudo sobre os *vazanteiros* revela um alto dinamismo e capacidade de reelaboração permanente dessa população, para manter seu modo de vida frente às transformações impostas pela expansão capitalista.

²³ A autora utiliza o termo populações tradicionais, enquanto neste trabalho, como já assinalado, utilizaremos comunidades tradicionais de acordo com o Decreto 6040/2007.

²⁴ Para Oliveira (2005) esta visão de inércia e fixidez, da ideia de autenticidade como sinônimo de essência imutável, são utilizadas como justificativa para a contestação de direitos culturais e territoriais diferenciados principalmente no que se tange à implementação dos direitos legais conquistados por estas populações.

Para Oliveira (2005) justifica-se a caracterização dos *vazanteiros* enquanto população ou comunidade tradicional, dentre outros fatores, por se tratar de uma coletividade cuja identidade cultural é marcada pela forma específica de apropriação do território. A dinâmica de lutas em busca pela afirmação dos seus processos de uso e acesso aos recursos naturais, em territorialidades heterogêneas, os processos de auto-identificação, suas formas particulares de interação com o meio ambiente, a ancestralidade das formas de ocupação, o domínio cognitivo e o código de valores e símbolos presentes em seu modo de vida são alguns dos fatores que justificam a afirmação dos *vazanteiros* enquanto comunidade tradicional do Norte de Minas. Para Oliveira (2005, p. 39) “a dimensão territorial é, portanto, constitutiva da identidade e da construção da alteridade e é categoria central para a compreensão dos *vazanteiros*” enquanto uma comunidade tradicional.

Um dos elementos centrais deste trabalho está assentado na concepção de conflitos entre racionalidades emergentes na região do Norte de Minas e que é acionado por Brandão (2009) quando, em sua análise, o autor coloca em evidência duas variáveis importantes: os processos de lutas e as estratégias de resistência em função da manutenção dos territórios coletivos destes grupos. Sobre este aspecto, Zhouri *et al* (2008, p. 31-32) afirmam que “as formas de classificação e de apropriação social da natureza por determinados grupos, em detrimento dos significados e usos que outros grupos sociais fazem de seu território, tem como consequência uma distribuição ecológica desigual, o que resulta na eclosão de conflitos”. Ou seja, um expressivo número de comunidades tradicionais vive nos dias atuais uma situação que as colocam em um contexto de completa vulnerabilidade da manutenção de suas estratégias socioeconômicas tradicionais em função do “aprofundamento da mercantilização de territórios, resultando na emergência de uma miríade de conflitos ambientais” (ZHOURI & ZUCARELLI, 2008, p. 01).

Para Zhouri & Zucarelli (2008) as dinâmicas conflitivas em emergência no Estado de Minas Gerais evidenciam os diferentes sentidos atribuídos ao território e expressam a desigualdade e a desproporcionalidade no acesso e uso dos mesmos para os diferentes grupos sociais. Desta forma, sob este prisma, não é possível analisar tais conflitos apenas como disputas por territórios, por bens materiais. Subjaz a estes contextos a disputa entre projetos ideológicos, entre modos de vida, entre racionalidades que, ao confrontarem suas lógicas de apropriação dos recursos naturais, instauram um conflito que é ambiental, mas também social. Assim, muito embora a questão ambiental

seja hegemonicamente tratada a partir de uma tendência economicista e objetivista (ACSELRAD, 2004), pensada somente a partir das consequências que a escassez dos recursos naturais pode ter para o desenvolvimento dos países, a perspectiva crítica das ciências sociais²⁵ assinala que “(...) a questão ambiental não pode mais ser tratada como uma questão sem sujeito” (ALMEIDA, 2004, p. 44). Entre estes sujeitos, estão as comunidades tradicionais.

De acordo com Acelrad (2004, p. 10)

Estudar estes conflitos é, por sua vez, para os envolvidos na busca dos processos mais democráticos de ordenamento do território, a ocasião de dar visibilidade, no debate sobre a gestão das águas, dos solos, da biodiversidade e das infra-estruturas urbanas, aos distintos atores sociais que resistem aos processos de monopolização dos recursos ambientais nas mãos dos grandes interesses econômicos.

A redução dos territórios acessíveis pelas comunidades tradicionais é resultante do processo de conflito entre distintos projetos de apropriação e significação dos recursos naturais. Assim, considerando o meio ambiente como um terreno contestado material e simbolicamente (ZHOURI & ZUCARELLI, 2008), temos que a perda dos territórios para as comunidades tradicionais traduz-se não apenas nos processos de expropriação material e física, como também cultural e identitária. Ou seja, para estes grupos socialmente distintos, “as lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais” (ACSELRAD, 2004, p. 19). Como já citado anteriormente, os povos indígenas, quilombolas e as comunidades tradicionais vêm os recursos acessados em uma lógica simbólica, onde a interface entre biodiversidade e sociodiversidade irá criar e recriar seus modos de vida particulares.

Assim, Acelrad (2004, p. 26) propõe que os conflitos ambientais sejam assim compreendidos

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem, ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das

²⁵ Para Zhouri & Zucarelli (2008) cabe às ciências sociais compreender os conflitos ambientais, descrevendo-os, classificando-os, desvendando os significados e interesses dos atores neles envolvidos, elucidando suas relações com as assimetrias estruturais da formação social em que ocorrem.

práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas, etc.

De um outro lado, a existência destes conflitos em territórios tradicionais, faz com que os grupos busquem estratégias de manutenção de suas áreas como, por exemplo, as formas de resistência a partir dos confrontos direto, dos processos de invisibilidade, tanto simbólica quanto física, e da articulação com grupos externos que defendem os direitos destas coletividades específicas. As estratégias contra-hegemônicas em busca pela reivindicação dos direitos fundamentais, do acesso e uso dos territórios tradicionais destas populações, têm sido associadas às ações de diversos movimentos sociais²⁶ que têm construído novas modalidades de interpretação da questão ambiental de modo a pensar sua complexidade invariavelmente ligada a elementos identitários e étnicos (ALMEIDA, 2004).

As estratégias de uso e manejo dos recursos naturais acessíveis às comunidades tradicionais e as formas como se estabelecem as relações sociais e econômicas dentro do território social específico, é o que confere as especificidades dos diferentes grupos sociais no Brasil. Para estas comunidades, a natureza e os recursos que dela são usufruídos, estão em uma dimensão que está para além de esta ser simplesmente a fonte dos meios de vida dos seus indivíduos. Desta maneira, a etnicidade destes grupos tem nos ambientes em que vive um fator importante de constituição e de formação das relações de sociabilidade em seus meios.

O saber adquirido pelas comunidades tradicionais se efetiva como importante meio de manutenção de suas formas de sociabilidade, mas que não é reconhecido - em suas formas tradicionais - pelos saberes hegemônicos. Entretanto, sabe-se que muitos laboratórios farmacêuticos têm agregado os componentes tecnológicos às fórmulas tradicionais criadas secularmente por índios, quilombolas e comunidades tradicionais, ou seja, “as bases empíricas dos procedimentos elaborados em laboratórios e demais empresas refletem as informações primeiras detidas pelos nativos” (ALMEIDA, 2004, p. 40). Sob este aspecto, Acselrad (2004) assevera que para além da apropriação

²⁶ O autor cita a ação de diversos movimentos sociais no Brasil, como a União das Nações Indígenas (UNI), a Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira (COIAB), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), dentre outros. No Norte de Minas, as ações do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) e da Cooperativa Agroextrativista Grande Sertão ganham destaque pela articulação que realizam junto às comunidades tradicionais da região.

material inscrita nos conflitos ambientais, está o processo de apropriação simbólica que pode ser compreendida a partir do exemplo demonstrado no estudo de Almeida (2004). Segundo este autor, os saberes e conhecimentos tradicionais estão intrinsecamente associados a uma cultura específica e por se tratarem de conhecimentos centenários e imemoriais, não podem ser regulados por patentes ou a elas reduzidos. Ou seja, está em uma dimensão simbólica. Na verdade, esta busca pelo controle dos saberes por parte das empresas, contrasta e colide com as simbologias e misticismos presentes nos rituais sagrados – e muitas vezes secretos - que asseguram a reprodução social dos grupos.

No Norte de Minas, estes conflitos ambientais têm se caracterizado pelo confronto entre três lógicas de valoração da natureza: a capitalista, a conservacionista e a tradicional (ARAÚJO & BARBOSA, 2008). Embora haja uma aproximação discursiva sobre a importância de conservação da natureza entre estes três segmentos, para estes autores, são efetivadas intervenções e interesses bastante distintos em relação ao uso e destinação dos territórios em disputa. Desta maneira, tendo em vista que “as interações entre esses grupos sociais, no que diz respeito à apropriação social da natureza, são historicamente assimétricas” (ZHOURI & ZUCARELLI, 2008, p. 04), e ao analisarmos o posicionamento do Estado quanto a tal contexto, temos que as comunidades tradicionais do Norte de Minas encontram-se em um estado de vulnerabilidade não só dos seus territórios, como também dos seus modos de vida e culturas específicas.

Tendo em vista as abordagens realizadas, podemos inferir que o conceito de comunidades tradicionais, como tantos outros que possuem tal complexidade no âmbito das Ciências Sociais, constitui-se em um conceito em construção, não sendo possível estabelecer teorias pré-concebidas para enquadrar os grupos sociais específicos no Brasil. Há uma emergência do tema a partir dos processos de lutas pela afirmação das territorialidades étnicas que ao longo dos anos passaram a ser objeto de disputas com os setores hegemônicos que possuem outras racionalidades de uso e apropriação dos territórios.

Assim, a partir destes confrontos, fez-se necessário o reconhecimento destes grupos específicos que passaram a possuir legislações próprias para a garantia do acesso aos seus direitos fundamentais. A relação de reciprocidade e dependência mútua com os recursos naturais envolve uma organização da vida social e identitária e é parte constituinte das dinâmicas de povos indígenas, quilombolas e das comunidades tradicionais. Nas sociodinâmicas cotidianamente criadas e recriadas por estes grupos, a

natureza é vista como um ente familiar, como um membro da vida social e comunitária destas populações que possuem um modo de vida diretamente ligado aos ciclos naturais, por isso buscaremos compreender de que forma no Norte de Minas estas relações foram estabelecidas ao longo dos anos e que proporcionaram a formação de comunidades tradicionais peculiares em seu território.

2.3 – O Norte de Minas e as especificidades das comunidades do lugar

O espaço rural norte-mineiro possui especificidades quanto à formação de sua diversidade cultural, associada e em função de uma diversidade ambiental e ecológica heterogênea. Associada ao Cerrado, à Caatinga, às Matas Secas, ao Campo limpo, ao Cerradão²⁷, os ambientes sanfranciscanos e os diversos rios que perpassam a região produzem paisagens que, ao longo do seu percurso, vão associando modos de vida que se adequam, constroem e são construídos a partir dos ciclos que a natureza estabelece na região. Assim, pode-se afirmar que a caracterização das comunidades norte-mineiras está muito ligada ao lugar de sua reprodução social, cultural, ambiental, material e às diferentes formas e fases de como se efetivaram seu processo de ocupação.

O Estado de Minas Gerais comporta uma variedade de paisagens que estabelece diversas interações entre o homem e o meio que o circunda criando, desta maneira, grupos específicos distintos em cada porção do seu território. Minas Gerais comporta os sertões, o cerrado, as minas, as montanhas, a caatinga, a mata seca, as chapadas, os ambientes sanfranciscanos, dentre outros (COSTA, 2003). No que diz respeito ao contexto do norte do estado, as diversificações dos seus ambientes foram fundamentais para a formação de comunidades tradicionais que, ao longo dos anos, vêm desenvolvendo suas estratégias produtivas de acordo com os ambientes que lhes circundam e com os processos inseridos em suas dinâmicas de vida cotidianas, como já abordado a partir do estudo do trabalho de Ribeiro (2000) no capítulo 01.

Entretanto, em função das constantes reelaborações de suas paisagens, de suas estratégias socioeconômicas, dos seus modos produtivos, o cenário norte-mineiro vem se destacando pelos conflitos socioambientais e pelos processos de usurpação dos direitos fundamentais de suas comunidades tradicionais. Assim, buscar-se-à fazer uma

²⁷ Cardoso (2000 *apud* COSTA, 2005) aponta estas vegetações como os principais tipos de cobertura vegetal presentes no Norte de Minas. Entretanto, com aponta Costa (2005) estas denominações com relação aos diferentes tipos de biomas e suas diversificações, podem ser contestadas e até mesmo acrescentadas de outras de acordo com a concepção de cada autor.

breve caracterização da formação social e econômica do Norte de Minas, com o objetivo de compreender como se deu a formação de comunidades tradicionais específicas da região, uma vez que corroboramos com Oliveira e Rodrigues (2000, p. 07) a partir da premissa de que “somente com reflexão à respeito do passado pode-se melhor entender os problemas do presente para, adequadamente, identificar as potencialidades, fraquezas e traçar os objetivos para o futuro”

As diversas comunidades tradicionais existentes no Norte de Minas se originaram, primordialmente, às formas de interação entre três grupos humanos específicos: os indígenas, que eram os ocupantes originais; os invasores europeus, principalmente os portugueses; e os africanos, que foram trazidos à força para trabalhar como escravos, desde o século XVII (RODRIGUES, 2000). Entretanto, como apontam os estudos de Costa (2005), já se observava a ocorrência de agrupamentos negros no território norte-mineiro, principalmente na mata da jaíba²⁸, antes mesmo da chegada dos bandeirantes. Estes agrupamentos negros estabeleciam, juntamente com os povos indígenas, formas de vida autônomas e se reproduziam a partir da coleta, caça e pesca, bem como o cultivo de algumas espécies vegetais nativas da região.

A história da formação social e econômica do Norte de Minas retrata a desigualdade e as conflitantes formas de como se deu o processo de formação da estrutura agrária no Brasil. Não muito diferente de outras porções do território nacional, na região estudada, as dinâmicas de ocupação do território se deram a partir dos processos de expropriação de terras, da usurpação dos direitos das comunidades tradicionais, e a negação do reconhecimento da ancestralidade de ocupação destas populações. Assim, aborda Luz *et al* (2008, p. 69)

No século XVII, em decorrência das ‘entradas e bandeiras’, de baianos e paulistas, através de Matias Cardoso, que funda Morrinhos, e de outros que junto a Fernão Dias Paes demandaram a região em busca de esmeraldas e aprisionamento de índios, ocorre também o massacre de diversas tribos e a expulsão dos sobreviventes para a ‘terra sem males’, cada vez mais adentrando o país. O território norte-mineiro vai ser ocupado por grandes fazendas para criatório de gado, objetivando a sustentação das zonas minerais, sobretudo Vila Rica, Diamantina e Sabará.

²⁸ Para Costa (2001), as condições geográficas do Norte de Minas, principalmente em função das matas densas de caatinga arbórea e a formação de lagoas em função das dolinas (furados, terrenos rebaixados que possibilitaram o acúmulo de água), consubstanciaram um ambiente propício para a fuga de negros escravos e a formação na região do “Território Negro da Jahyba”, onde estes grupos desenvolviam suas estratégias de vida.

A partir de então, as atividades econômicas que sustentavam a região do Norte de Minas passaram a adotar outras organizações produtivas diferentes das usadas secularmente pelas comunidades indígenas e negras nativas da região. A economia local, alicerçada a partir dos modos de vida destes grupos baseava-se tradicionalmente, na agricultura de subsistência²⁹ fundamentada no cultivo de arroz, feijão, mandioca, milho e cana-de-açúcar, principalmente; na pecuária bovina e no cultivo de algodão (RODRIGUES, 2000). Estas atividades tradicionais, segundo Costa (1997) passaram a se diversificar e a se processar a partir de três pontos: a mineração, o criatório de gado (trazidos de outras regiões) e a agricultura.

Estas mudanças impulsionaram o estabelecimento na região de grandes fazendas, que utilizavam a mão-de-obra escrava, negra ou indígena, que se transformavam em agregados dos fazendeiros, a partir de uma produção auto-suficiente que visava também o abastecimento das zonas mineradoras e de criação de gado, com caráter mercantil (COSTA, 1997). Na região, devido ao grande poder dos latifundiários, as relações de poder eram baseadas no coronelismo que caracterizava-se pelo mando e desmando dos coronéis que praticamente substituíam o poder do Estado em suas dependências.

Entretanto, foi especialmente a partir da abolição da escravatura, no século XIX, que se deram os processos de esvaziamento das fazendas, a partir da fuga de índios e negros a partir de então, libertos. Assim, um outro processo de territorialização foi formado, a partir da alocação dos camponeses às margens dos pequenos cursos d'água e próximos às chapadas existentes em toda a região (LUZ, *et al*, 2008). Geralmente eram terras menos férteis que as ocupadas pelos grandes fazendeiros, localizadas nas partes mais montanhosas ou nas margens dos rios São Francisco, Verde Grande e Gorutuba. Para Luz *et al* (2008, p. 70)

Os núcleos camponeses espalhados por todo o sertão constituíam-se, cada um, em um todo econômico, baseados fundamentalmente na

²⁹ Em seu livro sobre a Formação Social do Brasil Contemporâneo, Caio Prado Jr. (1979) discute sobre as diferenças existentes entre a grande lavoura e a agricultura de subsistência. Para este autor, são três os pontos fundamentais de distinções entre estas: as relações inerentes aos seus processos produtivos, as relações de trabalho (na grande lavoura o trabalho escravo, na agricultura de subsistência, predominantemente, o familiar) e a destinação dos bens produzidos. Assim, para Prado Jr. (1979) a agricultura de subsistência deve ser pensada a partir das funções que exerce para o abastecimento interno, desde àquele destinado ao próprio consumo familiar, até ao abastecimento dos comércios locais, assim como à diversificação dos bens de consumo que são produzidos em tipos de estrutura agrárias variáveis, como a das comunidades tradicionais.

produção coletiva e na utilização das chapadas para complementação alimentar e criação de gado 'na solta'. As chapadas constituíam-se verdadeiros 'bosques comunais', onde se coletavam frutos alimentícios e plantas medicinais, praticava-se a caça e, por serem áreas de pastagens devido à presença de enorme variedade de forrageiras, criava-se extensivamente o gado, que tinha e tem a função de reserva de valor para os sujeitos de cada coletividade.

Uma caracterização importante sobre as dinâmicas socioeconômicas dos grupos humanos norte-mineiros, pode ser encontrada na obra do historiador Mata-Machado (1961) onde o autor descreve de que forma a região em estudo se desenvolveu no período de 1750 a 1947. Estas descrições desconstruem o imaginário social da época que associava o Norte de Minas a uma imagem de penúria e escassez, e que serviu de justificativa para a implementação dos princípios da modernização conservadora na região, processo este que será analisado no próximo capítulo. Assim, afirma Mata-Machado (1961, p. 160)

(...) os habitantes se alimentavam de carne bovina, da mandioca, dos cereais que plantavam, da rapadura que produziam e do óleo que extraíam das plantas, dos frutos, animais e mel silvestres; do peixe abundante nos rios e lagoas. Do barro construíam as suas casas cobertas com palhas de buriti; do couro de animais e do algodão por eles cultivados confeccionavam suas roupas; de couro eram também os móveis e utensílio. Do salitre fabricavam a pólvora com a qual caçavam e se defendiam; faziam-se transportar em cavalos que criavam ou em canoas, ajoujos, balsas e barcas que fabricavam com as melhores madeiras de lei; inebriavam-se com a famosa cachaça de Januária e com o vinho da polpa de buriti; divertiam-se com as cantigas improvisadas, os versos satíricos e as pilhérias dos remeiros do rio; faziam seu artesanato, sua música e suas festas religiosas e profanas.

A partir deste contexto, as comunidades tradicionais do Norte de Minas buscaram estabelecer estratégias de sobrevivência que articulavam sempre os recursos naturais disponíveis aos seus modos de vida, criando assim, culturas e identidades diferenciadas mesmo dentro de um contexto comum: o Norte de Minas. Para Dayrell (2000) foram estes processos históricos de coevolução social e ambiental que possibilitaram até a década de 1970, a manutenção das funções ecológicas dos ecossistemas da região, que se mantiveram praticamente intactos até a implementação dos princípios da modernização conservadora. Para este autor, os recursos naturais são

utilizados por estas populações “muitas vezes de forma fluida ou informal, comandada por uma ética marcada por normas orais adquiridas pela tradição” (DAYRELL, 2000, p. 195).

Devido à heterogeneidade das paisagens norte-mineiras, através das formações diferenciadas que se deram nas transições entre o Cerrado e a Caatinga, além dos ambientes sanfranciscanos, diversos núcleos de populações passaram a ter denominações especiais, de acordo com a região habitada e das relações sociais estabelecidas. Assim, os Chapadeiros são as populações os que habitam nas áreas denominadas de chapadas; Campineiros os que habitam nas campinas; Barranqueiros ou Vazanteiros os que vivem e produzem nas barrancas ou vazantes do rio São Francisco; Geralistas ou Geraizeiros as populações que habitam nos gerais e Catingueiros os que habitam na Caatinga (DAYRELL, 1998).

As dinâmicas de uso e apropriação dos recursos naturais desta região estão diretamente ligadas às combinações entre ambientes distintos, que garantem a subsistência dos grupos durante os dois períodos marcantes do ano: a seca e a chuva. Assim, no caso dos geraizeiros, como aborda Ribeiro (2010, p.24), a população “combinava e articulava o uso de *gerais* (chapadas), *brejos* (de riachos, veredas e nascentes), *culturas* (de veredas e mata seca) e *vazantes* (as margens do rio São Francisco)” para garantir alimentação farta tanto para o grupo, quanto para o abastecimento das pequenas cidades que, posteriormente, se transformariam em importantes centros comerciais.

Em função desta co-relação de ambientes, que possui características singulares em cada período do ano, é que torna-se possível a sobrevivência das comunidades tradicionais no Norte de Minas. Formas de interações que foram construídas ao longo dos séculos e que tiveram influência de sociedades indígena, negra e branca. Para Dayrell (2000, p. 219) a estratégia de uso desta diversidade de agroambientes “é uma forma de amortizar a imprevisibilidade de boa parte dos fenômenos naturais e também de evitar uma dependência excessiva do mercado”. Assim, para estes grupos os ambientes os quais têm acesso, para além do sentido produtivo, possuem outros significados, que garantem também a sua reprodução social, cultural e identitária. Desta forma, o “Cerrado-habitat é a casa, o lugar de viver, de habitar, de criar hábitos. Carrega o sentido do espaço vivido, preenche das significações materiais e simbólicas que conformam essas territorialidades camponesas” (SILVA, 2005, p. 229).

Em seu estudo sobre as mudanças nos regimes de propriedade provocadas pela modernização implementada no Norte de Minas, Chevez-Pozo (2002) afirma que os territórios secularmente utilizados pelas comunidades tradicionais, fornecem os meios de subsistência, de trabalho e produção, assim como os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais dos indivíduos. Desta forma, estas populações construíram, ao longo da história, formas de apropriação e conhecimento do ambiente natural, por meio de intercâmbios ecológicos e socioculturais, constituindo estratégias de reprodução social, que envolve extrativismo vegetal e animal em áreas de uso comunal, dentre outras. A relação estabelecida com o meio natural nestas áreas se dá através do vasto conhecimento tradicional e de técnicas rudimentares de manejo o que faz com que este seja feito de forma sustentável (CHEVEZ-POZO, 2002).

Ainda, de acordo com este autor, a utilização dos recursos naturais oferecidos por aqueles territórios ocupados pelas comunidades tradicionais é feita basicamente por meio do extrativismo vegetal (cipós, fibras, frutos, ervas medicinais da floresta), do extrativismo animal (caça e pesca) e da pequena agricultura itinerante. Estas atividades produtivas são orientadas fundamentalmente para o auto-consumo, sendo comum a troca de bens produtivos, ainda que uma parte da produção se destine ao mercado. Assim, segundo Chevez-Pozo (2002) estas formas de apropriação dos recursos naturais são baseadas em valores, normas e interdições comunitárias que regulam o acesso a estes, o que impede sua degradação e auxilia na preservação do ecossistema.

As dinâmicas sociais das comunidades tradicionais norte-mineiras são orientadas a partir de uma ética moral enraizada nos costumes e tradições, onde a importância à unidade familiar doméstica ou comunal e às relações de parentesco e compadrio, são de fundamental importância para a reprodução social do grupo. Não menos importante, é a valorização dos “símbolos, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas” (CHEVEZ-POZO, 2002, p. 38).

Estas dinâmicas socioambientais envolvem uma relação de reciprocidade e dependência mútua com a natureza. As diferentes formas de uso e apropriação dos recursos naturais locais são fundamentais para a formação social, cultural e identitária destes grupos. Assim, o chapadeiro, o geraizeiro, catingueiro, barranqueiro, dentre outros, só possuem tal denominação porque estabelecem uma relação distinta e específica com aquele ambiente, ou ambientes, o qual ou aos quais se está inserido e a partir da alteridade e das relações sociais que são estabelecidas em suas práticas

cotidianas³⁰. Assim, pode-se dizer que a utilização das matas, lagoas, plantas usadas como remédios, alimentos, das frutas e do rio como instrumentos compõem não só as suas estratégias de vida, mas fundamentalmente, fazem parte de uma cultura, um modo de vida inerente a estas comunidades que possuem práticas seculares de existência.

Entretanto, o que tem se observado no Norte de Minas, é que tais comunidades têm sofrido ao longo dos anos - e isto data desde a chegada dos bandeirantes, ainda no século XVII - processos contínuos de expropriação não só dos seus meios de sobrevivência, mas também das formas de efetivação de suas estratégias culturais, sociais e ambientais. As formas de uso e apropriação dos recursos naturais inerentes a estas comunidades estão constantemente sendo confrontadas com racionalidades outras que desconsideram a ancestralidade de ocupação destas comunidades, assim como dos conhecimentos socialmente construídos ao longo dos tempos.

Todavia, é preciso assinalar que estas comunidades estão se articulando coletivamente, tornando-se assim, sujeitos ativos em busca pela reafirmação de suas identidades e modos de apropriação peculiares. Desta maneira, voltemos nossas atenções às dinâmicas de vida de uma das expressões deste leque heterogêneo de comunidades tradicionais norte-mineiras, que constitui-se no modo de vida dos *vazanteiros*, coletividades que estão constantemente ameaçadas pelas racionalidades desenvolvimentistas e conservacionistas emergentes na região estudada.

2.4 – Os vazanteiros

O rio São Francisco possui uma importância fundamental às comunidades norte-mineiras. Isto porque suas águas possibilitam enfrentar as adversidades ambientais da região que ciclicamente sofre com as secas que abalam as populações do Norte de Minas. Importante notar que não somente o rio São Francisco possui estas funções essenciais à reprodução socioambiental destas populações, mas também outros rios que cortam o norte do Estado e que vislumbra complexas diferenciações do bioma Cerrado. Estas mesmas águas que também servem para irrigar os projetos agropecuários e que se tornam objeto de disputa e de conflitos com estas mesmas comunidades que desenvolveram suas práticas a partir dos ambientes formados pelas águas do Norte de

³⁰ Para Acsehrad (2004, p. 14) “as sociedades produzem a sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhes são específicas como os modos de apropriação do mundo material que lhes correspondem”.

Minas. Pode-se afirmar que a dinâmica destes rios, em especial o São Francisco, possibilita o surgimento de grupos humanos diferenciados, em especial, os *vazanteiros*.

A ocupação e utilização das margens do rio São Francisco remontam antes da chegada da colonização portuguesa, quando em seus ambientes já se encontravam grupos indígenas que possuíam suas vidas reguladas pelos ciclos das águas deste rio (RESENDE & CABRAL, 2005). A vida destes povos era moldada a partir das cheias e vazantes que possibilitavam a agricultura, a pesca e a navegação no rio São Francisco. Também eram suas águas que em épocas da cheias ‘vazavam’ e possibilitavam a formação de lagoas nos interiores das matas, ambientes fundamentais para a reprodução das comunidades em épocas de seca. Para Resende & Cabral (2005, p. 01)

(...) plantar em várzeas fluviais é uma atividade quase tão antiga quanto a própria invenção da agricultura pelo homem. Estas áreas de vazante são escolhidas para serem cultivadas por vários motivos: por serem altamente férteis e de fácil cultivo; em regiões áridas ou semi-áridas por possibilitarem a irrigação; ou ainda pela facilidade de complementação alimentar oferecida pela pesca.

Desta forma, a variedade de funções exercidas a partir do uso das águas e dos ambientes formados pelo rio São Francisco, constitui-se em um fator preponderante para a ocupação pelos grupos humanos de suas margens que passaram a incorporar, a organizar seus modos de vida e formar uma identidade e culturas específicas a partir da apropriação destes lugares. Para Paula & Brandão (2007, p. 06), esta simbiose entre sujeitos e ambientes, possibilitou a formação de uma “cultura rica em musicalidade, lendas, tradições, artesanatos, danças, amores e ritos, sintetizando a história da vida das águas e dos homens e das mulheres na ribeira”.

Neste processo, a apropriação destes lugares contribuiu para a formação de conhecimentos e saberes que vão se incorporando ao modo de vida destas comunidades e que são fundamentais para a formação de grupos ribeirinhos, sertanejos, barranqueiros, *vazanteiros*, assim como se autodenominam os grupos que vivem nas beiras e nos ambientes sanfranciscanos. Assim, o rio vai afirmando sua centralidade na vida destas populações, que o vêem como um ente familiar, como mais um integrante de suas vidas cotidianas. É do rio que vêm o sustento da família, das crenças, da cultura e da identidade dos sujeitos de suas águas. Para Dumont (2007, p. 31) “o rio confirma a vital importância social, cultural e econômica para os homens que aqui se instalaram,

tomando suas beiras como morada, tornando o seu espaço de lugar e vivência, sobrevivência e de interação com a natureza”.

A agricultura de vazante praticada nas áreas inundadas pelo rio São Francisco, possibilitou o surgimento dos *vazanteiros*, que são assim denominados, dentre outros fatores, em função do uso que fazem das vazantes formadas a partir dos ciclos do rio São Francisco e da transumância inerente ao uso dos complexos territoriais que utilizam. Para Oliveira (2005, p. 10)

Vazanteiros são as populações residentes nas áreas inundáveis das margens e ilhas do rio São Francisco que se caracterizam por um modo de vida específico, construído a partir do manejo dos ecossistemas sanfranciscanos, combinando, nos diversos ambientes que constituem seu território, atividades de agricultura de vazante e sequeiro, com a pesca, a criação animal e o extrativismo.

Até a década de 1950, período anterior à construção de grandes barragens na bacia do rio São Francisco, os períodos de cheias e secas eram comuns na região, o que possibilitava a formação de ilhas e lagoas no interior das matas, onde se refugiavam populações que foram, ao longo dos anos, construindo um modo peculiar de existência. Estas populações que foram utilizando as vazantes formadas pelo rio, passaram a reconhecer enquanto *vazanteiros*, em função de suas práticas agropastoris. É importante destacar, como demonstra Oliveira (2005), que a categoria *vazanteiro* é uma denominação criada pelos próprios sujeitos da porção do alto-médio São Francisco, sendo que outras denominações, como ilheiro, baranqueiro, lameiro, varzeiro ou ribeirinho, também podem se identificar com as características da cultura e do modo de vida *vazanteiro*. O que é necessário frisar é a importância dada à denominação identificada pelo grupo estudado. Assim, embora as semelhanças ocorram, é preciso utilizar as categorias nativas, que neste estudo é a de *vazanteiros*.

A construção da identidade *vazanteira* se deu - e se dá cotidianamente - em função do reconhecimento de um modo de vida específico construído a partir da interação com os ambientes sanfranciscanos. Assim, é a partir da alteridade que os homens das margens e das ilhas do rio se reconhecem enquanto *vazanteiros* (OLIVEIRA, 2005). Para Resende & Cabral (2005) as áreas de vazante fazem parte de um todo complexo e diversificado que compreende a realidade vivida pelos *vazanteiros*. A conjunção de ambientes diferenciados exige destes sujeitos um conhecimento muito

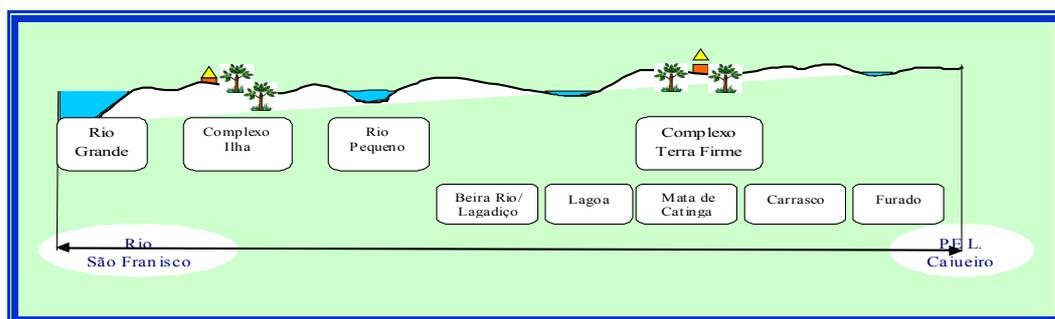
vasto dos ciclos de cada ambiente utilizado e das formas de manejo específicos. Assim, para os autores citados, o saber tradicional destas populações contribuiu não apenas para a garantia da reprodução alimentar, social e cultural de seus grupos familiares, mas também para a conservação dos recursos naturais acessados por estas comunidades e para o abastecimento de feiras e comércios locais.

Em função da mobilidade dos seus territórios, os *vazanteiros* desenvolveram distintas estratégias de uso em três unidades de paisagens diferenciadas: o complexo terra-firme, o complexo ilha e o complexo rio. Assim, estes complexos territoriais que são diretamente influenciados pelos ciclos do rio, são assim utilizados segundo Oliveira (2005, p. 122)

A agricultura de sequeiro e de vazante é praticada na *terra-firme* e nas ilhas, sendo organizada de forma tal que as atividades de plantio e colheita se estendem por todo ano, quando as “águas” são boas. Na *terra-firme*, o plantio se concentra de outubro a novembro e colheita em abril. Na ilha, o plantio segue o recuo do rio, começando em março, e o período de colheita se estende de junho a setembro. A pesca é praticada no rio, nas lagoas *criadeiras* e no *baixão*. A criação de animais de pequeno porte é feita nos arredores da casa, na beira-rio ou nas ilhas, e de grande porte nas pastagens naturais das ilhas ou nas áreas de “solta”, na terra-firme. Nas áreas de uso comum da terra-firme é praticado também o extrativismo de frutas, plantas medicinais, lenha, plantas utilizadas na fabricação de sabão, de óleo e na construção das casas, além da caça.

A articulação entre estes ambientes diferenciados, garante a reprodução socioeconômica dos *vazanteiros* durante todo o ano, reprodução esta que só é garantida em função do saber socialmente construído por esta comunidade tradicional. Assim, a transumância é característica fundamental da vida do *vazanteiro*. Destaca-se, como aborda Oliveria (2005, p. 122), a centralidade do rio para a formação e manutenção destes ambientes, uma vez que “o complexo rio promove a conectividade entre as unidades da paisagem, dando corpo e vida a uma unidade territorial que é básica para a manutenção do sistema produtivo e para a reprodução agroalimentar dos *vazanteiros*”. Na figura a seguir, pode-se visualizar os ambientes apontados por Oliveira (2005) que demonstram a fluidez e a complexidade do território *vazanteiro*.

FIGURA 02
Formas de uso do território *vazanteiro*.



Fonte: Carta da Ilha

da Ressaca – CAA-NM (2008).

A apropriação destes ambientes pelos *vazanteiros* se dá a partir de um sistema de direitos combinados que, segundo Oliveira (2005), regula o acesso ao grupo a estes territórios através de formas coletivas de apropriação dos recursos naturais disponíveis. Este uso e acesso dos diferentes ambientes utilizados pelos *vazanteiros*, baseiam-se no direito de uso gerado pelo trabalho e não a partir da compra. A partir das sociodinâmicas ambientais moldadas pelo modo de vida *vazanteiro*, as formas de apropriação dos recursos naturais – em seus três complexos – fundamentam-se em uma relação onde os elementos da natureza são considerados como mais um sujeito inserido na vida cotidiana do grupo. Assim, o respeito aos ciclos de cada ambiente é uma conduta ética que norteia as estratégias socioambientais do grupo estudado. Para Araújo (2009) a vida do *vazanteiro* ocorre no entremeio da cheia e vazante do rio, onde o ir e vir das águas se fazem de fundamental importância para a identificação destes grupos como as “gentes do rio”.

Entretanto, as dinâmicas do rio São Francisco e, conseqüentemente, das dinâmicas de vida das gentes de suas águas, já não são mais as mesmas de anos atrás. Dentre outros fatores restritivos de acesso aos ambientes, destacam-se algumas mudanças nos ciclos de vazão do rio São Francisco, que têm sido controlados pelos empreendimentos hidrelétricos em sua bacia, como a barragem de Três Marias, que controla, acumula e libera as águas, e administra a vazão do rio, impondo assim, uma dinâmica mecanizada e artificial ao seu percurso natural (ARAÚJO, 2009). Para esta autora, a vida do rio passou a ser controlada a partir de interesses mercadológicos, interesses estes totalmente contrários à lógica dos moradores de suas margens que constantemente têm sofrido com enchentes e escassez inesperadas, alterando e

impactando diretamente seus modos de vida e as atividades produtivas associadas ao rio e às lagoas que são formadas em função da dinâmica de suas águas.

Assim, afirma Araújo (2009, p. 68) sobre este processo

A cada ano, a eminência da cheia se renova no coração do *vazanteiro* e *vazanteira*, que na sua expectativa vive na ambigüidade com receio dos seus prejuízos, mas também saudoso dos seus benefícios, porque um ano sem cheia como foi o de 2008 é um ano sem “terra molhada” pelo rio, é um ano sem “lameiros”, ou seja, sem fartura de alimentos.

Para Oliveira (2005) estas mudanças nos ciclos do rio têm provocado grandes impactos para as comunidades *vazanteiras*, que tem sofrido as alterações em seus ambientes, principalmente no que se refere às lagoas *criadeiras*, que não mais possuem as mesmas temporalidades que possuíam no passado. Soma-se a isto a total invisibilidade que tais grupos são tratados pelos órgãos governamentais. A partir dos estudos de Oliveira (2005) e Araújo (2009) pôde-se observar que são constantes os conflitos enfrentados por estas populações com órgãos como o IBAMA, o IEF e a Polícia Florestal. Situações estas que são completamente contraditórias, uma vez que ao mesmo tempo em que o Estado desconhece a existência destas populações, há a repressão de suas ações através das contínuas multas que estas comunidades vêm recebendo na última década.

Observa-se que a abundância de águas presente no Cerrado norte-mineiro, tem sido objeto de desejo de segmentos mercadológicos que passaram a ver na região um grande potencial para aumentar suas estratégias lucrativas. Assim, afirma Almeida (2005, p. 322) que “há uma pluralidade de valores frente ao Cerrado que nos faz afirmar que a natureza é um conceito plural. Para uns, Cerrado é ecossistema, para outros é capital”. Em contraposição à lógica das comunidades tradicionais presentes no Norte de Minas, outras racionalidades se inseriram na região estudada a partir da década de 1960, como veremos no próximo capítulo. Acrescenta-se a este processo, a emergência da racionalidade conservacionista que tem tencionado as estratégias socioambientais seculares das comunidades locais.

Interpretar as sociodinâmicas das comunidades tradicionais norte-mineiras, em especial a dos *vazanteiros*, constituiu-se objetivo central deste capítulo. Interessa-nos, ao fazer estas análises, compreender as especificidades dos modos de vida deste grupo social específico para podermos, a partir dos capítulos subseqüentes, elaborar algumas

interpretações e análises das implicações que os processos de restrição de uso e acesso aos ambientes, ou parte deles, utilizados secularmente pelos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas, podem ter para as suas estratégias agroalimentares.

CAPÍTULO 03

A CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAIS COMO POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA MATA SECA NORTE-MINEIRA: O PARQUE ESTADUAL DA MATA SECA

Este capítulo buscará analisar o processo de criação das Unidades de Conservação no Norte de Minas, procurando examinar quais as influências que as restrições de uso e acesso aos seus recursos naturais podem ter para a existência de conflitos socioambientais na região. Para tanto, é necessário compreender como se deu a inserção dos princípios da Modernização Conservadora, já que a criação das áreas preservadas constitui-se em compensações ambientais aos processos ecodestrutivos dos projetos agropecuários instalados. Como já assinalado, a emergência da racionalidade preservacionista tem entrado em confronto com a lógica das comunidades tradicionais locais, uma vez que as sociodinâmicas destes grupos estão sendo diretamente afetadas em função da restrição de uso e acesso aos recursos naturais “protegidos” pelas unidades de conservação. Assim, ao longo do presente capítulo, buscaremos analisar as racionalidades presentes na concepção de criação de áreas naturais protegidas e os conflitos socioambientais existentes no Norte de Minas em função da criação das unidades de conservação, em especial aqueles envolvidos na área do Parque Estadual da Mata Seca. Assim, buscamos analisar de que forma os processos em curso explicitam conflitos entre a política estadual de proteção ambiental, assentada na criação dos parques, e as práticas de reprodução socioeconômica de suas comunidades tradicionais, em especial as práticas agroalimentares dos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas.

3.1 – O processo de Modernização Conservadora

O panorama agrário brasileiro é marcado por realidades diversas que definem um histórico de lutas em defesa da sobrevivência no mundo rural a partir de diversos grupos específicos que possuem interesses distintos quanto à questão da terra. É neste contexto que a luta pelo território configura-se como uma consequência tanto da má distribuição colonialista como da desigualdade capitalista. Neste sentido, pode-se considerar que a demanda por terras e territórios³¹ é um desafio histórico no Brasil, e tem sido fundamentalmente marcado por intervenções políticas e contradições

³¹ Destaca-se, como já exposto, que o conceito de território configura-se a partir de distintas determinações, como a histórica, a simbólica, como também a física, material.

ideológicas, uma vez que o país possui um mapa de regiões culturais heterogêneo, como abordado por Diegues Jr. (1960) no segundo capítulo.

Tendo em vista tal contexto, as propostas de construção de políticas em torno da busca pela solução desta excludente estrutura territorial, tiveram basicamente como eixo o acompanhamento da modernização agrícola e a tentativa de solucionar os problemas relacionados do acesso a terra. Diante da necessidade de equacionar tais problemas, viu-se o papel do Estado como um dos maiores promotores de políticas modernizadoras com vistas ao atendimento do mercado externo em detrimento das propostas de reforma agrária. Ressalta-se que as ações do Estado, ao atuar na implementação de tais políticas, foram consequências também de um processo de lutas organizadas pela população rural que tiveram o apoio de importantes agentes mediadores no contexto sociopolítico dos anos 1950, tais como o PCB, ULTAB, Igreja e Ligas Camponesas (BARBOSA, 2005).

Até meados da década de 1960, de acordo com os padrões hegemonicamente considerados, o Brasil apresentava-se como um país de economia baseada em fraca expansão das atividades agrícolas, uma vez que este setor possuía uma escassa infraestrutura com baixa incorporação de tecnologias. Visto pelo prisma recorrente, a agricultura com base em grandes propriedades e baixo nível de incorporação de tecnologia era considerada como um obstáculo estrutural ao desenvolvimento (MEDEIROS, 2002). Sendo assim, essa estrutura configurava-se com o que Martins (1999) denominou de bloqueios ao crescimento econômico.

Desta forma, as políticas adotadas no Brasil durante a ditadura militar caminharam no sentido de desbloquear o crescimento econômico no país e promover as mudanças necessárias à elevação dos níveis de exportação. O mundo rural que, até então, estava à margem da ideologia do desenvolvimento, passou a ser valorizado enquanto o caminho fundamental para o crescimento do país. Para Martins (1999, p. 72) a intervenção militar na questão agrária durante o período da ditadura teve como principais eixos

(...) a modernização, a ampliação do setor industrial, sobretudo com a indústria automobilística, o desenvolvimento siderúrgico, a reformulação da agricultura de exportação, inclusive a sua substituição pela produção para o mercado interno, como aconteceu com o café, substituído basicamente por pastagens, tudo isso enfim modificou profundamente as condições sociais do País, as relações entre as classes sociais, a dinâmica dos conflitos.

As intervenções estatais no período militar, porém, provocaram diversas consequências ao país, dentre as quais podemos citar a crescente desigualdade na área rural. Estado, movimentos sociais e setor privado passaram a formular diferentes projetos de mudança na estrutura agrária. Todavia, era preciso um intenso programa de reformas sociais, entre as quais a mais urgente configurava-se na reforma agrária, discurso este mais utilizado entre os movimentos sociais, já que o do Estado muito se assimilava aos objetivos do setor privado. Como já citado, estiveram presentes no debate em torno deste tema importantes agentes políticos da época, entre os quais se destacavam os papéis da Liga Camponesa, do Partido Comunista, da Igreja Católica e da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL - (DELGADO, 2005; MEDEIROS, 2002).

Entretanto, a instável estrutura política brasileira, com a clássica alternância entre conservadores e liberais (MARTINS, 1999) colocava em risco a possibilidade da efetivação de uma reforma agrária que realmente colocaria como prioridade a emergência da distribuição da terra no Brasil. Entretanto, as crescentes disputas no campo explicitavam a necessidade da reforma agrária. Para Martins (1999, p. 77) a proposta desta reforma surgia em meio a relações de classes que não se combinavam no sentido de fazer dela um fator de mudança e modernização social e econômica. A divergência de interesses caracterizava o mundo rural como um campo de conflitos que deveria encontrar uma resposta rápida em busca do desenvolvimento.

As contradições ideológicas presentes nas decisões sobre a questão rural brasileira demonstraram que havia o encontro de perspectivas diferenciadas de projetos sobre a concentração da propriedade fundiária. De acordo com Medeiros (2002) a proposta dos segmentos sociais que apostavam na industrialização como mecanismo de desbloqueio ao desenvolvimento do país, era de que poderia haver um processo de modernização da agricultura brasileira sem alterar a estrutura agrária do país.

Para uma melhoria das condições de vida no mundo rural, era imprescindível, para os grandes proprietários de terra, o aumento da rentabilidade da agricultura através da utilização de insumos químicos, da tecnificação e do incentivo às exportações. Para a ideologia dominante, o papel do Estado configurava-se como importante mecanismo de apoio com relação aos créditos rurais que superariam o atraso tecnológico da agricultura. Para tanto, acreditava-se que não era preciso uma reforma em busca da desconcentração fundiária (MEDEIROS, 2002), a tônica do discurso era de que o

problema estava na falta de incentivo que o Estado proporcionava aos setores hegemônicos para estes prosperarem no mercado.

De acordo com Delgado (2005) a proposta de modernização explícita no processo em questão, propôs uma modernização técnica sem reforma, ou com reforma apenas onde se comprovasse a ineficiência da estrutura agrária. Vinculavam-se, neste projeto de desenvolvimento, as mudanças na agricultura brasileira de acordo com o que o pensamento funcionalista norte-americano acreditava sobre o papel clássico da agricultura no desenvolvimento econômico. Para Delgado (2005, p. 61)

Em certo sentido, pode-se visualizar nesse processo de modernização um pacto agrário *tecnicamente modernizante e socialmente conservador*, que, em simultâneo à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial. (...) No período da “modernização conservadora” serão reassimiladas em programas e projetos especiais, os quais garantem ao latifúndio a obtenção de inúmeras linhas de apoio e defesa na nova estrutura de defesa fiscal e financeira do setor rural. A valorização extraordinária dos patrimônios territoriais, muito além do crescimento real da economia, é um sinal conservador desse projeto de modernização. (grifos meus)

Foi fundamental neste processo o papel do Estado na condução das políticas de modernização do setor agrícola, principalmente através de suas agências de desenvolvimento que se responsabilizavam por impulsionar os grandes proprietários de terra a adquirirem os pacotes tecnológicos da Revolução Verde³² e a comprarem cada vez mais propriedades que seriam impulsionadas, a partir dos créditos rurais, a se transformarem em empresas rurais. É neste sentido que Martins (1999) afirma que a partir desta política de aquisição de terras, os seus proprietários transformavam-se em proprietários do dinheiro. Esta estratégia política impulsionou o aparecimento de uma nova elite oligárquica no Brasil explicitando ainda mais o aspecto desigual da distribuição de terras no país.

O que se verificou neste quadro de reformulação das políticas de desenvolvimento no setor rural brasileiro foi o que Medeiros (2002) configura como a outra face do processo de modernização. A expulsão de inúmeras famílias que moravam em terras sem estarem legalizadas como tal e a restrição de uso dos recursos naturais que até então configuravam-se como seus meios de sobrevivência, inviabilizavam os

³² Sobre a Revolução Verde, consultar capítulo 01.

processos produtivos existentes, em contraposição às lógicas das grandes propriedades e dos projetos constituintes da modernização conservadora. Este contexto é marcado pelas

(...) precárias condições de vida e trabalho, configuradas no emprego sazonal, salários baixos, extensas jornadas de trabalho, condições inseguras de transporte, falta de registro profissional e a conseqüente não garantia de direitos trabalhistas básicos, como descanso remunerado, férias, décimo - terceiro salário, licença-maternidade, etc. (MEDEIROS, 2002, p. 28).

Foi neste contexto de incentivos ao capital privado que se estabeleceram as bases da estrutura agrária brasileira que, segundo Delgado (2005), hoje se configura com a ascensão do agronegócio que se fundamenta na parceria entre o grande capital com a grande propriedade fundiária, descaracterizando o que possibilitaria a efetivação de uma reforma agrária no Brasil. Neste sentido, há no país um novo perfil da estrutura rural, baseado na aliança entre capital, Estado e trabalho, que renova o atraso histórico da luta pela terra no país e legitima o papel do capital privado nos rumos das políticas do mundo rural. A este quadro devastado para os pequenos agricultores, povos e comunidades tradicionais, denominou-se modernização conservadora.

3.2 – A modernização conservadora no Norte de Minas

Dado este contexto nacional de tendências ao desenvolvimento a partir da reestruturação das políticas agrícolas, o Norte de Minas se configurou como uma das áreas prioritárias destas ações uma vez que, localizado no sertão semi-árido brasileiro, as características geográficas da região sustentavam um imaginário de selvageria, de primitivismo, de vazio civilizacional (COSTA, 2003) que era inversamente ligado ao projeto desenvolvimentista do Brasil na década de 1960. Assim, a proposta era de que esta área pudesse ser “colonizada” e desenvolvida, já que era preciso seguir um projeto nacional de desenvolvimentismo. Entretanto, como já abordado anteriormente, o Estado de Minas Gerais é múltiplo, sendo assim, as estratégias de desenvolvimento adotadas em todo território mineiro foram sendo diversificadas de acordo com as especificidades de cada porção do Estado.

O desenvolvimento das atividades deu-se de acordo com as especificidades das áreas ocupadas. Assim, no Norte de Minas, as chamadas inovações nos espaços rurais deram-se a partir de quatro pilares fundamentais: agricultura/fruticultura irrigada,

monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão (BARBOSA & FEITOSA, 2005). Estas ações tiveram como órgão financiador a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE que atuou na região como a entidade responsável por introduzir os princípios da Revolução Verde. Entretanto, a partir de então, modelos e visões de mundo se chocaram diante da nova realidade instaurada. Aos objetivos “modernizantes” dos grandes projetos se contrapunha as práticas de cultivo e de vida dos povos e comunidades tradicionais da região.

Este processo intensificou as ações de degradação ambiental no Norte de Minas. A construção dos projetos e plantio das monoculturas influenciou também a dinâmica das comunidades tradicionais, o que impulsionou a existência de conflitos socioambientais na região. Na verdade, os incentivos oferecidos não condiziam com a realidade dos trabalhadores rurais que foram despojados de suas terras. Muitas vezes estes tiveram que se submeter a vínculos empregatícios precários, ou em alguns casos, nem mesmo conseguiram este emprego. Soma-se a isto a perda do espaço do comércio que passou a preferir as mercadorias produzidas pelos projetos, o que ocasionou no enfraquecimento da potencialidade produtiva do pequeno agricultor (RIBEIRO, 2005).

As análises de Dayrell (1998) apontam que este contexto configurou-se com uma segunda colonização do Cerrado norte-mineiro. Indo ao encontro das ideias deste autor, Ribeiro (2005, p. 187) aponta ainda que o novo colono do Cerrado

(...) não é o migrante nordestino, nem o minifundiário ou sem-terra do sul, mas agricultores selecionados pela sua capacidade empresarial e potencialidade de implementarem todo o pacote tecnológico, que já vinha sendo desenvolvido para a exploração agrícola daquela região.

Neste sentido, como explicita Silva (2005), o processo expropriador e homogeneizante do modelo monocultor-exportador de expansão da fronteira agrícola, foi desterritorializando as populações e liquidando com o Cerrado-habitat (agri-cultura) para a afirmação do Cerrado-mercadoria (agro-negócio). As transformações nas esferas da produção agrícola, ambiental e social se moldaram em função não apenas dos cultivos e monoculturas aqui instalados, mas também pela imposição de uma nova racionalidade e de concepção de mundo que se contrapuseram às lógicas da região, provocando situações de conflito e de vulnerabilidade das comunidades locais.

Zhouri *et al* (2008, p. 34-35) fazem a seguinte análise deste novo quadro regional

Fundamentadas por uma lógica mercantil, essas políticas promoveram a vinculação da região ao mercado externo, alterando as dinâmicas sociais e a lógica produtiva vigente. O resultado foi a expropriação dos agricultores de seu território, a degradação dos recursos naturais e o aumento da concentração fundiária em toda região. Desta forma, um novo quadro sócio-econômico e ambiental se configurou para os povos que viviam no mundo rural norte-mineiro, acentuando as desigualdades sociais e desestruturando o modo de vida sertanejo.

Complementando as análises desta autora, Barbosa & Feitosa (2005) afirmam que este processo estabeleceu um novo quadro socioeconômico e ambiental para os agricultores familiares. As mudanças ambientais se referem às alterações no ecossistema que, sofreu de tal forma, que as matas, os solos, o potencial hídrico e a forma de produtividade da região se diferenciaram e se degradaram substancialmente. A mata, com característica mais de cerrado, sofreu grande degeneração o que influenciou na qualidade do solo, que, devido às mudanças climáticas e diminuição das chuvas, ocasionou um processo de intensa deterioração dos recursos naturais. À diminuição das chuvas, somou-se o incentivo às monoculturas e aumento da utilização de insumos químicos.

Desta forma os pequenos produtores rurais foram prejudicados por este novo sistema produtivo que dependia de empréstimos e grandes investimentos para o aumento da produtividade. As mudanças sociais são reflexos do modo como foi planejado este novo processo de acumulação de capital no Norte de Minas Gerais. Segundo Ribeiro (2005, p. 198)

Uma das conseqüências da mecanização agrícola, tanto na área do Cerrado, como no restante do país, foi a redução relativa do emprego de mão-de-obra em comparação a expansão da atividade agropecuária (...) soma-se ao desemprego a questão da concentração da terra, que tem sido aqui uma constatação importante e relativamente ampla (...).

Outras conseqüências de ordem social também podem ser observadas, como a intensificação da migração rural-urbana, a concorrência desleal entre os produtos e a fragilidade das políticas que atendem às novas demandas das comunidades tradicionais e rurais. A modernização conservadora no Norte de Minas inseriu a região nos caminhos do desenvolvimento. Algumas regiões ficaram conhecidas pelo seu alto potencial agrícola, como a cidade de Jaíba, considerada a maior produtora de banana da

América Latina. Outras cidades se destacaram pelas monoculturas de eucalipto, de cana e de algodão, o que passou a atrair grandes investimentos externos. Entretanto, como abordado anteriormente, as populações nativas destas cidades acabaram não usufruindo deste “desenvolvimento” já que a mão-de-obra destas era considerada desqualificada para o trabalho nos projetos. Para além destes impactos nas relações sociais, como já citado, a degradação ambiental acentuou-se na região, sendo necessário então a implementação de políticas de conservação ambiental no Norte de Minas. Acerca deste processo, vejamos a seguir.

3.3 – “Preservar para Explorar”: As Unidades de Conservação

As políticas de conservação adotadas nos últimos anos têm seguido uma postura que renova aquilo que Diegues (2001) tem denominado de neomitos. Na verdade, este conservacionismo que tem propagado uma natureza intocada, revela uma visão desta como algo separado das influências que os seres sociais têm sobre a mesma. Assim, culturas, saberes tradicionais, simbolismos e as próprias relações sociais acabam se tornando áreas separadas (e até destruidoras) a este padrão de natureza adotado por alguns setores da sociedade e de algumas políticas públicas. Entretanto, sobre este aspecto, ressalta Pereira (2005, p. 120) que “a questão ambiental ultrapassa a relação homem/natureza e se dirige à faceta das relações entre os homens como um objeto econômico, político e cultural e principalmente como luta social”.

Desta maneira, e tendo em vista a complexidade de tal tema, a conservação que até então era uma área considerada específica das ciências da natureza, passou a ser também uma área das ciências humanas e sociais já que, principalmente em função dos conflitos que estão diretamente associadas à mesma, abordagens interdisciplinares se fizeram necessárias no âmbito dos estudos sobre a conservação. Para Diegues (2001), o reducionismo positivista sobre a visão do meio ambiente como uma dimensão exclusivamente biológica ou natural que influenciou os modelos de ciência para a conservação causou grandes conflitos entre racionalidades diversas, como a de estudo neste trabalho.

A criação de áreas naturais protegidas constitui-se em uma importante estratégia de conservação dos recursos naturais, já que nas últimas décadas, estes têm se tornado cada vez mais escassos e tem sido cada vez mais frequentes as catástrofes ambientais. Todavia, para além dos eventos ocasionados pelos ciclos naturais no meio ambiente,

pode-se considerar que um dos cerne desta questão constitui-se nas externalidades de um modelo de exploração dos recursos naturais, uma vez que estes têm demonstrado os seus limites que até então não eram reconhecidos pelo homem. De acordo com Diegues (2008, p. 01) “as condições ambientais da Terra tem se agravado nas últimas décadas com a mundialização dos processos de produção e consumo”.

Todavia, as consequências de ordem social e ambiental deste modelo econômico, cujos impactos são globais, tem provocado de outro lado, uma mudança de postura com relação às políticas de conservação, uma tendência a qual Diegues (2008) intitula de “ecologismo preservacionista”. Assim, neste rol de ações para a conservação, o desenvolvimento sustentável ou o eco-desenvolvimento tornaram-se grandes estratégias de marketing tanto para as empresas e Estado quanto para as Organizações Não-Governamentais.

Ressalta-se que a ideologia preservacionista sempre esteve presente ao longo dos anos, ou seja, o processo de proteção dos espaços naturais não é um fato novo no cenário mundial. Data de meados do ano 250 a.C. a prática de proteção de animais, peixes e áreas florestadas na Índia (DIEGUES, 2008). O que é preciso ressaltar é a exarcebção deste tipo de preservacionismo naturalista, que vê o homem como necessariamente destruidor, principalmente a partir do final da década de 1970. E, principalmente, as consequências deste modelo de conservação para algumas camadas específicas da sociedade, como as comunidades tradicionais.

Sabe-se que o marco legal de proteção de áreas delimitadas ocorreu a partir da criação do Parque de Yellowstone nos Estados Unidos em 1872. Seguindo esta abordagem fundamentalmente naturalista a qual nos referimos anteriormente, a criação deste parque acabou se tornando o modelo de referência para criação de áreas naturais protegidas, principalmente para os países de terceiro mundo. De acordo com Diegues (2008, p. 11)

Os preservacionistas americanos, partindo do contexto de rápida expansão urbano-industrial dos Estados Unidos, propunham "ilhas" de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem. Desse modo, as áreas naturais protegidas se constituíram em propriedade ou espaços públicos.

O estabelecimento de unidades de conservação nos Estados Unidos iniciou-se devido a uma constatação que a alteração e a domesticação da biosfera era inevitável em função das ações do homem no meio ambiente, principalmente, devido à manutenção do

modelo de produção existente. Assim, era preciso proteger determinadas áreas das ações destruidoras do homem, lugares estes onde seria possível reverenciar uma natureza intocada (DIEGUES, 2001). Entretanto, este modelo de proteção só considerava as ações de um tipo de sociedade que é, em sua essência, destruidora dos recursos naturais uma vez que a exploração dos mesmos constituía-se em um determinante fundamental para a continuidade do modo de produção hegemônico nos chamados “países de primeiro mundo”.

Algumas características fundamentais deste modelo de conservação eram (e persistem até os dias de hoje): as áreas delimitadas estariam sujeitas a um regime de proteção externo; o território era definido pelo Estado que decide sobre as modalidades as quais seriam colocadas sob proteção; em grande maioria dos casos a participação da população do seu entorno não é inserida sobre as decisões e ficam sujeitas às normatizações do seu plano de manejo; caso as determinações legais não sejam cumpridas, a “criminalização” das suas ações torna-se alvo de multas dos órgãos ambientais. Arruda (1997) afirma que grande parte dos conflitos gerados nos países de terceiro mundo devido à criação de áreas protegidas em função das características anteriormente citadas ocorre, em sua maioria, devido ao fato de que nestes países, ao contrário dos Estados Unidos, mesmo as áreas consideradas isoladas ou selvagens abrigam populações humanas.

Mark Dowie, importante jornalista e militante comunista, viajou por três continentes onde existem os modelos de conservação cuja base está fundamentada no preservacionismo norte-americano para visitar povos nativos que tem sido vítimas deste tipo de política que põe o direito da natureza antes (e contrário, quando na verdade são complementares) aos direitos dos povos. Segundo este pesquisador, os três continentes³³ possuem os denominados “refugiados da conservação” que, segundo estimativas, até o ano de 2005, os números variavam entre 5 a 10 milhões de refugiados em todo o mundo (DOWIE, 2006).

Em função de uma política preservacionista engajada, principalmente, pelas grandes organizações não-governamentais ambientalistas, no mundo todo já são 108.000 áreas protegidas, ultrapassando a meta dos 10% de unidades de conservação estipuladas pela Comissão Mundial de Parques em 1990. A título de comparação, de acordo com Dowie (2006), esta já é uma área superior a toda a superfície da África.

Para Dowie (2006, p. 01)

³³ De acordo com este autor, existem refugiados da conservação em todos os continentes, com exceção da Antártica.

Não é nenhum segredo que milhões de povos nativos no mundo inteiro foram expulsos de suas terras para deixar seu lugar pra grandes companhias de petróleo, mineração, madeireiras e monocultura. Mas poucos povos sabem que a mesma coisa aconteceu *por uma causa muito mais nobre: a conservação da natureza.* (grifos meus)

Assim, os deslocamentos forçados de comunidades nativas passam a ter também a conservação como o motivo central da mudança dos seus modos de vida. Os conservacionistas se revestem do “novo colonizador” que destrói, aniquila e impõe uma nova vida às sociedades atingidas. Estas coletividades³⁴, assinala Dowie (2006), são transformadas de independentes e auto-sustentáveis, em comunidades profundamente dependentes e pobres. As expulsões e deslocamentos refletem uma política de intolerância adotada pelos Estados modernos para com o modo de vida tradicional. Brockinton & Goe (2008) ressaltam que o cerne desta questão está no apoio incondicional do Estado aos grandes beneficiados desta política, que são as grandes empresas exploradoras dos recursos naturais uma vez que, ao existirem locais específicos para a conservação, todo o resto fica à mercê do uso ilimitado destes recursos e as Organizações Não-Governamentais transnacionais conservacionistas³⁵.

As pesquisas realizadas, como demonstram Brockinton & Goe (2008), em todo mundo sobre expulsão e deslocamentos de povos e comunidades tradicionais em função da criação de áreas protegidas têm oferecido inúmeros exemplos de que este modelo de conservação adotado não tem sido o mais apropriado principalmente nos países tropicais. Ocorre que nestas áreas, como já assinalado pelos autores estudados, mesmo nas áreas consideradas isoladas possuem populações habitadas. Assim, esta dicotomia existente entre os direitos da natureza e os direitos dos povos proposta pela racionalidade conservacionista tem provocado grandes conflitos socioambientais nas áreas preservadas pelo mundo. Fato é que estudos demonstram a existência de moradores em 85% dos parques na América do Sul (BROCKINTON & GOE, 2008), indicando a resistência destas populações ao modelo de conservação imposto.

Na verdade, a proposta de conservação subjacente à criação de áreas protegidas no mundo escamoteia o verdadeiro propósito desta política: a preservação para a

³⁴ Dowie (2006) cita algumas sociedades que foram e estão sendo diretamente afetadas por este modelo de conservação em todo o mundo. Dentre elas, podemos citar: os Batwa, os Maasai, os Ashinika do Peru, os bosquímanos, os Gwi e os bosquímanos Gana de Botswana, os Karen e Hmongs do Sudeste Asiático, os Hurani do Equador e os Kayapó no Brasil.

³⁵ O autor chama atenção para a ação de três ONG's: a World Wildlife Fund (WWF), a Conservation International (CI) e a Nature Conservancy (TNC).

exploração. Ocorre que reservar determinadas áreas como prioritárias à conservação decorre da estratégia da compensação ambiental em função dos processos ecodestrutivos ocasionados pelo modelo de produção hegemonicamente consolidado. Em função do seu caráter finito, os recursos naturais passam a ser uma das maiores preocupações do século XXI, e as catástrofes ambientais impulsionam ainda mais diversos movimentos ambientalistas em busca do desenvolvimento sustentável. Entretanto, como veremos a seguir, as políticas adotadas não têm levado em consideração o papel de outros saberes – que não os científicos – na elaboração de propostas de conservação que considerem a natureza em seu sentido pleno, ou seja, reunindo os componentes físicos, biológicos, sociais, simbólicos e culturais.

3.3.1 – Brasil: O Sistema Nacional de Unidades de Conservação

A emergência da racionalidade conservacionista no Brasil deu-se ainda no século XIX com a institucionalização dos primeiros Jardins Botânicos destinados ao lazer das classes mais afortunadas (PEREIRA, 2005). Derivada do modelo norte-americano anteriormente analisado, a criação das áreas protegidas no Brasil era vinculada, fundamentalmente, a razões estéticas ou políticas que eram totalmente desarticuladas de estudos científicos que justificassem o estabelecimento das mesmas. Assim, os critérios imprecisos e autoritários para a criação dos primeiros espaços protegidos já assinalavam que o modelo adotado causaria grandes conflitos territoriais no país, em especial devido às peculiaridades de sua formação, como abordado no capítulo 02.

Alguns instrumentos jurídicos foram criados ao longo dos anos para a regulamentação das áreas protegidas, como os Códigos Florestais de 1934 e 1965, que definiam algumas normas para a proteção da vegetação e os critérios para a sua exploração. Todavia, como afirma Pereira (2005), estas legislações possuíam contradições em si mesmas, o que impossibilitava a criação no Brasil de um modelo de conservação adequado às especificidades do contexto nacional. Em 1937 é estabelecida a primeira unidade de conservação integral no Brasil. O Parque Nacional de Itatiaia instaura oficialmente o modelo naturalista de preservação que é adotado até os dias atuais. Esta área natural sob proteção do Estado se voltava para o incentivo à pesquisas científicas e para o oferecimento de lazer para as populações dos centros urbanos.

A partir do processo de expansão das fronteiras agrícolas, e com o desenvolvimento das atividades industriais no país, se fizeram necessários novos instrumentos de gestão para a criação e controle das áreas protegidas no Brasil. Como aborda Diegues (2001) foi entre o final da década de 1960 e início dos anos 1980 o período de maior incentivo à criação de unidades de conservação na região sul-sudeste do país e, posteriormente à criação dos órgãos ambientalistas, em especial na Amazônia. Assim, em 1967 criou-se o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, com o objetivo de administrar as unidades de conservação, seguido da elaboração, somente em 1979, do Regulamento dos Parques Nacionais no Brasil que propunha a necessidade da elaboração de planos de gestão para todos os parques nacionais. Ressalta-se que foram estes instrumentos jurídicos que se tornaram a base para a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), aprovado no ano 2000.

A consolidação de uma política nacional para as áreas protegidas, efetivamente, só ocorreu com o estabelecimento deste sistema que, com a aprovação no Congresso Nacional em 2000, após 8 anos do envio da primeira proposta de sua criação, regulamentou o artigo 225, §1º, incisos I, II, III e IV³⁶ da Constituição Federal de 1988. De acordo com Diegues (2001, p. 118) o SNUC “reflete, mais uma vez, a visão extremamente conservadora da questão da conservação ambiental no Brasil, e se encontra bem aquém do que se debate no âmbito internacional”. Segundo este autor, a abordagem deste sistema ao propor *ilhas de conservação* em nada contribui para a verdadeira preservação dos recursos naturais e menos ainda para o desenvolvimento sustentado do país como um todo.

De acordo com o Art. 4º da Lei 9.985/2010, constituem objetivos do SNUC

contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;

³⁶ Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos; recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Conforme o instrumento legal, as unidades de conservação podem ser instituídas nas três esferas públicas, sendo que estas são definidas como espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, são legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. De acordo com o SNUC, conforme o artigo 70, as unidades de conservação são divididas em Unidades de Proteção Integral (UPI) e Unidade de Uso Sustentável. São Unidades de Proteção Integrais: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e o Refúgio da Vida Silvestre. Já as unidades de Uso Sustentável englobam as Áreas de Proteção Ambientais, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a Reserva Particular do Patrimônio Natural.

De acordo com a lei, a criação das unidades de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e consulta pública, principalmente no que se refere às comunidades diretamente afetadas, além da obrigação do Estado na elaboração dos Planos de Manejo para as áreas delimitadas. Entretanto, Pereira (2005) aponta as limitações às quais o processo de elaboração dos planos de manejo ocorre. Para a autora, este procedimento ocorre de “cima” para “baixo”, visando atender a interesses particulares ou até mesmo de um só empreendedor, o que transforma o patrimônio público em privado. “Assim, determinados usos são suplantados por outros, sem grandes preocupações do setor público quanto às futuras condições de sobrevivência para os antigos moradores que eram os pequenos produtores” (PEREIRA, 2005, p. 131).

O reordenamento territorial ao longo das áreas protegidas, por impactar segmentos cultural e economicamente contraditórios, engendra conflitos em sua

extensão o que, em muitos casos, provoca práticas ainda mais destruidoras aos recursos naturais considerados “protegidos”. Assim, em muitas regiões do país, conservação (nos moldes do preservacionismo norte-americano) virou sinônimo de conflito pelo fato de que as unidades de conservação têm representado uma postura conservadora e autoritária do Estado. Pensadas como “ilhas de conservação” desconsiderando a interdependência entre os seres vivos na natureza, as unidades de conservação como propostas pelo SNUC, têm causado restrições às áreas utilizadas tradicionalmente por diversas coletividades, ocasionando um contexto de vulnerabilidade das populações do seu entorno.

3.4 – O Parque Estadual da Mata Seca

As dinâmicas territoriais no Norte de Minas têm se caracterizado nos últimos anos, principalmente, pelos diferentes usos dos recursos naturais de três racionalidades: a tradicional, a capitalista e a conservacionista. Já abordamos anteriormente as três racionalidades demonstrando as principais características de cada uma. Um dos terrenos onde se defronta o limite tênue destas pode ser encontrado no entorno do Projeto Jaíba. Também já fizemos algumas análises sobre as consequências do processo de modernização conservadora no Norte de Minas, assim como o histórico de implementação do ideal preservacionista no mundo e no Brasil em particular. Agora, buscaremos demonstrar de que forma a junção destes dois processos tem ocorrido no território norte-mineiro a partir do estabelecimento das unidades de conservação, em especial o Parque Estadual da Mata Seca, e suas implicações para uma coletividade: a comunidade tradicional *vazanteira* da Ilha de Pau de Légua.

A região do norte do estado de Minas Gerais vem sendo transformada, nos últimos anos, com a criação de Unidades de Conservação do tipo Unidade de Proteção Integral – UPI -, especialmente, parques estaduais. Estes parques, a exemplo do Parque Estadual da Mata Seca, se inserem dentro das estratégias de promoção de áreas de conservação dos recursos naturais como ações de mitigação da degradação ambiental provocada pelos projetos agropecuários financiados pelo próprio Estado. Por serem áreas de uso indireto e acesso restrito, o processo de implementação de UPIs, necessariamente, está envolvido em relações de conflitos (ANAYA *et al*, 2006). Quer em função da desapropriação da área onde será instalada a unidade de conservação, quer pela reação da população local como consequência das restrições. São relações

intrínsecas à configuração, a desconfiguração e reconfiguração de territórios (SANTOS, 2002).

A criação de Unidades de Conservação na Mata Seca mineira tem como principal motivação a preservação de áreas como condicionantes ambientais oficiais da criação e expansão de projetos de agricultura/fruticultura irrigada na parte mineira do vale do Rio São Francisco, especialmente, o Projeto Jaíba. (TABELA 01). Conforme Anaya *et al* (2006), no ano de 2003, os recursos financeiros destinados à etapa II do projeto Jaíba, foram condicionados à concessão da Licença de Operação (LO) determinada pelo COPAM, que definiu diversos condicionantes socioambientais ao Projeto Jaíba relacionadas à Mata Seca.

TABELA 01
Unidades de Conservação criadas como compensação ambiental ao Projeto Jaíba

UC – Integral	Criação	Área / ha	Município
Parque Estadual Lagoa do Cajueiro	Dec. 39.95408/10/1998	20.500	Matias Cardoso
Parque Estadual Verde Grande	Dec. 39.95308/10/1998	25.570	Matias Cardoso
Parque Estadual da Mata Seca	Dec. 41.447920/12/2000	10.281,44	Manga
Reserva Ecológica Serra Azul	Dec. 3995008/10/1998	7.285	Jaíba
Reserva Legal – Jaíba I	X	7.317,82	Matias Cardoso
Reserva Legal – Jaíba II	X	1)1775,7 22) 6.437,77	Jaíba
Total	X	85.377,75	X
UC – Sustentável	Criação	Área / ha	Município
Área de Proteção Ambiental (APA) Serra do Sabonetal	Dec. 39.952, de 08/10/1999	82.500	Itacarambi, Jaíba e Pedras de Maria da Cruz
Área de Proteção Ambiental (APA) do Lajedão	Dec. 39.951, 08/10/1998	12.000	Matias Cardoso

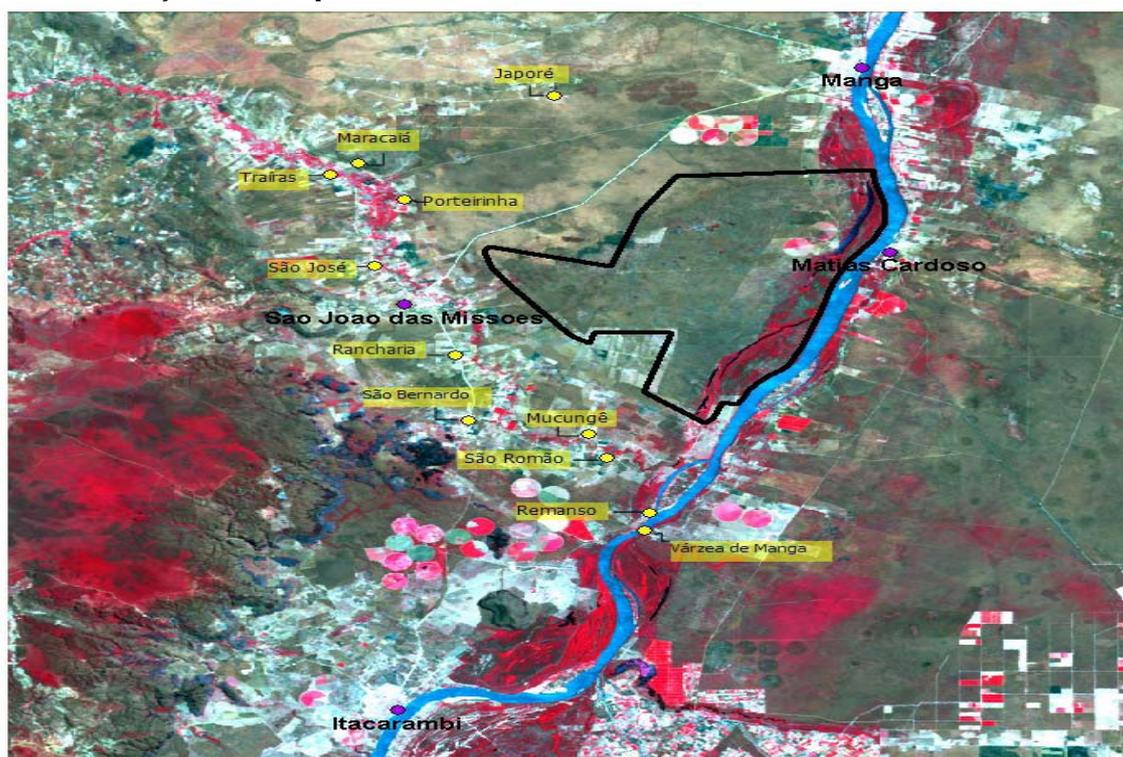
Fonte: RICAS (2006) extraído de ANAYA, BARBOSA & SAMPAIO (2006)

O Parque Estadual da Mata Seca (PEMS) foi criado no ano de 2000, com área de 10.281,44 hectares e sob a responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas (IEF) de Minas Gerais. O PEMS está localizado no Vale do Médio São Francisco, entre as coordenadas 14°97'02" S - 43°97'02" W e 14°53'08" S - 44°00'05" W. Este parque pertence ao município de Manga, Minas Gerais, e está separado do município de Matias Cardoso pelo Rio São Francisco. Além disso, está a cerca de 5 km do município de São João das Missões. Desta forma, sua zona de influência - como demonstrado na Figura

03 - abrange três municípios cuja população total é de aproximadamente 40.000 habitantes (ZHOURI *et al*, 2008).

A proteção dos recursos naturais, como aborda Espírito-Santo (2008), tem sido uma tônica recorrente nos últimos anos. Em especial nas Matas Secas, ou Florestas Estaduais Deciduais, a conservação da sua biodiversidade torna-se urgente devido aos processos ecodestrutivos que tem aumentado nos últimos anos em suas áreas de abrangência. Presente em 78 dos 89 municípios norte-mineiros, as Matas Secas representam 23,75% da flora nativa desta porção do Estado. Contudo, Espírito-Santo (2008) assinala que o crescente desmatamento das Matas Secas do Norte de Minas, processo este que teve um impulso maior a partir da aprovação da Lei Estadual 17.353/2008³⁷, tem sido um dos pilares para o estabelecimento de unidades de conservação na região.

Figura 03
Delimitação do Parque Estadual da Mata Seca e comunidades em seu entorno



Fonte: Zhouri, et al (2008)

A criação de unidades de conservação, especialmente as do tipo proteção integral, como os parques, tem provocado a restrição de acesso e uso de ambientes, tais como lagoas, ilhas, margens dos rios, dentre outros, que historicamente são utilizadas

³⁷ A Lei 17.353 de janeiro de 2008 flexibilizou a legislação ambiental e estabeleceu novos critérios para a mata seca, permitindo o desmatamento e a alteração do uso do solo em até 60 ou 70% das propriedades (ARAÚJO, 2008).

pelas comunidades locais. Ocorre que a apropriação agroambiental desses espaços constitui-se como estratégia de acesso e produção de bens agrícolas, pesqueiros e extrativos, fundamentais para a soberania alimentar das comunidades norte-mineiras. As restrições de uso e acesso aos recursos naturais ocorrem porque os parques são unidades de conservação caracterizadas como Unidades de Proteção Integrais que, segundo o SNUC, são áreas destinadas à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

O entorno do parque, também denominada área de influência, possui um raio de 10 km da borda, e envolve os municípios de Manga, Itacarambi, Matias Cardoso e São João das Missões. De acordo com os dados do Censo 2010 realizado pelo IBGE, a população total dos quatro municípios é de 40.905 pessoas. Habitam nesta região uma diversidade de populações, com tradições culturais e históricas próprias, consideradas algumas, inclusive, patrimônio cultural (ZHOURI, *et al*, 2008). São remanescentes de quilombos (Quilombo da Lapinha), e comunidades tradicionais (vazanteiros, geraizeiros, etc), que possuem problemas específicos ligados a terra, ao seu uso e políticas públicas diferenciadas para cada segmento. Estas populações têm passado ao longo dos anos diversos processos de expropriação territorial, uma vez que na região habitada diversas frentes de expansão têm sido implementadas ao longo das últimas três décadas, o que tem provocado modificações na paisagem e no espaço assim como a conformação de novas territorialidades (ARAÚJO, 2009).

Mesmo antes dos anos 1970, quando da chegada dos grandes projetos agropecuários e de fruticultura irrigada que foram transformando a realidade regional, tais comunidades já viviam uma situação vulnerável frente à chegada, na década de 1960, dos fazendeiros em seus lugares de vida. Invizibilizadas seja pela ótica das políticas públicas implementadas na região, seja por estratégias das próprias comunidades, fato é que não foram “lugares vazios” que deram espaço às novas racionalidades inseridas na região. Mas, estes povos e comunidades que têm buscado resistir aos inúmeros processos de deslocamento e expulsão, mais uma vez debatem com o Estado. Agora não mais pelos projetos para o “desenvolvimento” da região, mas sim pelos efeitos das consequências destruidoras deste processo: a preservação da natureza nos moldes que o Estado e o Capital acreditam ser o correto.

Na década de 1960, os moradores de uma das localidades do entorno do PEMS, a comunidade *vazanteira* da Ilha de Pau de Légua, relatam as primeiras expulsões, feitas por parte dos grandes fazendeiros que chegaram à região para o estabelecimento de pastagens, provocando mudanças em seus modos de vida. Cabe salientar que os *vazanteiros* da comunidade do Pau de Légua insistentemente afirmam que a localidade não se constitui, apenas, uma vazante, mas que a mesma é parte da Ilha Pau de Légua que foi formada no passado e dada as práticas de manejo utilizadas propiciou a vinculação da mesma com a margem do rio (ARAÚJO, 2009).

Segundo relataram os moradores durante a realização da pesquisa de campo deste estudo, como as terras deveriam ser cultivadas para justificar a permanência nas mesmas, os fazendeiros acabavam cooptando as comunidades tradicionais para trabalharem em suas áreas, fazendo de seus donos por direito passarem por “agregados” dos novos donos da terra. Explica o Sr. Zé Roque que “naquela época era assim: quem tinha muita terra e não beneficiava, o INCRA tomava. Então o fazendeiro botava os agregados para ele. E quanto mais tinha agregado, para ele era melhor”. Assim, como relata Sr. Antônio, o convívio com os fazendeiros acabava sendo “negociado” com as comunidades tradicionais, possibilitando, ainda que limitado, a continuidade de suas práticas cotidianas.

As negociações mudavam de acordo com cada fazendeiro que se instalava na área habitada. Os relatos demonstram que nem todas as famílias possuíam um bom relacionamento com os “novos donos” da terra, mas observou-se que mesmo esta situação de negociação com os fazendeiros era melhor do que com o Estado depois da instalação do parque. Sobre este aspecto, Miguel conta que

Com essa luta aí com a preservação, nós temos ficado um pouco inseguros, né? Porque a luta com o fazendeiro, era o que? Era plantar, né... eles queriam plantar, e nós também. Mas aí depois que o fazendeiro saiu e veio o governo a gente pensou que seria mais fácil, mas está é mais difícil, né? Agora é que ficou complicado. Porque se a intenção do fazendeiro era produzir, a nossa também era. Aí casava os dois, né? Mas agora não tem mais negociação não. (Miguel, Ilha de Pau de Légua, março de 2010)

Assim constata-se que, diferentemente dos tempos antigos, é a relação com o Estado no que diz respeito à criação do parque. Primeiramente porque, como já abordado por Pereira (2005), a criação destas áreas protegidas tem ocorrido de “cima”

para “baixo” como ficou comprovado na fala do Sr. Antônio, quando abordado sobre o processo de participação do estabelecimento da unidade de conservação. Para ele “tudo começou a mudar quando o Sr. Darli vendeu os terrenos pra o IBAMA, aí foi que nós passamos a ser bandido aqui onde nós moramos a vida inteira” (Sr. Antônio, Ilha de Pau de Léguas, março de 2010). Através das falas, percebeu-se que não houve participação da comunidade local no processo de criação da área de conservação. Alguns nem mesmo sabem o que virou aquela área que agora “ninguém mais pode entrar” como relata a maioria dos *vazanteiros*. Em sua maioria, os moradores não sabem ao certo quem comprou a área. Uns citam o INCRA, outros IBAMA, falam “florestal” se referindo à Polícia Florestal ou IEF, mas ao certo, a comunidade não está esclarecida sobre este processo que mudou seus modos tradicionais de se viver.

Em uma visita à sede do IEF em junho de 2010, na cidade de Jaíba, juntamente com alguns representantes das comunidades do entorno do Parque Estadual da Mata Seca e do Centro de Agricultura Alternativa – CAA, o gerente responsável pelo órgão na região relatou que, à época da criação da área preservada, não constatou-se nenhum morador na área da unidade de conservação em nem em seu entorno. Na verdade, o que pôde ser observado é que não houve respeito à legislação em vigor, que indica a obrigatoriedade da realização de consultas públicas e reuniões com as comunidades atingidas em função do estabelecimento da UPI. O gerente falou apenas sobre a negociação com o fazendeiro que era oficialmente o dono daquele território na época da chegada do parque. Os *vazanteiros* se revoltaram com aquela colocação e questionaram o porquê então, das multas, já que para eles não existia ninguém ali. Sobre a criação da UPI, relata Araújo (2008, p. 08) que

As informações obtidas davam a entender que *a presença de vazanteiros na área do PEMS era coisa de um passado distante*, não havendo outros interesses ou usos em conflitos na área em regularização pelo IEF. No entanto, a realidade encontrada é outra. Há uma história de resistência que envolve cinquenta e sete famílias (da Ilha de Pau de Léguas). Uma realidade desconsiderada pelos gestores públicos que atuam na região. (grifos meus)

A criação de unidades de conservação, como bem relata Diegues (2008), está inserida em uma indústria das indenizações, mas não apenas para os (considerados) donos da terra que são deslocados, como também a destinação de recursos para as grandes organizações internacionais, como as já relatadas anteriormente, que

movimentam milhões de dólares destinados à conservação em todo mundo. Na região estudada, os fazendeiros que tinham suas áreas na região que estabeleceu-se o PEMS, receberam as indenizações através das ações judiciais tramitadas na Comarca de Manga, o que teoricamente pressupunha a realização de estudos técnicos na região da UPI. Entretanto, tais estudos não ocorreram ou, se ocorreram, não levaram em consideração que comunidades tradicionais já estavam estabelecidas na região anteriormente à chegada daqueles fazendeiros.

Esta situação de desconhecimento sobre a criação da unidade de conservação em seus lugares de vida pode ser melhor descrita através da seguinte fala do Sr. José Benedito

Dizem que essa área aí hoje é um parque, uma coisa assim, né? Eu sei que o IEF mexe com isso aí, sei que o gado daí acabou. Tirou todo o gado, os carneiros acabaram todos, ninguém nunca mais viu nenhum movimento de gado. Mas *as cercas continuam...* E tem uma parte pra fora que é essa que nós sempre fazemos reunião, a Dona Zilá também sempre está por dentro, por trás desse negócio aí todo. Então, e mais pessoas têm feito reunião pra ver se a gente consegue esse limite que tem do lado de lá pra ver se a gente trabalha melhor, né? Então, eu não sei, porque Natalino tem sempre corrido atrás desse negócio aí, por enquanto a gente ainda não teve uma decisão suficiente. Se a gente vai ganhar esse lado de lá, ou não. Aí eu não sei. (Sr. José Benedito, Ilha de Pau de Légua, Matias Cardoso, março de 2010) (grifos meus)

Como o modelo de implementação das unidades de conservação no Norte de Minas não se diferenciou do que está estabelecido no Brasil como um todo, ocorreu na região do PEMS um processo de imposição de uma nova modalidade de conservação que em muito se difere das práticas das comunidades tradicionais daquele local. Como comunidade tradicional, esta coletividade possui um modo de vida diretamente relacionado aos recursos naturais e possuiu a consciência de que eles precisam daquela área para manterem suas vidas. Entretanto, a nova modalidade de conservação os vê como necessariamente destruidores da natureza. Logo na chegada da cidade de Matias Cardoso, uma guarita de aproximadamente 25 metros de comprimento do IEF demonstra a vigia permanente da área com vistas a um controle contínuo do que está sendo realizado na área do parque.

Sobre a questão da preservação, destacamos a fala do Sr. Nonato. De acordo com este *vazanteiro* “(...) preservar é muito bom, nós temos que preservar. Mas chegar

aqui e tirar a liberdade assim, é muito ruim pra todo mundo. Acho que tinha que marcar uma área e dar pra quem tem direito, e combinar pra preservar. Preservar o ambiente que a gente está e ao mesmo do tempo produzir, que se não produzir não dá pra viver”. Nas falas do Sr. Nonato a tristeza em relembrar dos “velhos tempos” é marcante, principalmente quando se comparado aos “dias de hoje”. “Agora ficou ruim, né? Mudou muito nossa vida. Era bem diferente, ainda mais da forma que eles fizeram. Eu já cansei de lutar aí. Com esses fazendeiros, com esse povo todo. Aí a gente fica descaracterizado, né? Fazer uma coisa que não é nossa, que não era assim eu fico muito triste, muito triste mesmo. Será que eles estão certos?” (Sr. Nonato, Ilha de Pau de Léguas, março de 2010).

A função de proteger integralmente as áreas pertencentes ao parque, ao limitar as estratégias de sobrevivência destes povos - através do seu plano de manejo - acaba por tensionar a existência de conflitos socioambientais naquela região. A redução dos meios de subsistência para as populações residentes em áreas protegidas e a criminalização de atividades extrativistas tem provocado uma situação de vulnerabilidade socioeconômica, cultural e simbólica para as mesmas, a exemplo a dos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas. Assim, de donos legítimos da terra, estas comunidades se transformam em invasoras, vistas pela ótica da conservação, como destruidoras dos recursos naturais que estas mesmas coletividades preservaram ao longo de séculos.

O que tem se observado na área do PEMS, e que também tem sido constatado no processo de criação de áreas protegidas em todo mundo, é que o papel de sujeitos sociais conhecedores dos espaços o qual está inserido secularmente tem sido minimizado e desconsiderado pelos setores hegemônicos. Para que este cenário mude, segundo Paraíso (2005), é necessário que os conceitos de participação, sociedade civil e cidadania sejam aguçados no interior destes espaços. De acordo a autora a partir da “premissa de participação, a incorporação do conhecimento local nos programas de conservação ambiental e desenvolvimento social seria capaz de reduzir a predominância do discurso técnico-científico e promover o ‘empoderamento’ da população local” (PARAÍSO, 2005, p. 149).

Em síntese, observa-se, a partir das argumentações levantadas, que tem ocorrido na área de abrangência do PEMS, um processo de subestimação da participação dos povos e comunidades tradicionais ali inseridos. Neste sentido, a legislação implementada naquela região não leva em conta o papel fundamental que estes grupos têm para a preservação e o uso sustentável dos espaços naturais. Certamente, podemos

afirmar que a Mata Seca no Norte de Minas se coloca como um importante aliado às estratégias econômicas e sociais para as comunidades da região (ZHOURI *et al*, 2008). O que implica, necessariamente, na construção de propostas de uso sustentável dos recursos naturais que incorpore à dinâmica de conservação as práticas realizadas secularmente pelos povos do lugar. Posicionamento totalmente contrário à imposição de uma lógica conservacionista, que é apoiada pelo Estado, e que tem reservado uma parcela considerável de terras para a destruição dos recursos naturais com vistas ao “desenvolvimento” regional, como nos projetos agropecuários, e tem tido como contrapartida e compensação o estabelecimento de *ilhas de preservação*, que impacta e modifica a vida das comunidades tradicionais da região, como ocorrido com os *vazanteiros* da Ilha de Pau de Légua na área do PEMS.

CAPÍTULO 04

PARQUES ESTADUAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: IMPLICAÇÕES SOBRE AS ESTRATÉGIAS AGROALIMENTARES DOS VAZANTEIROS DA ILHA DE PAU DE LÉGUA

Interessa-nos neste capítulo examinar de que forma o novo desenho territorial imposto pelo Parque Estadual da Mata Seca tem influenciado a dinâmica social dos territórios atingidos, especificamente, sobre as estratégias agroalimentares tradicionais dos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas, município de Matias Cardoso. A partir das falas dos entrevistados e dos instrumentais que possibilitarão entender sobre a dinâmica agroalimentar local, buscar-se-á conhecer de que forma os *vazanteiros* daquela Ilha têm se organizado coletivamente pela busca da reapropriação dos seus territórios e da reafirmação de sua identidade. Neste capítulo, realizamos uma análise sobre as mudanças referentes às práticas, hábitos e concepções de consumo alimentar, em função das transformações dos territórios *vazanteiros*. Assim, buscaremos dimensionar os impactos que as restrições territoriais, em função da instalação do Parque Estadual da Mata Seca, têm implicado para a soberania alimentar da comunidade *vazanteira* da Ilha de Pau de Léguas.

4.1 - As práticas tradicionais de acesso aos alimentos na Ilha de Pau de Léguas

O contexto cultural a qual se remete este estudo constitui-se em um dos pilares fundamentais sob o qual está circunscrito o quadro de conflito estabelecido na região do PEMS. As relações culturais estabelecidas no cotidiano das comunidades no entorno deste parque se remetem a um mundo de laços construídos continuamente com o território das Matas Secas do Norte de Minas e que fazem parte da construção da identidade destes grupos. Entretanto, como observado no capítulo anterior, as implicações causadas em função da criação daquela unidade de conservação têm causado diversos impactos para a vida das comunidades tradicionais do entorno do parque. Podemos citar, por exemplo, os novos processos de expropriação territorial, a vulnerabilidade socioeconômica das populações, mas também a luta constante pela reafirmação dos seus modos de vida através das relações estreitadas com os movimentos sociais da região que traduzem as formas de resistência e de capacidade de adaptação do grupo em estudo.

Dentre estas mudanças, optamos por analisar os impactos que as restrições de uso e acesso aos recursos naturais limitados pelo PEMS têm causado para a alimentação de uma dessas coletividades: a comunidade *vazanteira* da Ilha de Pau de Légua. Como abordado no capítulo 01, esta análise será realizada em um âmbito que compreende a alimentação humana em um sentido sociocultural, entendendo este fenômeno como diretamente relacionado à cultura e identidade humanas. Assim, compreende-se que a soberania alimentar engloba parâmetros mais amplos relacionados às práticas de acesso aos alimentos pelo grupo estudado.

Compartilhamos da ideia de que a soberania alimentar só pode ser garantida plenamente se contemplada em todos os sentidos: o biológico, o econômico, o cultural, o social e o simbólico. Assim, quando analisada a partir das práticas de uma comunidade tradicional, a soberania alimentar também deve estar associada à garantia do acesso às formas de se obter o alimento, já que uma das especificidades destes grupos constitui-se na relação direta que estabelecem com os recursos naturais acessados cotidianamente e de distintas formas em função das especificidades dos períodos de seca e chuva da área estudada.

No percorrer deste trabalho, que se iniciou ainda no ano de 2008, tivemos contato com todas as comunidades do entorno do PEMS. São remanescentes de quilombos, índios e comunidades tradicionais que nos últimos anos têm sofrido as consequências da política conservacionista que se volta apenas para a gestão dos recursos naturais do Estado de Minas Gerais. Focar o nosso trabalho na região da Ilha de Pau de Légua foi necessário em função de sua posição estratégica no que se refere à área do PEMS. Esta comunidade encontra-se na borda do parque e está muito próxima à sede da fazenda onde virou atualmente a sede do parque. Também mais próximo desta comunidade se encontram as lagoas marginais que são ambientes fundamentais para a reprodução socioeconômica destas comunidades.

A Ilha de Pau de Légua, como já abordado, possui um histórico de expropriações que se remete à chegada dos fazendeiros naquela região de Matas Secas (ARAÚJO, 2009). A vida nesta *vazante* fluía ao ritmo do rio São Francisco, que ora molhava suas terras para o plantio em suas barrancas, ora enchia as lagoas marginais para o sustento em épocas de seca. Assim, embora os fazendeiros tenham imposto ritmos diferenciados a essa vida tradicional, ainda assim, os *vazanteiros* dali conseguiam manter, baseados em seus conhecimentos sobre os ciclos da natureza, sua subsistência retirando tudo o que precisavam daquela área. Mesmo assim, assinala Araújo (2009, p. 231) que

a agricultura das populações *vazanteiras* é afirmada como sendo uma agricultura de altíssimo risco, porque moldada sobre fatores alheios ao seu controle, ainda que este detenha um conhecimento extremamente complexo do solo, da terra, das culturas agrícolas, das vegetações, das chuvas, das enchentes, das secas e do comportamento do rio.

No período anterior ao estabelecimento do PEMS, o ir e vir das comunidades da área atualmente protegida ocorria sem grandes restrições já que, como ressaltado, firmavam-se “pactos” informais com os fazendeiros para a continuidade de suas práticas cotidianas. Por ser uma comunidade que se afirma como *vazanteira*, suas especificidades se remetem à uma fluidez de sua reprodução socioeconômica que envolve o acesso a diferentes ambientes (ver capítulo 02). Nas falas dos moradores da Ilha de Pau de Léguas, pôde-se perceber que o acesso aos recursos naturais era de fundamental importância para que não ocorresse a dependência para com o comércio da cidade.

Mesmo com a convivência negociada com os fazendeiros, até o estabelecimento deste novo quadro territorial com as unidades de conservação, os *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas dependiam minimamente do comércio externo. O acesso a diferentes ambientes proporcionava também o acesso aos alimentos – ou às formas de obtê-los - e os instrumentais necessários para a reprodução daquela coletividade ao longo de todo ano. Isto se deve, principalmente, ao fato de que a comunidade desenvolveu um conhecimento rico sobre o uso dos recursos naturais em sua área, o que garantiu-lhes ao longo dos anos a subsistência mesmo com as adversidades do clima regional.

Sr. Natalino, presidente da Associação dos *Vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas, e importante mediador das comunidades do entorno do PEMS, contou-me que na Ilha se fazia quase tudo. A dependência com o comércio externo se restringia a poucos mantimentos e utensílios. Por terem acesso, àquela época, a uma área extensa, que produzia alimentos diferentes, a reprodução familiar ocorria fundamentalmente no complexo da *vazante*. Quando perguntado sobre os tempos passados, especialmente do que se produzia antes do estabelecimento do PEMS, Sr. Natalino conta que

Antigamente aqui era o seguinte. Você vinha na cidade comprar sal e querosene. Só sal e querosene. O resto era tudo dali. Você tinha o quê? Você tinha o porco, né? Aí tirava-se a banha, lavava toda, então o quê que você fazia? Você fritava toda aquela carne, fritava e enlatava toda a banha. Aí, quando as pessoas queriam fazer o almoço, faziam tudo com aquela gordura de porco, que a carne tava ali dentro da gordura. Aí a gente tirava, já aquecia, ou então deixava no sol.

Quem gostava de fazer assim, fazia. Quem não gostava colocava no sol. Aí tinha mais o quê? Tinha o melado, né? Fazia o melado do caldo da cana, quem gostava de fazer rapadura, muitas vezes aí pegava a cana, tinha um descaroçador que eles fazia no engenho, aqueles engenhozinhos manuais, né? Aí tirava aquele caldo e fazia o café. Então, não precisava comprar o açúcar cá na rua. Fazia disso aí, entendeu? Então, tinha esse processo... a farinha também vinha de lá, o arroz vinha de lá, o feijão vinha de lá, a mandioca, o leite... (Sr. Natalino, Ilha de Pau de Légua, julho de 2010)

Sr. Nonato, um *vazanteiro* que nasceu e foi criado na Ilha, se remete aos produtos da roça afirmando que “essas coisas que nós plantamos, da roça, rende! Mas quando você compra, nossa um quilinho acaba rápido. Os “trem” da roça é abençoado moça! A gente come, dá pra os vizinhos e ainda pode até vender. Minha trajetória é essa, fui criado assim e assim vou morrer” (Sr. Nonato, Ilha de Pau de Légua, março de 2010). Os produtos que são trazidos ou consumidos na Ilha são carregados da ética *vazanteira*. Para além do sentido simbólico, há uma situação de segurança com relação ao que é consumido, contrapondo àquilo que é comprado, uma vez que não se sabe realmente sua origem.

Interessante assinalar uma fala do Sr. Nonato relatando que há dois anos não compra feijão. Segundo ele, antigamente isso se repetia com diversas culturas que eram plantadas em terrenos específicos, como podemos observar pelo relato do Sr. Natalino. Como exemplo, o feijão de arranque constitui-se em um alimento que a maioria dos *vazanteiros* ainda consegue cultivar devido à área que acessam. Em outras falas observou-se também que o milho, assim como a mandioca e a abóbora, ainda são alimentos consumidos diretamente da Ilha de Pau de Légua, diferentemente de outros cultivos, como falaremos posteriormente. Ainda, o Sr. Nonato relata a seguir sobre uma prática comum no cotidiano *vazanteiro* que é a reunião da família, ou de vizinhos, para a colheita ou o preparo de algum alimento. É comum na Ilha de Pau de Légua os vizinhos revezarem entre si para a colheita, como no dia do arranque da mandioca onde eu tive a oportunidade de participar. Assim, relata Sr. Nonato

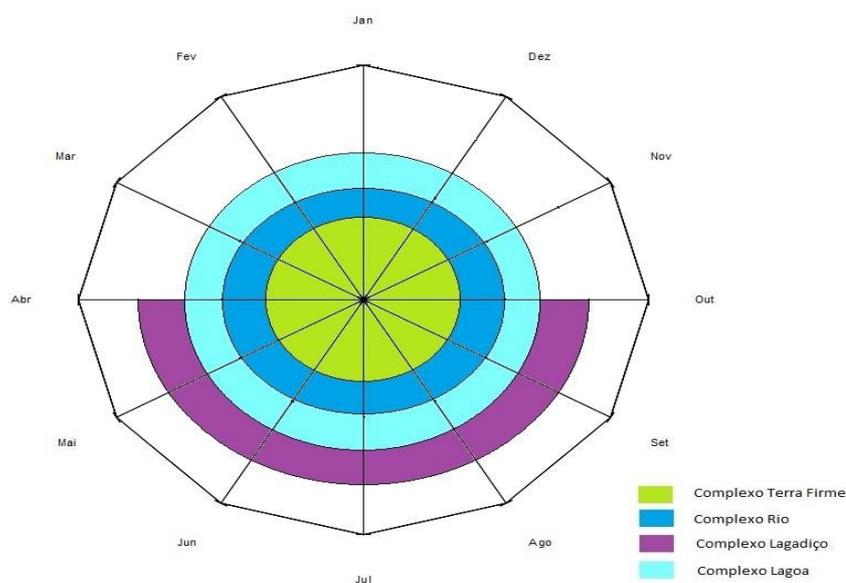
Quando está na época do milho eu pego minhas noras, meus netos, sobrinhos, todo mundo, encho e barco e vamos todos para roça. Senta no pau, rala aquele “trem”, daqui a pouco tem 30, 40 pamonhas, é uma farra! Se você for comprar uma espiga de milho na feira, é uns R\$0,50 centavos. E lá não, o cabra senta e quebra o milho faz de tudo. E dá pra os bichos, come, dá para os vizinhos. É uma coisa que rende. Pra quem gosta de viver na fartura, e tem lugar pra plantar, lá é bom demais. Abóbora? Você até enjoa. Dói é ver na televisão menino

comendo papel igual eu vi esses dias. Devia ter alguma coisa, um óleo de resto de doce, de salgado. Eu falei com minha mulher, já pensou? Eu vim agora da roça e colhi um barco de abóbora que não sei nem o que fazer. Tive até que deixar no porto, pro barco não afundar. Lá no porto, tinha até abóbora descendo no rio... falei vamos colocar na rua que acha algum dono rapidinho. (Sr. Nonato, Ilha de Pau de Légua, março de 2010).

As práticas tradicionais de uso do território *vazanteiro* proporcionaram, ao longo dos anos, o acesso contínuo aos alimentos necessários à reprodução da família, de vizinhos e abastecimento de pequenas feiras na cidade. Viver em um tempo de privação não faz parte do cotidiano alimentar *vazanteiro* que constituía-se em períodos de grande fartura de alimentos. Assim, mesmo nos períodos de seca, os moradores da Ilha de Pau de Légua buscavam estratégias de manutenção de suas atividades para manter o abastecimento familiar. Importante espaço para a reprodução socioeconômica, principalmente na seca, constituía-se nas lagoas, área agora cercada pelo parque.

Através de um dos instrumentais utilizados, buscamos conhecer quais os agroambientes *vazanteiros* da Ilha de Pau de Légua, observando a temporalidade de uso e as atividades realizadas nos mesmos. Na figura a seguir, cruzamos os ambientes com os meses do ano, que será de extrema importância quando analisarmos os períodos de maior vulnerabilidade alimentar desta comunidade em função da criação do parque.

Figura 04
Diagrama de Uso e Apropriação Tradicionais dos Agroambientes Vazanteiros



Elaborado por Carolina Poswar (2011)

No trabalho de Oliveira (2005), utilizado como base de análise de uso dos territórios *vazanteiros*, a autora assinala para a existência de três complexos territoriais destas comunidades: o complexo ilha, complexo terra-firme e o complexo rio (figura 02, página 72). Naquele trabalho, Oliveira (2005) divide o complexo Ilha em quatro sub-territórios que seriam as terras altas, o baixão, o sangradô e a vazante. Entretanto, pelas especificidades dos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Légua e, ao buscarmos explicitar de maneira mais particular as formas de uso dos ambientes para fins de uso alimentar, decidimos por dividir os agroambientes nas categorias descritas no diagrama acima, referindo às mesmas categorias utilizadas pelos *vazanteiros* da região de estudo. Ressalta-se que os complexos são os mesmos do trabalho de Oliveira (2005), contudo, especificamos os ambientes citados por tal autora, adequando-os à realidade das sociodinâmicas do grupo ora em estudo.

Assim, podemos observar que a temporalidade *vazanteira* se divide, fundamentalmente, em dois períodos: a seca e a chuva. As particularidades destas épocas produzem mudanças na paisagem das Matas Secas e influenciam diretamente o acesso aos alimentos. Desta forma, nos períodos de chuva, onde observou maior variedade no consumo alimentar, e que compreende – geralmente - os meses de outubro a março, os *vazanteiros* utilizam, basicamente, mais o terreno da terra firme, pois o lagadiço, área da barranca do Rio São Francisco, está tomado pela água. Essa é a época do uso de alimentos cultivados mais no alto da Ilha, nas áreas de lagoas, como o milho verde, o feijão, a batata-doce, cenoura e outras hortaliças que foram colhidas antes da chuva.

Ocorria na terra firme também, a caça de pequenos animais típicos da região, assim como a criação de pequenos animais. Antes da chegada do PEMS, era comum a criação de gado, porcos e uso de cavalo para o transporte na Ilha. Nesta área, também ficam as árvores com madeiras mais importantes, como o pau jaú que se utilizava sua casca como remédio e o jaú, muito utilizado como sabão para lavar roupa, cabelo, dentre outros. Na terra firme é também onde ficavam os barracos e, antigamente, outros lugares de socialização da comunidade, como santuários e lugares específicos para comemorações (casamentos, festas de santo, dentre outros).

Logo quando ocorre a estiagem, quando o rio baixa, a área que fica molhada - o lagadiço - ganha maior atenção do trabalho *vazanteiro*. É hora de aproveitar o terreno molhado que fora renovado com a água do rio e plantar o feijão catador, o milho verde, o alface, o quiabo, a melancia, o gergelim e as hortaliças. No lagadiço (ou lameiro), só é

plantado depois do dia 20 de março quando, mais ou menos, ocorre um fenômeno chamado de Cheia de São José, que o Sr. Natalino explica a seguir.

Olha, aqui nós temos uma cheia chamada de cheia de São José, que todo dia 19 ou dia 20 de março, mais ou menos, ela vem e enche, dá essa cheia. Aí é assim, se você plantar antes disso daí o rio vai lá e come. Teve uma época que ela comeu aquele lameiro meu ali todo cheio de feijão! O feijão já estava maduro já, no ponto de colher, eu até saí pra nem ver. Ela (a esposa) ficou lá ainda lutando com esse feijão dentro d'água, catando esse feijão na água, mas não tinha jeito, que o feijão molhado e pegava e nascia, brotava todinho. E olha que ela ainda conseguiu colher assim, uns 20 quilos de feijão! (Sr. Natalino, Ilha de Pau de Léguas, julho de 2010)

A plantação na área de lagadiço ocorre em função do ciclo do rio. Assim, se chove muito e o rio enche, têm-se uma maior área molhada, o que contribui para a diversidade de plantio nesta área. Sr. Aroldo fala da importância da água da chuva para o desenvolvimento das plantas, ele explica que “porque a terra, quando o rio enche, ele vem trazendo tudo o que é de insumo, de adubo, de matéria orgânica, de tudo assim pra poder criar. Aí quando a planta nasce, ave Maria! É uma coisa muito boa, você sabe que não tem porcaria” (Sr. Aroldo, Ilha de Pau de Léguas, junho de 2010). Este *vazanteiro* faz referência à segurança do alimento consumido por saber que não é utilizado nenhum produto químico nos mesmos, como ocorre com os produtos advindos dos projetos de fruticultura da região. Para ele, a área da Ilha é um terreno rico por possuir essas dádivas que são trazidas pelo próprio rio São Francisco.

E é o rio São Francisco o local mais utilizado pelos *vazanteiros*. Colocamos no diagrama seu uso em todos os meses porque é por este meio que ocorre o acesso à Ilha. O entremeio de barcos ocorre durante todo o dia no rio, onde os moradores da Ilha de Pau de Léguas vão e voltam levando os produtos plantados na roça para a cidade. Antigamente, o fluxo para Matias Cardoso ou Manga era reduzido, uma vez que não dependiam tanto dos produtos dali. Sr. Zé Roque (Ilha de Pau de Léguas, março de 2010) conta que antigamente “Era, tudo criado lá (na Ilha). Era o contrário, a gente trazia as coisas tudo pra cá (para a cidade) pra vender. Já hoje a gente está é comprando aqui pra levar pra lá (Ilha). É complicado”. Assim, atualmente este fluxo ilha-cidade tornou-se maior, já que todos os *vazanteiros* também possuem casa na cidade de Matias Cardoso por não poderem mais residir em seus locais de morada originais. É no rio também que ocorre a pesca, mesmo em períodos de Piracema. Nota-se que nem todos *vazanteiros*

possuem carteira de pescador, mas praticam a pesca tradicional muitas vezes sem o uso da tarrafa, uma vez que ser *vazanteiro* implica também em ser pescador.

Na pesquisa de campo, observou-se que as áreas específicas de cada família possuem diferenças quanto ao cultivo de alguns alimentos. Enquanto em algumas áreas a variedade de cultivos é alta, com a plantação de pimentão, alface, tomate, frutas diversas, abóbora, criação de pequenos animais, milho, feijão e mandioca, identificamos outras áreas que se restringem à criação somente destes três últimos. Alguns alimentos também possuem maior ou menor importância na alimentação da família, mas a base da comida *vazanteira* é o arroz, o feijão, a mandioca e o peixe, alimentos estes considerados “fortes” para dar sustento ao tipo de trabalho. Estas diferenças de produção de alimentos em cada família também são influenciadas pelo tamanho do grupo, da existência de mais, ou menos, homens, mulheres e crianças. Mas, fato é que todos compartilham – de alguma forma – para o trabalho na *vazante*.

De acordo com Araújo (2009), em seu trabalho etnográfico sobre as sociodinâmicas das comunidades do entorno do PEMS, o processo de trabalho dos homens e mulheres *vazanteiras* daquela região compartilha valores ligados à natureza que se refletem nos frutos de seu trabalho. Segundo a autora,

Ao final da sua lida diária, quando volta para casa carregando o alimento ele (o *vazanteiro*) é tomado pela *sensação do dever cumprido*, sendo valorizado pelo grupo, uma vez que o peixe capturado *simboliza para a família alimento de qualidade*, assim como a carne de gado, galinha e porco é considerado alimento essencial e indispensável na confecção de uma refeição *forte*. (ARAÚJO, 2009, p. 48) (grifos meus).

As imagens a seguir demonstram alguns usos de três ambientes da Ilha de Pau de Léguas. Primeiro, o complexo terra firme onde são plantadas as árvores de maior porte, a construção de casas e as ações extrativistas. Depois alguns usos do lameiro, com a plantação de milho verde e algumas hortaliças. Por fim, o rio São Francisco meio de transporte, de fornecimento de alimentos e de condições para produzi-los.

FIGURA 05



Complexo Terra Firme





Complexo Lagadiço





Complexo Rio

Fonte: Carolina Poswar (2010)

As informações coletadas na pesquisa de campo nos levaram a compreender as lagoas como um agroambiente fundamental na vida dos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas. E é este complexo o mais impactado diretamente em função da criação da unidade de conservação estabelecida. Isto porque estas lagoas se encontram nas terras do alto, nas matas, que são alimentadas pelo ciclo de cheia e seca do rio São Francisco e que estão totalmente cercadas pelo parque. Em todas as falas, as percepções quanto ao agroambiente lagoa é retomado com muito pesar pela falta que lhes faz o acesso à este espaço. Dona Joselice (Ilha de Pau de Léguas, março de 2010) conta que em períodos muito críticos, ou seja, de limitação quanto à produção de alimentos, as lagoas eram o único meio de conseguir a manutenção de sua família.

Quando perguntado sobre a existência das lagoas e seus usos atualmente, Sr. Nonato (Ilha de Pau de Léguas, março de 2010) conta que “Aqui tem muita lagoa! Mas lá, nós não vamos mais não. Vai mesmo só para olhar, pra matar a saudade (risos). Porque ficam os soldados lá. Mas antes a gente ia sempre lá. *A lagoa era uma mãe pra gente! Era forte, sustentava a todos nós*” (grifos meus). São duas as principais lagoas que eram o sustento das famílias em épocas de seca e lugar de refúgio em períodos de grandes enchentes: a Lagoa Angical e a da Lavagem (ou da Prata). Em sua interpretação, Sr. Zé Roque (Ilha de Pau de Léguas, março de 2010) afirma que “antigamente, as lagoas eram o *refrigério do povo*” (grifos meus), se referindo aos

períodos que a pesca no rio não estava boa e às suas áreas de plantio que forneciam alimentos específicos para a comunidade de Pau de Léguas.

No documento intitulado “Carta Proposta dos *Vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas”, entregue à sede do IEF em Jaíba em junho de 2010, as áreas das lagoas são descritas como

Nas lagoas, a pesca era regulada entre as famílias. Nessa época, o nosso manejo favorecia os peixes. Nós sabíamos a hora que o peixe chegava, as lagoas tinham uma circulação entre elas, o que ajudava para que o pântano não sufocasse e impedisse a ventilação nas lagoas. Nessa época antiga, esse era um tempo de constante movimentação das nossas famílias, tínhamos o acesso a estas lagoas e aos diferentes lugares para plantar e viver com liberdade. Era o rio que regulava nossas vidas, nossas transações entre os diferentes lugares.

Eram nas áreas de lagoa que se plantavam os arrozais, dividindo suas margens entre os diferentes grupos familiares. Assim, esta área de cultivo, único local apropriado para a produção de arroz, era de fundamental importância para que a comunidade não dependesse do comércio externo para a aquisição deste alimento. Nestas áreas também, para além da reprodução material, era local de reprodução simbólica como demonstra Araújo (2009) através dos relatos dos *vazanteiros* sobre a existência de uma Gruta da Santa, espaço de socialização religiosa daquela comunidade tradicional. O depoimento do Sr. Natalino, transcrito abaixo, demonstra a importância do uso das áreas de lagoas – também conhecidas como *baixões* - para a reprodução do grupo e para o descanso de outras áreas.

Aí, nesse uso dos baixões, onde ficam as lagoas, a gente usava menos a beira do rio, porque nós quase não utilizávamos a beira do rio aqui não! O acesso mais era pra lá pras terras do alto. Então, a gente começava era de lá pra cá. Aí lá, no período certo, a gente já fazia o plantio do arroz. Lá nos baixões da lagoa você plantava o arroz, você pescava, e o peixe produzia muito mais, porque tinha alimentação e ventilação pro peixe. Ele ficava ali no arrozal e reproduzia ali no arrozal. Era bom, porque as famílias todas compartilhavam das mesmas benfeitorias daquela área. Mas, hoje não tem como, que hoje é só mata e mata mesmo! (Sr. Natalino, Ilha de Pau de Léguas, março de 2010)

Na percepção *vazanteira*, o acesso às lagoas é remetido como um tempo de liberdade, onde o uso dos seus territórios era baseado em uma ética tradicional, em valores que mantinham os recursos naturais protegidos porque fazem parte também do mundo *vazanteiro*. Assim, a transação do rio às lagoas, a liberdade do ir e vir entre estes ambientes garantiam as estratégias de sobrevivência da comunidade *vazanteira* durante

todo o ano, em função das modificações da paisagem que afetam a produção dos alimentos na seca ou nos períodos de chuva. A sociabilidade na região das lagoas também era moldada por mitos e crenças que reforçavam o modo de vida *vazanteiro*. Os mais velhos contam casos da Lagoa da Lavagem “maretar” (movimento forte das águas) quando estranhos chegavam perto dela sem a companhia de um dos *vazanteiros*.

Entretanto, o impacto restritivo de uso deste agroambiente – complexo lagoa - tem representado muitas perdas para a comunidade da Ilha de Pau de Léguas. No que se refere à questão alimentar, por exemplo, a falta de ambientes específicos para o plantio do arroz faz com que este cultivo seja agora totalmente adquirido no comércio externo, o que implica uma submissão à lógica mercadológica e a uma maior vulnerabilidade alimentar deste grupo. De outro lado, a restrição à este espaço de sociabilidade tem implicado também a perda de certos laços simbólicos para o grupo que agora não possuem acesso a locais considerados sagrados para a manutenção de suas dinâmicas tradicionais.

Um fenômeno importante que tem ocorrido na área das lagoas é o do “pantame” que é descrito na maioria das falas dos *vazanteiros*. Os depoimentos abaixo enunciam o que tem ocorrido atualmente com as áreas de lagoas.

Antes nós cuidávamos dos peixes, cuidava do lugar deles entrar, deles sair, do rio para as lagoas. De ventilar as lagoas. Era tudo controlado, do nosso ritmo era. Igual mesmo, na entrada da água na lagoa, ninguém colocava rede. Se colocava nós mandávamos tirar. Ninguém aceitava fazer essas coisas lá pra prejudicar nada não. Ninguém colocava rede atravessada para atrapalhar o peixe passar não. Porque ele tem que entrar e sair. Hoje o peixe nem entra e nem sai por causa do pantame. Hoje, se você não souber, você passa até por cima da lagoa, de tanto pantame. O peixe ele encarduma fora pra entrar. Porque o peixe, ele sabe mais do que nós. Ele é sabido, sabe da hora de entrar e sair. Se a lagoa vazar amanhã hoje ele já sai. Que é o pirá, o cari preto do rio. Esse não fica na Lagoa, ele sai quando vaza. Aí hoje, o peixe quer sair pra desovar na água correndo, mas ele não sai, por causa do pantame. Uma curimatã não tá dando mais nada. Eu nem sei falar. Tem que ter um técnico mesmo pra falar, pra medir esse prejuízo. Isso tudo por causa da inteligência deles, do IEF. Por que nós não podemos mexer. É muito estranho essa situação. Nós não temos mais o direito, não temos liberdade. (Sr. Nonato, Ilha de Pau de Léguas, março de 2010).

E esse negócio de morrer peixe lá nas lagoas?

Sr. Zé Roque: Menina, esse pântano que deu lá, se você passa por lá tem vez que você nem enxerga a água. Se for uma pessoa leve deve até passar por cima da lagoa. De tanto pantamo. Você não vê água. Aí vai fechando, fechando, fechando. Como essa lagoa é grande, aí

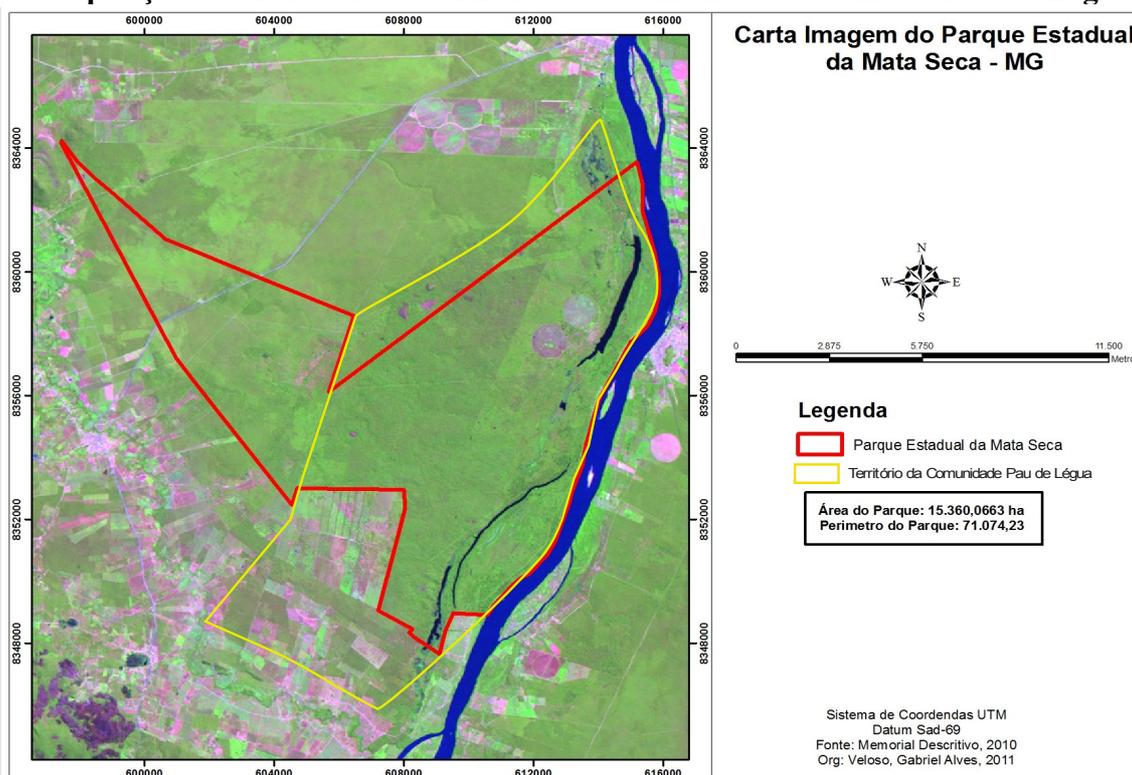
quando venta e abre o mato, os peixes ficam tentando respirar, só o biquinho deles tentando respirar. Aí vai fechando a respiração do peixe e ele morre. Já chegou uma época antigamente que pegava cada peixe nessas lagoas... tinha de tudo. Mas hoje eles não deixam pegar nada. Porque a preocupação deles é com o peixe, enquanto que eles deviam preocupar é com o rio que está acabando. Porque ele está acabando dia por dia. Quando a CEMIG, a Votorantim mataram um tanto de peixe, o dinheiro que saiu de indenização eles comeu todinho. Eles estão preocupados com o peixe, porque ganha esses dinheiros aí. Mas com o rio mesmo não. Esses lugares nas lagoas que era o refúgio do peixe, os buracos onde eles desovavam, hoje é só areia, não tem refúgio mais nenhum. E as lagoas dependem do rio. Elas são amigas do rio. (Sr. Zé Roque, Ilha de Pau de Légua, março de 2010).

Segundo os relatos, a realidade das lagoas da região agora é de abandono e descaso. Os *vazanteiros* contam que o fenômeno do “pantame” ocorre porque cresceu muito mato ao redor das lagoas, o que prejudica a desova e alimentação dos peixes. Assim, eles entendem que o tipo de preservação imposto pelo parque tem prejudicado a vida das lagoas, ao contrário das práticas tradicionais exercidas nos tempos de liberdade, em que a comunidade vivia nas margens deste ambiente e contribuía para a reprodução dos seus peixes. Os depoimentos mostram que os diversos usos e formas de apropriação agroambiental do complexo lagoa garantiam uma vida farta para os *vazanteiros* em épocas de seca, quando as áreas de lagadiço não forneciam mais os alimentos necessários à reprodução dos grupos e em tempos de cheias, quando a água do rio tampava as áreas para cultivos.

A vida na vazante de Pau de Légua, em suas formas tradicionais, se traduz pelo uso dos agroambientes descritos anteriormente. Ao longo do ano, considerando as modificações na paisagem de Matas Secas, o uso destes complexos se faz necessário articulando-os, uma vez que são complementares. Nas sociodinâmicas tradicionais, compreender os tempos de cada espaço, respeitando os ciclos da natureza, contribuía para o uso correto dos ambientes, sem a necessidade de aumentar a exploração em um ambiente em especial. No mapa a seguir, destacamos a sobreposição do território tradicional *vazanteiro*, em contraposição à extensão dos limites atuais do PEMS. Observa-se que a área original da comunidade constitui-se em um território amplo que conjugava todos os complexos descritos anteriormente. Todavia, na atualidade, a área de vermelho, que é de domínio do PEMS incide sobre grande parte do território tradicional, abrangendo também as lagoas (marcadas em preto no mapa), o que tem implicado restrições às dinâmicas de sociabilidade da comunidade em estudo.

FIGURA 06

Sobreposição dos Territórios do PEMS e da Comunidade da Ilha de Pau de Légua



Assim, considerando que, em algumas culturas, há a necessidade de um tipo de ambiente específico, o acesso às diversas áreas fornecia uma variedade alimentar que mantinha durante todo o ano o abastecimento da família, ocorrendo comumente, a troca de bens entre vizinhos e a venda do excedente nas feiras das cidades vizinhas – Matias Cardoso e Manga. Entretanto, como demonstrado pelo mapa, estas estratégias agroalimentares tradicionais têm sido modificadas em função da criação da unidade de conservação – PEMS – o que tem tido implicações para a vida e para a condição de soberania alimentar dos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Légua.

4.2 – As restrições aos recursos naturais: o PEMS e a soberania alimentar *vazanteira*

As dinâmicas socioambientais dos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Légua têm se diversificado nos últimos anos, dentre outros fatores, em função da instalação de unidades de conservação na região. Por ser escolhida como uma área prioritária de conservação ambiental do Estado de Minas Gerais, a área de Matas Secas na abrangência dos municípios de Matias Cardoso e Manga têm gerado conflitos diretos entre a política preservacionista e as práticas das comunidades tradicionais da região. Assim, esses confrontos estabelecem um novo desenho territorial regional e configura

novas práticas de uso dos recursos naturais nas Matas Secas. Em conversa com Miguel, um *vazanteiro* da Ilha de Pau de Légua, ele faz o seguinte questionamento: “Eu queria era entender por que aqui! Por que agora, a cidade de Matias Cardoso virou parque! Aqui a cidade está é cercada. Um passo pra cá é parque, outro passo pra lá é mais cerca. As pessoas falam que as cercas acabaram, mas as cercas continuam!” (Miguel, Ilha de Pau de Légua, junho de 2010).

Este quadro produz mudanças significativas na vida das comunidades tradicionais da região do PEMS. No que se refere ao acesso aos alimentos, as limitações de uso e acesso aos recursos naturais da área da unidade de conservação têm ocasionado a limitação de suas práticas tradicionais, o que está diretamente ligado à reprodução de suas estratégias de acesso aos alimentos e à identidade e culturas locais. Isto porque, como demonstrado no item 4.1, o acesso regular aos alimentos ou às formas e obtê-los – a partir de ações extrativistas, de plantio e cultivo em áreas específicas – deve ocorrer em ambientes diferentes, mas que se complementam. Originalmente, quando à época da livre circulação na área do PEMS, todo alimento da comunidade da Ilha de Pau de Légua era retirado da vazante. Assim, as famílias garantiam sua soberania alimentar sem a necessidade de uma submissão maior ao comércio da cidade.

Atualmente, mora na Ilha de Pau de Légua um total de 52 grupos familiares, que se autodenominam *vazanteiros*, e que reivindicam seus direitos ameaçados nos últimos anos não mais pelos fazendeiros, mas pela unidade de conservação. Estas famílias, grande parte descendente de negros, possuem uma renda média de um salário mínimo por mês, sendo complementado por benefícios sociais e aposentadorias. Muito embora os grupos familiares sejam extensos, com a média de 5 membros, as crianças e jovens não mantêm um vínculo maior com a comunidade, sendo este cultivado por poucos. Este fator é resultado do impacto das atuais condições de sobrevivência na Ilha, que não oferecem mais uma segurança daquilo que poderia ser investido em sua área. Entretanto, a luta atual da comunidade envolve a volta deste sentimento de pertencimento, que foi sendo perdido ao longo dos tempos principalmente pelos jovens *vazanteiros*.

Como observado pela pesquisa de campo, em função do novo ordenamento ambiental implementado na região, a condição de dependência com o mercado externo tornou-se mais explícita. Vale ressaltar que esta dependência ocorre em maior, ou menor grau, de acordo com o período do ano, dividido – a partir da percepção *vazanteira* - em duas estações bem definidas: seca e chuvosa. Utilizamos na pesquisa

de campo um instrumental que buscou conhecer os alimentos consumidos pelas famílias da Ilha na semana anterior à entrevista. Buscamos aplicá-lo durante o período das duas estações definidas pelos *vazanteiros*, uma vez que pretendíamos perceber em qual período mais específico ocorria maior vulnerabilidade alimentar em função da restrição de uso e acesso aos agroambientes. Sendo assim, perguntamos aos entrevistados o que ele comeu na última semana, de onde veio aquele alimento, se da Ilha ou comprado na cidade, e quantas vezes foi consumido.

A seguir, buscamos representar em duas tabelas os alimentos consumidos na chuva e na seca, com a quantidade média de acesso a estes alimentos e qual foi o mecanismo de acesso aos mesmos.

Tabela 02
Alimentos consumidos e sua origem – Período Chuvoso (Outubro a Março)

Alimento	Média de frequência de acesso na última semana*	Origem	Alimento	Média de frequência de acesso na última semana	Origem
Arroz	7X	Comércio Externo	Pão	4X	Comércio Externo
Carne Vermelha	5X	Comércio Externo	Óleo	7X	Comércio Externo
Leite	6X	Comércio Externo	Beiju	5X	Ilha
Queijo	3X	Comércio Externo	Cuscuz	4X	Ilha
Tomate	5X	Comércio Externo	Manga	5X	Ilha
Café	7X	Comércio Externo	Angu de Milho	3X	Ilha
Açúcar	7X	Comércio Externo	Mamão	5X	Ilha
Macarrão	6X	Comércio Externo	Cebolinha e Coentro	7X	Ilha
Bolo de mandioca	4X	Ilha	Limão	4X	Ilha
Chá	5X	Ilha	Cheiro Verde	5X	Ilha
Feijão	7X	Ilha	Abóbora	3X	Ilha
Farinha	6X	Ilha	Peixe	3X	Ilha/Comércio
Laranja	5X	Ilha	Torresmo de Porco	3X	Ilha/Comércio
Mandioca	6X	Ilha	Couve	3X	Ilha/Comércio
Milho	3X	Ilha	Frango	6X	Ilha/Comércio
Chuchu	5X	Ilha	Ovos	6X	Ilha/Comércio
Quiabo	5X	Ilha	Pimentão	6X	Ilha/Comércio
Caxixe	3X	Ilha	Batata	6X	Ilha/Comércio

* A média foi obtida somado as vezes que cada família acessou o alimento, depois dividido pelo universo pesquisado.

No período chuvoso que vai, geralmente, de outubro a março, há um maior consumo de alimentos vindos da Ilha, principalmente, devido à colheita dos alimentos que vêm sendo preparados a partir do mês de setembro. Assim, alguns alimentos que são cultivados mais na terra firme, como a mandioca, o feijão catador e algumas hortaliças já fornecem, até o final deste período, alimento necessário ao grupo familiar. Outras culturas são estocadas do período anterior, como no caso do feijão de arranque e

dos grãos de milho seco que também servem de comida para os animais de pequeno porte criados na Ilha. Ainda é neste período que há uma maior produção de excedentes, o que oferece condições necessárias à venda dos produtos em feiras, para os pequenos comércios da cidade e para vizinhos.

Observamos, contudo, que esta maior produção de alimentos no período chuvoso não é uma realidade encontrada em todos os grupos familiares. Na tabela anterior, alguns alimentos possuem indicação para as duas origens. São vários os fatores que interferem para tanto: o tamanho do grupo familiar, o tamanho da área cultivada que possui acesso ou um fator que tem sido preponderante para a plantação, ou não, de alguns cultivos: o medo da repressão pelos órgãos fiscalizadores do parque. Aproximadamente, 10% das famílias possuem criação de pequenos animais, 25% plantam hortaliças, 90% possuem roça de mandioca, feijão e milho. Ou seja, o acesso aos alimentos não ocorre através dos mesmos mecanismos entre os *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas. Também é fator preponderante a localização de suas áreas. A maioria das famílias possui suas roças na margem do rio, mas existem outros grupos que estão dentro da terra firme, do lado da Ilha que fica mais próximo da cidade de Manga. Assim, mesmo em período de chuva, a plantação de certas culturas ainda é limitada.

Através da pesquisa observou-se que o uso da terra firme no período de chuva tem se limitado a uma pequena porção do território tradicional *vazanteiro*. No período anterior ao estabelecimento da unidade de conservação, o terreno de terra firme, onde se realizavam também atividades extrativistas e caça, se constituía em grande área de acesso, conhecida também como “caatinga”. Originalmente, eram nesses locais de terras do alto que se estabeleciam residências temporárias da comunidade para o plantio de grandes culturas, geralmente, em uso comunal. Como conta Sr. Natalino, o acesso à estes territórios mais amplos reduzia a exploração das barrancas do rio, também conhecida como lameiro. Ressalta-se que estamos considerando neste trabalho o período de chuva como aquele que vai até o final do mês de março, a partir de quando se inicia o plantio na área de lameiro e já tem ocorrido a colheita dos produtos da terra firme. Atualmente, esta área de acesso à terra firme a que estamos nos referindo trata-se de uma faixa que tem a média de 2 hectares por família. Antigamente esta área possuía uma extensão bem maior, que se estendia até às áreas de lagoas, como citado pelos entrevistados.

Uma outra realidade é encontrada no período da seca. Considerando o acesso aos alimentos nesta época, apresentamos a tabela a seguir com as origens dos mesmos.

TABELA 03
Alimentos consumidos e sua origem – Período de Seca (Abril a Setembro)

Alimento	Média de frequência de acesso na última semana*	Origem	Alimento	Média de frequência de acesso na última semana*	Origem
Arroz	7X	Comércio Externo	Feijão	7X	Ilha
Carne Vermelha	4X	Comércio Externo	Mandioca	6X	Ilha
Salsicha	3X	Comércio Externo	Milho Seco	6X	Ilha
Dobradinha	4X	Comércio Externo	Melancia	3X	Ilha
Leite	5X	Comércio Externo	Abóbora	5X	Ilha
Macarrão	4X	Comércio Externo	Cana	4X	Ilha
Açúcar	7x	Comércio Externo	Abobrinha verde	5X	Ilha
Óleo	7X	Comércio Externo	Farinha	5X	Ilha
Pão	3X	Comércio Externo	Mamão	5X	Ilha
Café		Comércio Externo	Manga	3X	Ilha
Bolo de mandioca	5X	Ilha	Limão	5X	Ilha
Laranja	4X	Ilha	Pimentão	4X	Ilha
Quiabo	5X	Ilha	Torresmo de Porco	6X	Ilha/Comércio
Tomate	4X	Ilha	Couve	3X	Ilha/Comércio
Cebolinha e Coentro	4X	Ilha	Peixe	2X	Ilha/Comércio
Carne de Porco	2X	Ilha	Frango	3X	Ilha/Comércio
Chuchu	5X	Ilha	Ovos	4X	Ilha/Comércio

* A média foi obtida somado as vezes que cada família acessou o alimento, depois dividido pelo universo pesquisado. Elaborado por Carolina Poswar (2011)

Entre os meses de abril a setembro, quando o rio diminui as áreas alagadas da Ilha, surge o lameiro. É este agroambiente, associado aos cultivos da pequena extensão de terra firme, que tem garantido a subsistência das famílias da Ilha de Pau de Léguas no período seco. As novas estratégias de uso e acesso aos recursos naturais desenvolvidas pelos *vazanteiros* no período da seca proporcionam uma variedade de alimentos limitada, se comparada àqueles acessados a partir das dinâmicas tradicionais de aquisição destes. Durante a aplicação do instrumental, ao perguntarmos a quantidade de vezes que o grupo familiar teve acesso a determinado alimento, podemos perceber que este acesso diminui se comparado ao período chuvoso. É o caso de consumo de carne vermelha, por exemplo. Dentre os meses de junho a julho, quando voltamos aplicando o instrumental, surgiu o consumo de outros alimentos substituindo-a, como a dobradinha e a salsicha. No caso do peixe, consideramos que o fato de que o *vazanteiro* tem passado a comprá-lo constitui-se em um fator fortemente impactado em função do

PEMS. Isto porque todo *vazanteiro* também é um pescador, e a restrição de acesso às lagoas, por exemplo, quando a pesca no rio não é permitida, faz com que este alimento fundamental para a identidade *vazanteira* perca seu sentido social, sendo adquirido como uma mercadoria na cidade de Matias Cardoso. No caso das hortaliças, percebeu-se que na seca os *vazanteiros* separam grande parte de sua colheita para a venda, uma vez que é esta renda que possibilita a aquisição de outros alimentos no comércio externo.

Pelas especificidades da área de Mata Seca (onde as árvores perdem totalmente suas folhas no inverno), o período de seca é um limitador de aquisição de alimentos para os *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas. Segundo Dona Joselice (Ilha de Pau de Léguas, março de 2010), a época de seca sempre foi um período de restrições, mas o estoque de produtos que as famílias guardavam do período chuvoso garantia a complementação alimentar até que se chegasse uma nova colheita. De acordo com a *vazanteira*, os próprios moradores trocavam entre si os alimentos que o outro grupo familiar não possuía. Entretanto, atualmente, como algumas famílias não têm investido no cultivo de alimentos com medo das repressões pelos órgãos fiscalizadores, estas trocas tem ficado inviabilizadas.

Esse medo é evidenciado em várias falas, como podemos perceber pelo relato do Sr. Aroldo, abordando a questão da produtividade da terra da Ilha, confrontadas agora com as limitações impostas em função da criação do PEMS. Segundo este *vazanteiro*,

Essas terras daqui da Ilha são muito boas, plantando é bom demais. Aqui é uma beleza, “trem” muito bom mesmo. Mas hoje em dia nós vivemos numa peleja que só. Esse negócio do meio ambiente aí que *nós não sabemos até onde pode ir* é uma peleja. A gente não sabe se eles podem mandar a gente ir embora de vez daqui, aí não faz as coisas direito. A gente está aí, um pé lá e outro cá. Porque se ficar os dois pés juntos não dá. Aí um tem que firmar o outro, né? Eu penso assim, porque do jeito que está não tem como a gente manter só daqui não. A gente não tem um projeto, não tem uma segurança, não tem nada, assim pra ter uma firmeza. Nós não estamos tendo isso aqui na Ilha. Mas nós estamos lutando mesmo assim. (Sr. Aroldo Camilo, Ilha de Pau de Léguas, julho de 2010). Grifos meus.

A restrição quanto às práticas extrativistas é um fator agravante para a vida do *vazanteiro*. A área cercada pelo parque possui árvores de grande porte que serviam como remédios (uso das cascas para chá, por exemplo), fornecimento de alguns tipos de madeira para a confecção de instrumentais de trabalho e para a caça de pequenos

animais. E é na área de mata também que se encontram as lagoas, ambiente que era fundamental para a reprodução dos *vazanteiros* principalmente na seca e em grandes cheias. Esta restrição submete todo o consumo do arroz, por exemplo, ao acesso via comércio externo, uma vez que eram nestas áreas de lagoas que ocorria o cultivo deste alimento. Assim, percebe-se que na época da seca a produção do *vazanteiro* tem ficado apenas na área de lameiro e na pequena faixa de terra firme que ainda possuem acesso. Consta-se que estes agroambientes têm proporcionado uma pequena produção de cultivo de alimentos que não tem sido suficiente para suprir todas as necessidades alimentares para a família *vazanteira*, submetendo-os, desta forma, o acesso aos alimentos cada vez mais via mercado externo.

A realidade de acesso aos alimentos para os *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas tem se dado na atualidade a partir de dinâmicas diferenciadas das que possuíam antes do estabelecimento da unidade de proteção integral em seus lugares de vida. Ocorre, atualmente, uma perda das práticas tradicionais de cultivo e extração de alimentos, o que tem impactos diretos para a cultura e identidades do grupo local, uma vez que os alimentos consumidos têm vinculado suas vidas mais ao mercado externo do que às práticas realizadas na Ilha. O processo de plantio, colheita e consumo de alimentos, no passado, fazia parte de um mundo simbólico, que contribuía para a garantia do modo *vazanteiro* de viver e de fortalecer sua identidade ao longo dos anos. Considerando a soberania alimentar como um direito dos povos de definirem suas próprias políticas de acesso aos alimentos, de acordo com o contexto social, político cultural e simbólico de cada coletividade, as restrições impostas pelo PEMS não tem proporcionado um acesso regular aos alimentos, considerando as questões colocadas anteriormente, aos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas.

Isto se deve às particularidades deste grupo, uma vez que o acesso regular à diferentes ambientes, que se complementam dentro das estações de seca e chuva, tem sido limitado em função da legislação imposta pelo SNUC. Principalmente no período da seca, as estratégias agroalimentares do grupo pesquisado não têm garantido a soberania alimentar do mesmo, o que provoca maior dependência do comércio externo, colocando os *vazanteiros* daquela comunidade em situação de vulnerabilidade tanto econômica quanto social. A frase do Sr. Nonato (Ilha de Pau de Léguas, março de 2010) relata com muita simplicidade a realidade da comunidade “Aqui, nós estamos é *emprensado!* É só o tempo de você plantar alguma coisa, esperar amadurecer e secar e aí nós comemos.” (grifos meus). Assim, podemos perceber que as restrições de uso e

acesso aos recursos naturais da área do PEMS têm impactado em diversos sentidos o modo de vida da comunidade *vazanteira* da Ilha de Pau de Légua. Considerando a soberania alimentar no sentido proposto no capítulo 01 deste trabalho, entendemos que estas limitações têm impedido o acesso a este direito pela comunidade estudada, o que tem provocado impactos também para a identidade e cultura *vazanteiras*.

4.3 – Resistir e persistir: “Então, a vida da gente é assim: é um jogo de cintura”³⁸”

No percurso sobre o estudo e conhecimento das sociodinâmicas de uso e acesso aos recursos naturais da comunidade *vazanteira* da Ilha de Pau de Légua, foi possível identificar um histórico de luta e resistência daquela coletividade em busca pela reafirmação de suas identidades, culturas e territorialidades próprias. São estas estratégias de manutenção e reformulação dos seus modos de vida que viabilizaram a continuidade de suas práticas mesmo com os vários processos que tentaram inviabilizar sua história e expulsar esta comunidade tradicional dos seus lugares de vida. Araújo (2009) trabalha com três períodos que foram determinantes para as transformações das sociodinâmicas deste grupo: o tempo dos coronéis, o tempo da Ruralminas e o tempo das empresas, parques e territórios étnicos. Dentre outros aspectos, podemos observar que um ponto comum a estes tempos é a forma de resistência desta comunidade, que têm buscado reestruturar suas práticas tradicionais para manter e fortalecer seus modos de vida e seus territórios.

Em especial sobre as estratégias de acesso aos alimentos, há atualmente uma reorganização das práticas tradicionais de plantio, colheita e consumo dos mesmos para que a subsistência do grupo familiar não fique comprometida durante os períodos de maior escassez, identificado como o período de seca do ano. Entretanto, o que identificamos foi uma perda do sentido simbólico do alimento, agora muito mais visto como mercadoria a ser vendida na cidade de Matias Cardoso para gerar renda ao grupo familiar com vistas à aquisição dos alimentos que não possuem mais acesso via Ilha. Neste caso, as formas de resistência se encontram também na reformulação dos usos dos territórios que agora são mais limitados, contudo, mais explorados, de forma a garantir o sustento da família durante todo ano. Mesmo com uma pequena faixa de terra, os *vazanteiros* continuam mantendo suas estratégias produtivas, mas com um maior estreitamento de relações com a cidade de Matias Cardoso, o que, para muitas famílias,

³⁸ Sr. Nonato, *vazanteiro* da Ilha de Pau de Légua, março de 2010.

se transforma em sinônimo de maior vulnerabilidade social. O relato de Dona Joselice (Ilha de Pau de Légua, março de 2010) explicita este descontento com relação à maior dependência da cidade em oposição à vida na Ilha:

Aqui, antes, era um lugar bem grande, um espaço bem maior do que esse aqui e tinha liberdade também pra cruzar esse cerradão por aí a fora! Agora não. Nós só temos isso daqui, um chiqueirinho mesmo, só dá pra gente manter, ficar aqui mais sossegado, sem aquele barulhão da rua. Aquilo deixa a gente desorientado. Ficar na roça é bem melhor. Você planta um pé de mandioca, você cria uma galinha, na rua você não pode criar nada. Se criar, ladrão rouba. E você vai para a cadeia ainda se der parte. É perigoso, você que é a dona ir preso e eles não.

Na época dos fazendeiros, mesmo com as expropriações e a imposição de uma lógica diferenciada de uso dos recursos naturais, a comunidade estabelecia acordos informais, como relatados no capítulo 03, que possibilitavam a continuidade das práticas sociais *vazanteiras*. Todavia, estes acordos não impediam que estas estratégias produtivas ocorressem, ainda que de maneira invisibilizada, já que os conhecimentos adquiridos e construídos pelos *vazanteiros* sobre aquele território eram bem maiores e mais aprofundados que as lógicas de uso que a racionalidade fazendeira tentava impor. Este estreitamento de relações com os fazendeiros que se estabeleceram na região da Ilha de Pau de Légua possibilitou a permanência, ainda que submetidos às condições impostas pela nova racionalidade, na pequena faixa nas margens do rio São Francisco, sendo possível o acesso às terras firmes através do consenso dos fazendeiros, ou por meio de suas estratégias invisibilizadas. Assim, o acesso à cidade de Matias Cardoso ocorria apenas para a venda dos produtos ou para o estudo dos filhos dos *vazanteiros*, sendo mantida residência na Ilha.

A subjugação legal das práticas tradicionais de uso do território *vazanteiro* da Ilha de Pau de Légua, deu-se quando estabelecida a área da unidade de conservação. O posicionamento dos órgãos de fiscalização ambiental responsáveis pelo parque tem sido o de transformar aquela comunidade tradicional de trabalhadores a transgressores dos recursos naturais a quais tiveram acesso e dependeram (e dependem até hoje) para a continuidade do seu modo de vida específico. Sobre o processo de criação que já fora abordado no capítulo 03, percebe-se que as comunidades do entorno no PEMS foram totalmente desconsideradas quando do estabelecimento da unidade de proteção integral, indo de encontro ao instrumento legal que prevê consulta pública à comunidade atingida (SNUC). Assim, o acirramento dos conflitos começou a ser mais visível quando as

comunidades passaram a receber as repressões dos órgãos ambientais, principalmente, na forma de multas.

Em contrapartida, a partir de então se iniciou um processo de reconhecimento de direitos e de busca pela legitimação dos mesmos para a reapropriação das territorialidades tradicionais com vistas ao fortalecimento da identidade e modo de vida *vazanteiros*. Aos poucos, as comunidades tradicionais do entorno do PEMS começaram a se organizar formalmente em busca dos seus direitos legais junto à diversos órgãos, como a Prefeitura de Matias Cardoso, as Associações de *Vazanteiros* ou de Quilombolas, a Unimontes, a CPT, o CAA e também com a Fundação Palmares. A busca pela reapropriação dos seus territórios levou os grupos a realizarem seminários, encontros e viagens com vistas à troca de experiências com comunidades que têm passado pelos mesmos processos de expropriação, mas que tem conseguido bom êxito através da associação com os movimentos sociais da região. Esta estratégia de resistência empreendida pelas comunidades tradicionais tem trazido o conflito para conhecimento público, ocasionando maior impacto de suas ações.

No primeiro encontro o qual pude participar, em setembro de 2008, em uma comunidade da área do PEMS, cujo tema foi *Vazanteiros e Vazanteiras do São Francisco: entre os labirintos das leis ambientais e os direitos territoriais das populações tradicionais*, pude observar que as pessoas que ali estavam buscavam uma construção de propostas a serem articuladas na luta por seus territórios e o fortalecimento das comunidades *vazanteiras* ao longo do rio São Francisco. Estes encontros foram se repetindo em diferentes comunidades, com apoio de entes públicos das três esferas, para que estas populações passassem a ser conhecidas e reconhecidas como portadoras de direitos específicos, fortalecidas, principalmente, através do dispositivo legal previsto na Constituição de 1988. Através da mediação de movimentos sociais, como o CAA e a CPT, os *vazanteiros* ainda têm participado de encontros de formação continuada que proporcionam uma atualização e trocas de experiências com comunidades de outras partes do território norte-mineiro. Assim, um posicionamento político também é cultivado nas comunidades para o melhor conhecimento dos seus direitos para fundamentar suas lutas.

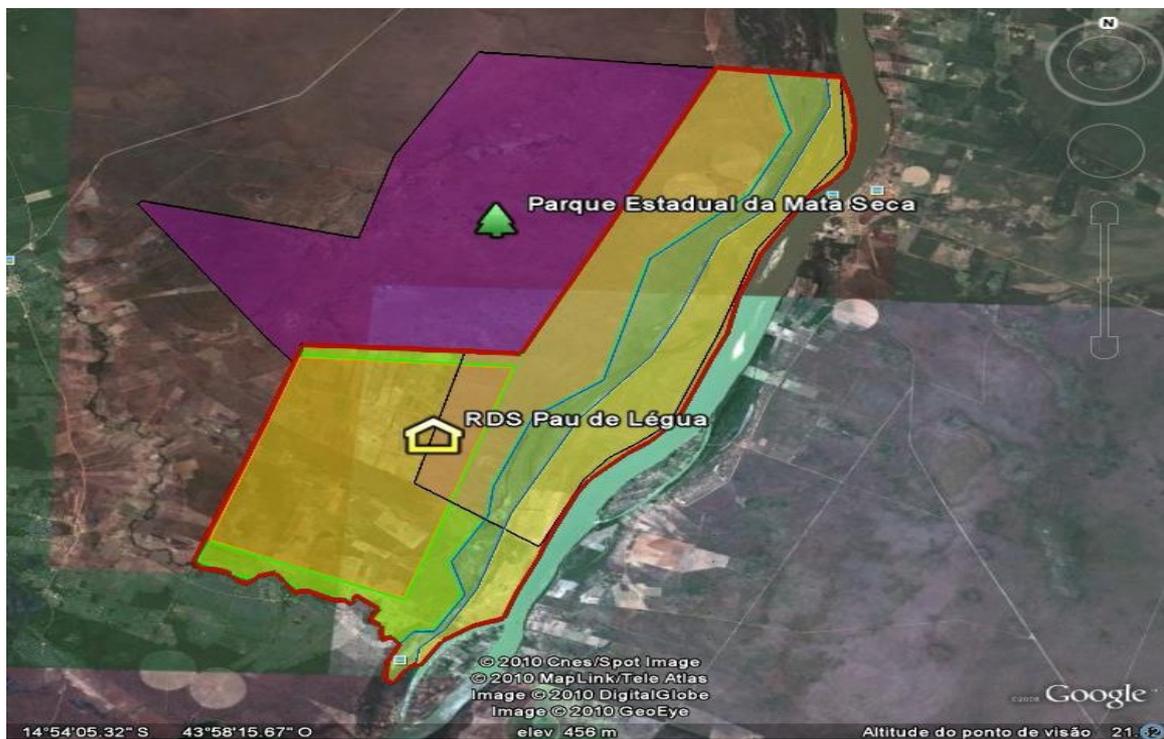
Estas reivindicações das comunidades se voltam, principalmente, para as áreas de terras firmes e de lagoas que foram restringidas com o estabelecimento do parque. Estes agroambientes são fundamentais para a continuidade da reprodução socioeconômica tradicional dos grupos, como demonstrado no diagrama da página 105.

Para além do seu sentido reprodutivo, eram estes espaços coletivos de reprodução social que contribuíam para a construção do sujeito *vazanteiro*, tanto pelas práticas tradicionais de cultivo quanto pela afirmação das identidades através de eventos religiosos, casamentos e festas realizadas em lugares específicos. Por considerarmos a produção do alimento como um ato que também está inserido na afirmação da identidade e cultura de um grupo, temos que a restrição destes espaços reivindicados contribui para o cerceamento de práticas agroalimentares fundamentais para a reafirmação do modo de vida *vazanteiro*. Ao buscarem a reapropriação destes territórios, à livre circulação nas áreas de matas secas, estas comunidades se projetam como sujeitos políticos no cenário norte-mineiro, se posicionando criticamente ao avanço das racionalidades produtivas impostas pelo agronegócio na região.

Um evento importante para a legitimação da luta da comunidade *vazanteira* da Ilha de Pau de Légua foi uma reunião realizada na sede do IEF na cidade de Jaíba, juntamente com representantes do CAA, da CPT e Unimontes, em junho de 2010. Na oportunidade, representantes da comunidade levaram um documento intitulado “CARTA-PROPOSTA DOS VAZANTEIROS E VAZANTEIRAS DE PAU DE LÉGUA: Povos das águas e das “terras crescentes” do São Francisco”, cujo objetivo foi o de expor a atual situação das famílias *vazanteiras*, a partir das restrições impostas com o estabelecimento do PEMS, e a proposta de ampliação da área preservada a partir de duas unidades de conservação: uma parte como Unidade de Proteção Integral³⁹ e outra como Unidade de Uso Sustentável. Segundo a referida carta, a proposta é que se alie o modo de vida tradicional da comunidade à conservação o que, de acordo com os *vazanteiros*, sempre ocorreu com o desenvolvimento de suas práticas, diferentemente do tipo de preservação imposto pelo Estado que os vê como necessariamente destruidores da natureza. O tipo de conservação apoiado na tradição *vazanteira* utiliza o manejo agroflorestal dos recursos naturais de acordo com o tempo da natureza. Nesta proposta de conservação estão divididas as áreas para coleta extrativista de frutos e plantas medicinais, áreas para o restabelecimento das moradias com quintais e criação de animais em sistemas agrossilvipastoris e a adequação de uso das lagoas, que serão divididas em lagoas de Manutenção e de Santuário. A seguir, o mapa com o desenho territorial proposto pelos *vazanteiros*.

³⁹ Ressalta-se que a unidade de proteção integral prevê a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, já as unidades de uso sustentável fundamentam-se na exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (SNUC, 2000).

FIGURA 07
Mapa da Proposta de Criação da Unidade de Conservação de Uso Sustentável –
Reserva de Desenvolvimento Sustentável Pau de Légua



Fonte: Carta-Proposta dos Vazanteiros e Vazanteiras da Ilha de Pau de Légua, Matias Cardoso, junho de 2010.

A elaboração desta proposta se aliou aos outros movimentos realizados ao longo do ano de 2010 que buscaram a implementação do mapa indicado acima. Contudo, mesmo com a busca pela efetivação dos direitos destas comunidades, percebe-se que as repressões contra suas práticas tradicionais continuam sendo realizadas pelos órgãos ambientais que se colocam contrários à proposta contida nos movimentos organizados pelas comunidades a partir dos seus mediadores: CAA, CPT e Unimontes. No final do ano de 2010, uma reportagem no site do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES denunciou o ataque aos *vazanteiros* do Norte de Minas, em especial àqueles que estão na área de domínio do Parque Estadual da Mata Seca, chamados de “guardiões do São Francisco” na reportagem. Segundo a mesma, em menos de 4 meses, foram realizados 3 ataques às comunidades tradicionais daquela região de Matas Secas, o que incluiu ameaças a mulheres e crianças, a prisão do Sr. Jesuíto Gonçalves do Quilombo da Lapinha, intimidação e coação de famílias e destruição de casas e plantações da Ilha de Pau de Légua.

Um fato relatado contra os *vazanteiros* da Ilha descreve uma situação que se tornou comum na vida da comunidade: a intimidação por parte dos guardas-parque. A

reportagem conta que no dia 05 de novembro o gerente do PEMS, Sr. José Luís, acompanhado por policiais e brigadistas da comarca de Manga, chegaram até a Ilha nas casas dos *vazanteiros* José Ranolfo e Antônio Alves (entrevistados nesta pesquisa) abordando-os com tom de ameaça e coação. Quando questionados sobre o mandato da Justiça para a realização daquela abordagem, o gerente do parque e seus companheiros derrubaram as casas e destruíram as roças dos *vazanteiros*, além da apreensão de redes e tarrafas que possuíam. O confronto com o gerente do parque, José Luís, tem ocorrido com muita frequência na Ilha, o que tem resultado em inúmeras multas como relatado pelos *vazanteiros* na pesquisa de campo. Resultado da repressão dos órgãos estaduais contra os movimentos de resistência empreendidos pelas comunidades.

Segundo a reportagem do site do CEDEFES,

Em menos de quatro meses, três ataques justamente às comunidades que denunciaram à Comissão Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – DCCPH / SDH / PR – ligada à Presidência da República, a crítica situação de insegurança alimentar vivida pelas comunidades ribeirinhas do rio São Francisco. Comunidades com uma história de séculos de contribuição ao abastecimento regional e nacional com produtos agrícolas oriundos de seus cultivos nas vazantes sanfranciscanas. Condição que começou a mudar quando passaram a viver encurraladas, primeiro pelos fazendeiros durante a década de 1970, agora pelo IEF a partir dos anos 2000. Comunidades que hoje passam fome, tendo que se sujeitar a programas assistencialistas porque não podem mais cultivar em seus territórios ancestrais. (CEDEFES, novembro de 2010). (grifos meus).

A reportagem lembra que a área em que se encontra a comunidade é pertencente à Secretaria de Patrimônio da União – SPU, órgão acionado pelas comunidades tradicionais e seus mediadores com vistas à sua regularização, o que não fora realizado quando da implementação do PEMS. Foi este órgão que participou das visitas às comunidades em julho de 2010, a partir de quando iniciaram as repressões por parte do IEF com as intimidações relatadas pela reportagem. A resposta dos órgãos ambientalistas estaduais é silenciosa e violenta para com as comunidades tradicionais. A reportagem lembra que o apoio do governo do Estado para a ampliação das unidades de conservação no Norte de Minas como compensação ambiental dos projetos agropecuários, escamoteia o verdadeiro sentido deste tipo de preservação: a conservação com vistas à ampliação da exploração ambiental advinda do agronegócio. E são estes grandes projetos que se sobrepõem aos territórios tradicionais das

comunidades que se vêm ora expulsas pelas monoculturas, ora pelas consequências destes, que são as unidades de conservação.

Vimos neste capítulo que a viabilização das práticas tradicionais de uso e acesso aos recursos naturais dos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas só é possível quando acessados diferentes complexos agroalimentares que se complementam durante os períodos chuvoso e seco do ano: a terra firme, as lagoas, o rio e o lagadiço. As sociodinâmicas realizadas nestes complexos constituem-se em um fator de extrema relevância para garantir e fortalecer a cultura e identidades próprias desta comunidade, que se caracterizam pelas especificidades do modo de vida *vazanteiro*. Assim, as dinâmicas de acesso e produção do alimento também estão inseridas nestas relações estabelecidas entre os recursos naturais e manutenção/reprodução de um universo simbólico, já que a vida na Ilha é profundamente ligada aos ciclos de plantio, colheita e consumo dos alimentos tanto para o grupo familiar quanto para as trocas e vendas do excedente para o comércio externo.

Contudo, esta realidade tem sido modificada em função da restrição de uso e acesso aos recursos naturais pós-criação do Parque Estadual da Mata Seca que incidiu diretamente sob as estratégias agroalimentares dos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas. Antes do estabelecimento da unidade de conservação, período da fartura como relatam os *vazanteiros*, a comunidade dependia minimamente do comércio externo, já que conseguiam se manter através dos alimentos acessados e produzidos na Ilha. Entretanto, com as restrições impostas pelo parque, esta subsistência garantida pelas práticas tradicionais realizadas em diferentes territórios, passou a ser limitada uma vez que restringiu-se o acesso aos recursos naturais. O que pudemos identificar através da pesquisa de campo foi que, partir de então, a dependência com o comércio externo acentuou-se, principalmente no período de seca, submetendo os *vazanteiros* a uma situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade socioeconômica.

A dependência dos produtos advindos do comércio da cidade, a limitação da produção alimentar na Ilha e a submissão à racionalidade mercadológica de acesso aos alimentos em função da criação do parque impedem, assim, a efetivação da soberania alimentar dos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas. Desta forma, o contexto vivenciado por esta comunidade tradicional está caracterizado por um conflito socioambiental que envolve a repressão e intimidação por parte dos órgãos estaduais ambientalistas e a resistência e persistência das ações empreendidas pelas comunidades juntamente com os

movimentos sociais da região para garantir seus direitos, dentre eles a sua soberania alimentar que tem sido restringida em função da área reservada para a conservação do Parque Estadual da Mata Seca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A centralidade do tema da preservação por parte das políticas públicas emergiu na agenda pública quando as externalidades do modo de produção capitalista se tornaram mais explícitas, tornando mais comuns as catástrofes ambientais, evidenciando os limites da natureza. Em função disto, o tema da conservação passou a estar na agenda dos mecanismos públicos e privados com vistas, principalmente, à garantia da continuidade daquele modo de produção, na medida em que a conservação não afetasse diretamente sua reprodução material. Desta forma, a real proposta era a de conservar os recursos naturais em áreas específicas, sem que os mecanismos reprodutivos do capital fossem limitados.

Consagrou-se, por esta via, uma contradição fundamental entre a proposta de conservação empreendida pela racionalidade capitalista e apoiada pelos mecanismos estatais, e outra, secularmente utilizada pelas dinâmicas das comunidades tradicionais. Presente em diferentes partes do mundo, estes grupos se caracterizam por um vínculo direto com a natureza, criando seus modos de vida, cultura, identidade e mecanismos de reprodução socioeconômica a partir das dinâmicas formuladas de acordo com os ciclos dos recursos acessados. Os povos e comunidades tradicionais, como demonstram os estudos de Diegues (2001) e Brandão (2009), desenvolveram suas técnicas de reprodução a partir de uma relação baseada em compromissos éticos com os recursos naturais, realizando seus sistemas de manejo de maneira a conservar aqueles recursos, já que garantem o modo de vida do grupo. Assim, a reprodução do cotidiano comunitário destas comunidades se fundamenta a partir de relações criadas e recriadas ao longo dos anos, e que expressam a resistência dos momentos vividos coletivamente.

Contudo, a lógica dominante da preservação ambiental – inicialmente proposta pelos norte-americanos e difundida por todo mundo – não tem considerado as especificidades destes grupos tradicionais. Pelo contrário, os vê como necessariamente destruidores dos recursos naturais, já que a proposta, de acordo com seus princípios, preza por uma natureza intocada, completamente separada das ações do homem. Esta perspectiva também tem sido considerada como o vínculo empresarial com o desenvolvimento sustentável. Entretanto, como falado, esta proposta vai de encontro às práticas realizadas pelas comunidades tradicionais em todo mundo, principalmente nos países tropicais, onde há um grande número de grupos que se reproduzem social, econômica e simbolicamente a partir do uso e acesso aos recursos naturais.

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC - prevê diferentes modalidades de áreas preservadas. Mas são as Unidades de Proteção Integrais – UPI's - que provocam os maiores conflitos entre as dinâmicas das comunidades tradicionais e as políticas restritivas em função da instalação da unidade de conservação. Algumas consequências da criação de uma Unidade de Proteção Integral (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional ou Estadual, Monumento Natural e o Refúgio da Vida Silvestre) podem ser: expropriação territorial de comunidades tradicionais; modificação das estratégias tradicionais utilizadas pelos grupos; maior vulnerabilidade em função da reformulação de suas sociodinâmicas; a separação de uma área preservada que pode implicar uma maior exploração de outra com importantes recursos naturais e as implicações diretas sobre as estratégias de acesso aos alimentos pelas comunidades tradicionais.

É sobre este último aspecto que, ao longo do presente estudo, buscamos analisar a condição da soberania alimentar de uma comunidade tradicional *vazanteira* do Norte de Minas em função da transformação do seu território pós-criação do Parque Estadual da Mata Seca, entre os municípios de Manga e Matias Cardoso. A criação desta unidade de conservação se deve à compensação ambiental dos processos ecodestrutivos do Projeto Jaíba, pólo de fruticultura irrigada no Norte de Minas que possui grande impacto ambiental em sua área de abrangência. Este projeto constitui-se em um dos pilares do agronegócio na região que teve fortes subsídios da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste a partir da década de 1960. Entretanto, o Norte de Minas possui um mapa cultural heterogêneo, que conjuga diversos povos e comunidades tradicionais que contribuíram, em função de suas práticas, para a conservação dos recursos naturais da região.

No que diz respeito à comunidade tradicional analisada neste estudo, identificamos que as dinâmicas da comunidade *vazanteira* da Ilha de Pau de Légua se caracterizam pelo uso integrado de quatro complexos territoriais que só podem ser pensados quando articulados entre si. Os complexos terra firme, lagoa, lagadiço e rio são os ambientes necessários para que esta comunidade se reproduza autonomamente durante o período seco e chuvoso do ano. Historicamente marcada pelos processos expropriatórios que ocorreram desde a chegada dos fazendeiros na área de Matas Secas onde vivem, os *vazanteiros* da Ilha de Pau de Légua têm buscado diferentes formas de resistência que garantam a continuidade de suas práticas tradicionais, mesmo com a existência de diferentes confrontos vivenciados. Seu contexto atual é de conflito

estabelecido com a política de conservação ambiental proposto pelo Estado de Minas Gerais que criou, sobreposta aos seus lugares de vida, uma unidade de proteção integral que tem restringido as estratégias de uso articulado dos complexos territoriais para a reprodução socioeconômica e cultural da comunidade.

A despeito da condição de soberania alimentar da comunidade *vazanteira* pesquisada, pelos estudos de campo realizados, percebemos que o acesso regular aos alimentos só é possível quando utilizados os diferentes ambientes a que tinham acesso antes da criação do Parque Estadual da Mata Seca. O alimento é considerado um elemento que leva a reflexões mais amplas, que envolve a identidade, a cultura, a condição socioeconômica e simbólica da comunidade. Na verdade, consideramos soberania alimentar no sentido de complementaridade à proposta de segurança alimentar, que se limita a aspectos mais quantitativos no acesso regular aos alimentos. Nesta pesquisa, o alimento é compreendido como um componente da cultura, é parte do modo de viver e ser *vazanteiro*. Percebemos pelas entrevistas que o alimento cultivado na Ilha é sinônimo do sagrado, representa o trabalho do *vazanteiro*, que se orgulha de sustentar a família daquilo que a natureza e seu trabalho lhe proporcionam.

Entretanto, as restrições de uso e acesso aos recursos naturais na área do parque têm causado impactos diversos para a vida do *vazanteiro* da Ilha de Pau de Léguas. Na argumentação construída nesta dissertação, fundamentados nos aspectos teóricos e empíricos que nos subsidiaram, procuramos evidenciar de que forma estas ações restritivas têm impactado o acesso aos alimentos pela comunidade tradicional. Assim, através dos instrumentais utilizados, compreendemos que as restrições quanto às práticas agroalimentares do grupo em estudo provocam uma situação de maior vulnerabilidade social dos mesmos, configurando um contexto de limitação e restrições alimentares, já que uma parte dos territórios secularmente utilizada para a realização de cultivos específicos, extrativismos e pesca está cercada pela unidade de conservação. São os complexos lagoa e terra firme os que atualmente se encontram dentro do território do PEMS, áreas estas de grande importância para a reprodução alimentar *vazanteira*. Era no complexo lagoa também, especificamente no entorno da Lagoa da Lavagem, que o grupo possuía plantações de arrozais, alimento agora totalmente adquirido na cidade de Matias Cardoso.

A atual situação de dependência para com o mercado externo tem provocado grande impacto para a soberania alimentar da comunidade da Ilha de Pau de Léguas. Isto se deve à submissão à racionalidade mercadológica e à necessidade de uma condição

econômica que seja capaz de sustentar esta nova realidade na vida do grupo familiar. Como já citado, o alimento passou de bem simbólico à mercadoria. A autodeterminação daquilo que é consumido pela comunidade é agora influenciado muito mais pelo mercado, do que pelos ciclos naturais. A realidade encontrada na comunidade não é de fome, mas de descaso, de limitação se comparado à vida que possuíam antes da criação do parque. A reestruturação das estratégias agroalimentares do grupo fornece alguns alimentos que são diretamente acessados via Ilha. Entretanto, em função das características da área de Matas Secas, o acesso a estes alimentos tem se tornando mais limitado quando no período da seca, onde outros ambientes – agora cerceados – eram acessados para a aquisição dos alimentos.

Na contramão desta realidade, há uma intensificação dos processos de afirmação e pertencimento local não somente da comunidade estudada, mas dos povos e comunidades tradicionais do entorno do PEMS. Estes grupos têm se organizado no sentido buscar a efetivação dos direitos que possuem previstos em instrumentos legais. A articulação com movimentos sociais da região tem possibilitado uma maior visibilidade da atual situação de conflito destas comunidades e as projetam como sujeitos políticos no cenário norte-mineiro. Foi possível evidenciar no percorrer do trabalho que as dinâmicas destes grupos se fundamentam em estratégias reestruturadoras de suas práticas para a busca de novas formas de sobrevivência. Sem perder sua cultura e identidades próprias, estes grupos se afirmam como sujeitos de direitos e buscam o reconhecimento e a reapropriação de suas territorialidades que vêm sendo, ao longo dos anos, colocadas sob a imposição de outras lógicas de uso dos recursos naturais na região.

As sociodinâmicas dos *vazanteiros* da Ilha de Pau de Légua têm sido reestruturadas nos últimos anos em função da criação do Parque Estadual da Mata Seca. Podemos observar neste estudo que suas estratégias agroalimentares tradicionais têm sido diretamente impactadas, já que há nos dias atuais uma modificação nos territórios antes acessados pelo grupo em estudo. Este contexto no Norte de Minas explicita um conflito direto entre a política estadual de proteção ambiental, assentada na criação de unidades de conservação e as práticas agroalimentares dos povos e comunidades tradicionais da região em estudo. Certamente, podemos afirmar que estes recursos naturais tradicionalmente acessados pelas comunidades são importantes aliados à efetivação de um direito fundamental do ser humano, que é o direito à alimentação. Entretanto, pelo estudo do novo desenho territorial imposto pelo PEMS, podemos

afirmar que as restrições têm provocado uma situação de vulnerabilidade alimentar para os *vazanteiros* da Ilha de Pau de Léguas, impedindo, assim, a efetivação da soberania alimentar deste grupo.

Uma das vias propostas para a solução deste conflito é a reformulação da área destinada à conservação, como estabelecido atualmente. A comunidade compreende a necessidade da preservação dos recursos, uma vez que suas práticas tradicionais sempre se pautaram pelo relacionamento ético com a natureza. Assim, como resultado das lutas desta comunidade articuladas com os movimentos sociais da região, criou-se um novo mapa territorial (página 126) que se constitui na proposta de um rearranjo da área de abrangência do Parque Estadual da Mata Seca que transformaria uma parte de sua área para a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Neste território reivindicado estão inseridas, principalmente, as áreas de lagoas que são ambientes fundamentais para a reprodução socioeconômica do grupo. São estas lutas e reivindicações de comunidades, afetadas pela prática conservacionista estatal, que podem criar e ampliar o verdadeiro projeto de preservação que se fundamenta em culturas, identidades e modos de vida pautados nos princípios da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, R. **O que é Fome**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais – a atualidade do objeto**. IN: Conflitos Ambientais no Brasil. Fundação Heinrich Boll. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2004. p. 8-11.

_____; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Org's). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004.

_____. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. IN: Conflitos Ambientais no Brasil. Fundação Heinrich Boll. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 2004. p. 13-35.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. IN: ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Editora Relume Dumará: Rio de Janeiro, 2004.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Cultura Ecológica e Biodiversidade**. Mercator, Revista de Geografia da UFC, ano 02, número 03, 2005. p. 71-82.

ANAYA, Felisa; BARBOSA, Rômulo S; SAMPAIO, Cristina. **Sociedade e Biodiversidade na Mata Seca Mineira**. Unimontes Científica Revista da Universidade Estadual de Montes Claros / Universidade Estadual de Montes Claros. – v 8, n. 1, (jan/jun. 2006) – Montes Claros: Unimontes, 2006.

ARAÚJO, E. C. **Nas margens do Rio São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos vazanteiros de Pau de Léguas**. Montes Claros: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, UNIMONTES, 2009.

_____; BARBOSA, R. S. **Vazanteiros do Rio São Francisco: os encurralados pelas Unidades de Proteção Integrais no Norte de Minas Gerais**. IN: 32 Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu/MG. Anais do 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008.

ARNAIZ, Mabel Gracia. Em direção a uma Nova Ordem Alimentar. IN: **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Org. CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa W. D. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 147-465.

ARRUDA, Rinaldo S. V. **Populações Tradicionais e a proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação**. IN: Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Vol. 1. pp 262-276. Curitiba, 1997.

BARBOSA, R.S. & FEITOSA, A. M. A dinâmica de luta pela terra no norte de minas gerais. In: Júnior, J. C.; ZUBA, J. A.; FEITOSA, A. M. (Orgs). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Editora da UCG, Goiânia, 2005.

BARBOSA, Rômulo Soares. **Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil**. 2007. 242 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2009.

BONI, Valdeti; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. IN: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2. n. 1. Janeiro-Julho de 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Comunidade Tradicional**. 2009. (mimeo).

_____, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

_____, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Sociedade E Cultura, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007, p. 11-27.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2010.

BROCKINGTON, Dan & GOE, Jim. Expulsão para a Conservação da Natureza: uma visão global. IN: **A Ecologia Política das grandes Ong's transnacionais conservacionistas**. DIEGUES, A. C. (Org.). São Paulo, NUPAUB/USP, 2008.

CAA-NM. **Carta Ilha da Ressaca**. 2008 (mimeo).

CAA-NM. **Carta Proposta dos Vazanteiros e Vazanteiras de Pau de Légua "Povos das águas e das 'terras crescentes' do São Francisco"**. 2010 (mimeo).

CAMPOS, C. S. S. & CAMPOS, R. S. Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciências Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. n. 245. , ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm>. Acesso em: 23 de novembro de 2010.

CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa W. D. Uma introdução à Reflexão sobre a abordagem Sociocultural da Alimentação. IN: **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Org. CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa W. D. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

CASTRO, Ana Maria de (Org.). **Fome: um tema proibido. Últimos escritos de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.

CHEVEZ POZO, O. V. **Regimes de Propriedade e Recursos Naturais: a tragédia da privatização dos Recursos Comuns no Norte de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado. UFRRJ, 2002

COSTA, J. B. de A. **Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas**. IN: SANTOS, G. R. dos (org). Trabalho, cultura e sociedade no norte/nordeste de Minas: considerações a partir das ciências sociais. Montes Claros: Best comunicação e marketing, 1997, p. 77-98.

_____. **A (des)invisibilidade dos Povos e das Comunidades Tradicionais: A produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégias para a efetivação de direito coletivo**. Montes Claros: Unimontes, 2009. (Comunicação no I Colóquio Internacional Brasil/Alemanha).

_____. **Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência**. Brasília: Unb, 2003. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. 2003. 332 pgs.

_____. **Cultura Natureza e populações Tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira**. In: **Revista Verde Grande**. Montes Claros: Unimontes /SEMMA vol. 1 (3), 2005. pp. 8-45.

_____. “Brejo dos Crioulos e a Sociedade Negra da Jaíba: Novas Categorias Sociais e a Visibilização do Invisível na Sociedade Brasileira”. In: **Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**. Ano V, 2001, pp. 99-122.

CUNHA, M.C. & ALMEIDA, M. **Populações Tradicionais e Conservação Ambiental**. In: CAPOBIANCO, J. P. R. **Biodiversidade na Amazônia Brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: ISA/ Editora Estação Liberdade, 2002.

D’ASCENÇÃO, Luiz Menezes. **Organização, Sistemas e Métodos**. 2. ed. São Paulo: Atlas: 1977.

DAYRELL, C. A. **Geraizeiros e biodiversidade no norte de minas: a contribuição da etnologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais**. Andalusia: Universidade Internacional de Andalusia, 1998. 188p. (Dissertação de mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável).

_____. **Os Geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness**. In: LUZ, C.; DAYRELL, C. A. (orgs) **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: CAA; Goiânia: Agência Ambiental de Goiás, 2000, pp. 189-272.

DELGADO, Guilherme C. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. IN: **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Luciana Jaccoud (Org.). Brasília: IPEA, 2005.

DIEGUES JÚNIOR, Manoel. – “Introdução”. IN: **Regiões Culturais do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Ministério da Educação e da Cultura, 1960, pp. 3-28.

DIEGUES, Antônio C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3 ed. Editora: Hucitec. São Paulo, 2001.

_____, A. C.; ARRUDA, R. S. V. A Etnoconservação da Natureza. IN: **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. DIEGUES, A. C. (Org). 2 ed. Editora: Hucitec. São Paulo, 2001.

_____, A. C. **O Papel das Grandes ONG's Transnacionais e da Ciência da Conservação da Natureza**. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – NUPAUB. Artigos n.º 6. USP: São Paulo, 2008.

DOWIE, Mark. **Refugiados da Conservação**. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – NUPAUB. Artigos n.º 4. USP: São Paulo, 2006.

DUMONT, Sandra Regina Tôres. **São Francisco – Caminho Geral no Sertão: Cenários de Vida e Trabalho de pescadores Tradicionais em Pirapora e Buritizeiro – Norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2007.

DUPRAT, Deborah. “O direito sobre o marco da pluriethnicidade/multiculturalidade”. IN: DUPRAT, D. (Org.). **Pareceres Jurídicos: Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Manaus: UEA, 2007. pp. 9-22.

ESPÍRITO-SANTO, M. M. **Apresentação**. MG. BIOTA, v. 1, 2008.

FAO (1997). Report of the World Food Summit. Rome: Food Agriculture Organization.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração Final**. Havana (Cuba), 2001.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do Ensino Superior**. 4 ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2007.

HERNÁNDEZ, Jesús Contreras. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. IN: **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Org. CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa W. D. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 129-146.

LITTLE, P. Territórios Sociais e Povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. IN: **Simpósio “Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia”**. XXIII Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado-RS, 19 de junho de 2002.

LOPES, Policarpo. **A modernidade alimentar: in(e)volução simbólica do acto alimentar**. Lisboa: Edições Colibri/CEOS, 2006.

LUZ, Aline; FERREIRA, Antônio Carlos; DAYRELL, Carlos Alberto; COSTA, João Batista. **Grande Sertão: Veredas e seus ecossistemas**. IN: Revista Desenvolvimento

Social. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Unimontes. V. 1. N. 1. p. 63-78. ISSN- 1982-8608. Montes Claros, 2008.

MACIEL, Maria Eunice. Identidade Cultural e Alimentação. IN: **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Org. CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa W. D. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 49-56.

MALTHUS, Thomas Robert. **Um ensaio sobre a População**. Tradução: Antônio Alves Cury. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MALUF, Renato S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. **Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil**. Revista Cadernos em Debate. Vol. IV, UNICAMP, 1996.

_____, Renato S.. **Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar**. In: LEITE, Sérgio. Políticas Públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

_____, Renato S.. Mercados Agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. v. 25. Ensaio FEE: Porto Alegre, 2004. p. 229-322.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MARQUES, Flávia Charão; MENASCHE, Renata; TONEZER, Cristiane; GENESSINI, Alex. Circulação de Alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. IN: MENASCHE, Renata (Org.). **A Agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Editora UFRGS: Porto Alegre, 2007.

MATA-MACHADO, B.N. **História do Sertão Noroeste de Minas Gerais**. Imprensa Oficial de Minas Gerais: Belo Horizonte, 1961.

MEDEIROS, Leonilde S. de. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIRISD, 2002.

MENASCHE, Renata (Org.). **A Agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Editora UFRGS: Porto Alegre, 2007. p. 154-176.

MENEZES, Francisco. **Panorama Atual da Segurança Alimentar no Brasil**. Actionaid. São Paulo: Encontro Nacional de Segurança alimentar e Nutricional, nov. 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MINTZ, S. W. **Comida e Antropologia: Uma breve revisão**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 16, nº 47, 2001.

OLIVEIRA, Cláudia Luz. **Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. UFMG, 2005.

OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L.; MACHADO, J. M. A.; BOTELHO, T. R. (org's). – Introdução- **Formação Social e Econômica do Norte de Minas Gerais**. Editora Unimontes: Montes Claros, 2000.

PAULA, Andréa M. N. Rocha de.; BRANDAO, Carlos Rodrigues . **Espaços do Sertão: Ruralidades entre Migrantes em Comunidades Ribeirinhas nas Margens do Rio São Francisco**. IN: XLV Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, LONDRINA-PARANA. XLV Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, 2007.

PEREIRA, Doralice Barros. **Paradoxo do Papel do Estado nas Unidades de Conservação**. IN: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org's). A Insustentável leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PONS, Sílvia Carrasco i. Pontos de Partida Teórico-Metodológicos para o Estudo Sociocultural da Alimentação em um contexto de Transformação. IN: **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Org. CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa W. D. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 101-128.

POURSIN, Jean Marie; DUPUY, G. **Malthus**. Tradução: Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, 1975.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. – (Biblioteca básica de ciências sociais. Série 2. Textos; v.7).

RESENDE, Sidivan A.; CABRAL, Fredson. **Terra do Rio, Terra da Gente: agricultura de Vazante no Vale do Rio São Francisco – Januária (Minas Gerais)**. IN: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

RIAL, Carmen Sílvia Moraes. Brasil: primeiros escritos sobre comida e identidade. IN: **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Org. CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa W. D. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 87-100.

RIBEIRO, E. M. As Histórias dos Gerais. IN: RIBEIRO, E. M. (Org). **Histórias dos Gerais**. Belo Horizontes: Editora UFMG, 2010. pp. 23-39.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História Ecológica do Sertão Mineiro e a Formação do Patrimônio Cultural Sertanejo. IN: **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Dayrell, Carlos; LUZ, Claudia (Org.). Max Gráfica e Editora Ltda: Montes Claros, 2000, p. 47-106.

_____, Ricardo Ferreira. **Da “largueza” ao “cerceamento”: um balanço dos programas de desenvolvimento do Cerrado**. In ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org's). *A Insustentável leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RODRIGUES, L. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: (OLIVEIRA, M. F. M.; RODRIGUES, L.; MACHADO, J. M. A.; BOTELHO, T. R. (org's)). **Formação Social e Econômica do Norte de Minas Gerais**. Editora Unimontes: Montes Claros, 2000.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. **Pesquisa Quantitativa versus Pesquisa Qualitativa: o desafio paradigmático**. IN: SANTOS FILHO, José Camilo; GAMBOA, Silvio (Orgs). *Pesquisa educacional: quantidade-qualidade*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 13-59.

SANTOS, C. R. A. dos. **A alimentação e seu lugar na História: os tempos da memória gustativa**. *História: Questões & Debates*, n. 42, p. 11-31, 2001. Editora UFPR, Curitiba: 2001.

SANTOS, M. S. **O País distorcido: o Brasil, a Globalização e a Cidadania**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, F.; TONEZER, C.; RAMBO, A.G. **Agroecologia e Agricultura Familiar: um caminho para a Soberania Alimentar**; Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. A Particularização do Universal: povos e comunidades tradicionais em face das Declarações e Convenções Internacionais. IN: SHIRAIISHI NETO, J. (org.). **Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil**. Manaus, UEA, 2007. pp. 25-52.

SILVA, Carlos E. Mazzetto. **Lugar-hábitat e lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio dos cerrados**. IN ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org's). *A Insustentável leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SILVA, Carlos E. Mazzetto. Lugar-hábitat e lugar-mercadoria: territorialidades em tensão no domínio dos cerrados. IN ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (Org's). **A Insustentável leveza da Política Ambiental – Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SNUC, **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5 ed. Brasília: MMA/SBF, 2004. 56p.

VALENTE, F.; BURITY, V.; FRANCHESCHINI, T.; CARVALHO, M. de F. **CURSO FORMAÇÃO EM DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: No contexto da Segurança Alimentar e Nutricional**. 2007. Disponível em: <http://www.direitohumanoalimentacao.org.br/portal/?vis=noticias.noticias>. Acesso em 20/08/2008.

WOORWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: Uma introdução teórica e conceitual**. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

ZHOURI, A.; BARBOSA, R. S.; ANAYA, Felisa; ARAUJO, E. C.; SANTOS, F. D.; SAMPAIO, Cristina . **Processos Socioambientais nas matas secas do norte de Minas Gerais: políticas de conservação e os povos do lugar**. MG. BIOTA, v. 1, p. 14-27, 2008.

_____; ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais – Notas Preliminares de uma Pesquisa em Andamento**. IN: IV Encontro Nacional da ANPPAS. Brasília – DF, 04 a 06 de Junho de 2008.

ZIMMERMANN, Clóvis. **Combate à fome o Direito Humano à Alimentação no Brasil: o Programa Fome Zero do Governo Lula**. Informe FIAN, 2004.

ANEXO

QUESTIONÁRIO ILHA PAU DE LÉGUA

DATA:

1- Caracterização do grupo familiar:

a) NOME	b) SEXO	c) situação familiar 1) mãe/pai 2) filho/filha 3) avô/avó 4) parente 5) agregado	d) Data de nascimento	e) local do nascimento Município/ Estado	f) ESCOLARIDADE		Fundamental Completo/In-completo	Médio Completo/ Incompleto	Superior Completo/ Incompleto	Auto-Identificação Branco; Negro; Pardo	Atividade/ Trabalho	Renda (\$)
					Não lê	Lê e escreve						

2- Há quanto tempo estão na comunidade (em anos):

- (1) menos de 1 ano (2) de 1 a 5 (3) de 5 a 10 (4) de 10 a 15 (5) de 15 a 25
(6) 25 a 50 anos (7) mais de 50 anos

3- Condição de posse e uso da terra:

- (1) proprietário(a) (2) arrendatário(a) (3) parceiro(a) (4) posseiro(a)
(5) ocupante (6) agregado (7) comodatário (8) Outro: _____

4- Quando e como chegaram ao local:

5- Fonte de abastecimento de água:

- (1) poço (2) nascente (3) rio (4) outro _____

6- Formas de abastecimento:

- (1) encanada até a residência (2) busca na fonte - distância em metros _____

7- Existência de banheiro:

- (1) sim, com vaso sanitário e instalação para banho (2) sim, apenas com vaso sanitário (3) não

8- Egotamento sanitário:

- (1) fossa séptica (2) fossa sem tratamento (3) céu aberto (4) outro _____

9- Meio de transporte/locomoção (principal):

- (1) Pé (2) bicicleta (3) moto (4) carro (5) Cavalo (6) Barco (7) outro _____

10- Acesso a outras rendas?

- (1) Aposentadoria urbana: _____ (profissão)
(2) Aposentadoria Rural: () pescador artesanal () garimpeiro artesanal () agricultor familiar
(3) Benefício de Prestação Continuada (BPC): () por idade () por deficiência
(4) Bolsa Família (5) Outro _____

11- Houve dificuldade no acesso? (1) Sim (2) Não

Por que: _____

12- Acesso à infra-estrutura a saúde:

(1) PSF Rural (2) PSF da cidade (3) Posto de Saúde (4) Hospital (5) Alguém da comunidade (6) Outros municípios (7) Outro: _____

13- Terra (em hectares)

Individual _____

Coletiva _____

14- Criação de animais (Quantidade):

Tipo	Bovino	Equino	Suíno	Aves	Outros
Quantidade					

15- Pegou empréstimo ou outra forma de financiamento no ano passado? (1) SIM (2) NÃO

16- Onde _____ **17- Quanto** _____ **18- Para quê** _____

19- Beneficia algum produto? (1) SIM (2) NÃO

20. O QUE BENEFICIA	21. QUANTO BENEFICIA POR ANO

22- Venda de Produtos:

Produto	Para onde?	Quando?	Forma de Pagamento

23- Origem das sementes plantadas:

(1) plantada (2) do vizinho (3) do plantio anterior (4)Outro: _____

24- Participação em algum grupo:

NOME	23- ASSOCIAÇÃO	24- GRUPO RELIGIOSO	25- PASTORAL	26- OUTRO

25 - Calendário Agroalimentar

O quê? Para quê?						
Ambiente	Período	Plantio	Extração Vegetal (plantas medicinais)	Extração Vegetal (alimentar, frutíferas)	Extração Vegetal (utensílios laborais)	Extração Animal (caça/pesca)
RIO						
VAZANTE						
TERRA FIRME/MATA						
LAGOAS						

